

Instituto Nacional de Previdência Social
A vida Toda

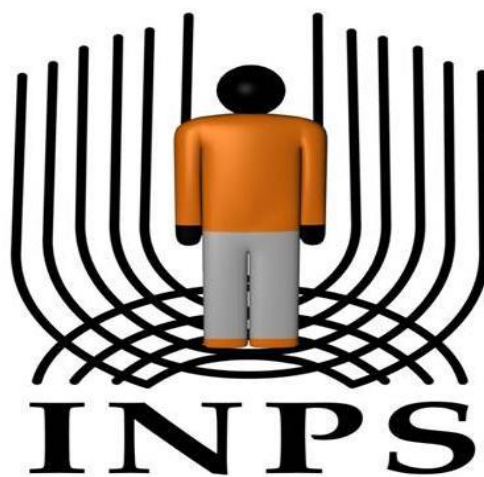
RELATÓRIO E CONTAS 2018



*Ao meu lado
A vida toda*



Instituto Nacional
de Previdência Social



ISTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Av. Amílcar Cabral 55, Plateau
CP 372 - Praia/Santiago

www.inps.cv

Tel.: 260 91 00

Fax: 261 32 66



Índice

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA	11
ORGÃOS SOCIAIS	13
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INPS	14
SIGLAS E ABREVIATURAS	16
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018.....	17
I. SISTEMA DA SEGURANÇA SOCIAL	19
II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	20
1. Missão, Visão, Princípios e Valores	20
2. Política de Gestão de Qualidade	20
3. Atribuições e Competências	21
4. Objetivos Estratégicos e Programas de Desenvolvimento do INPS.....	22
III. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE.....	23
1. Enquadramento económico	23
2. Enquadramento Demográfico	24
3. Enquadramento ao Contexto do Mercado Laboral.....	26
IV. A PROTEÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA EM NÚMEROS.....	28
V. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018.....	29
VI. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO INPS.....	31
A. ÁREA ESTRATÉGICA DE CAPITAL HUMANO.....	32
1. Melhoria na Gestão das Prestações.....	32
1.1. População Abrangida pela Proteção Social Obrigatória.....	32
1.2. Gestão das Prestações Sociais em 2018.....	33
1.2.1. Doença e Maternidade.....	34
1.2.1.1. Prestações Pecuniárias.....	34
1.2.1.2. Prestações em Espécie.....	36
1.2.2. Prestações diferidas – Pensões.....	41
1.2.3. Abono de Família e Prestações Complementares.....	44
1.2.4. Subsídio de Desemprego.....	45
2. Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições	46
2.1. Contribuições registradas.....	46
2.2. Contribuintes Ativos.....	47
2.3. Segurados ativos.....	48
2.4. Beneficiários inscritos	49

2.5.	Cobrança e Recuperação de Dividas Contributivas	51
3.	Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional	52
3.1.	Fiscalização e Controlo	52
3.2.	Atividades Jurídicas	54
4.	Promoção da Sustentabilidade do Sistema	55
4.1.	Atividades Realizadas	55
4.2.	Resultados do Estudo Atuarial	56
B.	ÁREA ESTRATÉGICA REFORMAS ECONÓMICAS E ESTRUTURAIS	58
5.	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados	58
5.1.	Qualidade do Atendimento	58
5.2.	Melhoria da qualidade de prestação de serviço	60
5.3.	Melhoria do Cumprimento das Normas e Procedimentos	61
5.4.	Inquérito de Satisfação dos Utentes	61
6.	Melhoria da Comunicação e Imagem institucional	63
7.	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros	63
C.	ÁREA ESTRATÉGICA APOSTA NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO	
	67	
8.	Consolidação do Sistema de Informação	67
8.1.	Melhoria nas funcionalidades – SIPS	67
8.2.	Melhoria da Gestão do Parque Informático	68
8.3.	Sistema de Controlo de Acesso	69
D.	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	70
9.	Programa Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira	70
10.	Boa Gestão dos Recursos Humanos	71
10.1.	Gestão dos Recursos Humanos	71
10.2.	Encargos com Pessoal	76
10.3.	Centro de Acolhimento de Evacuados em Lisboa – CADE	77
11.	Gestão Administrativa e Logística do INPS	77
VII.	SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO - SÍNTESE	80
	RELATÓRIO DE CONTAS 2018	81
VIII.	ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	83
1.	Resultados	83
1.1.	Proveitos e Ganhos	83
1.2.	Custos e Perdas	83

2. Balanço e Estrutura patrimonial.....	85
3. Ativos Financeiros.....	85
3.1.1. Obrigações do Tesouro (OT).....	86
3.1.2. Depósitos bancários	87
3.1.3. As Participações sociais	87
3.1.4. Obrigações de empresas.....	87
3.2. Financiamento CECV.....	87
4. Execução Orçamental.....	87
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	89
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017	90
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	91
MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE FUNDOS	92
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	93

Quadro

Quadro 1 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados - 2015-2019.....	23
Quadro 2 - População de Cabo Verde por ano e por Ilha, 2017-2018	24
Quadro 3 - Indicadores Demográficos, 2014-2018	25
Quadro 4 - Indicadores do mercado de trabalho, 2013-2018.....	26
Quadro 5 - Indicadores da população empregada (%), 2016 - 2018.....	27
Quadro 6 - Indicadores do Sistema de Segurança Social, 2016-2018	28
Quadro 7 - O PAO 2018 do INPS enquadrado no PEDS 2017-2021	31
Quadro 8 - Número de Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2016-2018.....	32
Quadro 9 - Despesas com as Prestações Sociais (mil CVE), 2016-2018	33
Quadro 10 - Prestações do Ramo Doença e Maternidade (mCVE), 2016-2018.....	34
Quadro 11 - Prestações Pecuniárias pagas, 2016-2018	35
Quadro 12 - Prestações em Espécies com a AMM (mCVE), 2016-2018	37
Quadro 13 - Número de Deslocações sanitárias efetuadas por tipo, 2016 - 2018.....	38
Quadro 14 - Evacuações Internas por ilha de Origem, 2016-2018.....	39
Quadro 15 - Regressos e óbitos dos evacuados para o exterior	40
Quadro 16 - Pensões pagas por tipo de eventualidade (mCVE), 2016-2018	41
Quadro 17 - Número de Pensionistas por categoria, 2016-2018	42
Quadro 18 - Número de Pensionistas por tipo, segundo o Regime, 2018.....	43
Quadro 19 - Despesas em Abono de Família e Prestações Complementares (mCVE)...	44
Quadro 20 - Beneficiários de Abonos de Família e Prestações Complementares	44
Quadro 21 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mCVE), 2016-2018	46
Quadro 22 - Contribuintes ativos por Regime, 2016-2018	47
Quadro 23 - Segurados Ativos por Regime, 2016-2018.....	48
Quadro 24 - Segurados Ativos por ilha de residência, 2016-2018	49
Quadro 25 - Beneficiários Inscritos no INPS por regime e tipo, 2016-2018.....	50
Quadro 26 - Dinâmica da Dívida ao INPS (valores em milhões de CVE), 2014-2018	51
Quadro 27 - Acordos Assinados e Títulos Executivos, (valores em milhões de CVE) ...	52
Quadro 28 - Visitas de Fiscalização por Ilha, 2016-2018	53
Quadro 29 - Processos de Contraordenação, 2017-2018	53
Quadro 30 - Infrações Notificadas, 2016 - 2018	54
Quadro 31 - Número de Atendimentos feitos pelas DUPS, 2016-2018.....	59
Quadro 32 - Aplicações financeiras realizadas em 2018	66
Quadro 33 - Número colaboradores INPS - 2016 a 2018	71
Quadro 34 - Admissões e desvinculações no INPS por Grupo Profissional, 2018.....	75
Quadro 35 - Despesas com Pessoal (mCVE).....	76
Quadro 36 - Despesas em Melhoria na Gestão dos Imóveis (mCVE), 2018.....	77
Quadro 37 - Gestão de Contratos em 2018	78
Quadro 38 - Custos globais - Despesas de Funcionamento (mCVE), 2017-2018.....	79
Quadro 39 - Avaliação dos Projetos do PAO 2018	80

Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Real do PIB (em %), 2004-2018	23
Gráfico 2 - E0 (H) e E0 (M), 2014-2018	25
Gráfico 3 - ISF, 2014-2018	25
Gráfico 4 - Pirâmide das idades de Cabo Verde – 2018 (Projeções do INE)	25
Gráfico 5 - Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2016 – 2018	32
Gráfico 6 - Abrangência do Sistema de Segurança Social, 2016 - 2018	33
Gráfico 7 - Evacuações por tipo, 2016-2018.....	37
Gráfico 8 - Nº de Acompanhantes, 2016-2018.....	37
Gráfico 9 - Origens das Evacuações Internas.....	38
Gráfico 10 - Origens das Máximas Urgências.....	38
Gráfico 11 - Topo 10 Especialidades Evacuações Internas, 2018	39
Gráfico 12 - Proveniência Evacuados Externos.....	40
Gráfico 13 - Regressos e óbitos dos Evacuados.....	40
Gráfico 14 - Especialidades Médicas dos Evacuados para o Exterior.....	40
Gráfico 15 - Peso de Incapacidades Avaliadas por Tipo.....	43
Gráfico 16 - Residência dos Beneficiários.....	43
Gráfico 17 - Pedidos de Subsídios de Desemprego por Ilha	45
Gráfico 18 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mCVE), 2016-2018.....	46
Gráfico 19 - Contribuintes Empresas.....	47
Gráfico 20 - Contribuintes Individuais.....	47
Gráfico 21 - Estrutura dos Segurados por Sexo.....	49
Gráfico 22 - Segurados por Ilha.....	49
Gráfico 23 - Dívida Tratada a 31/12/2018, (milhões CVE).....	52
Gráfico 24 - Montante Recuperado*.....	52
Gráfico 25 - Fiscalizações por Ilha.....	53
Gráfico 26 - Regimes Fiscalizados.....	53
Gráfico 27 - Atendimentos por Região.....	59
Gráfico 28 - Variações Tipos de Pedido.....	59
Gráfico 29 - Notoriedade do INPS (%)	62
Gráfico 30 - Avaliação Global da Satisfação (escala de 1 a 10).....	62
Gráfico 31 - Avaliação Global da Qualidade (escala de 1 a 10).....	62
Gráfico 32 - Execução dos Projetos de Desenvolvimento.....	67
Gráfico 33 - Estado das máquinas clientes até final do ano, 2018	68
Gráfico 34 - Captura do Monitor de Monitorização da Rede.....	69
Gráfico 35 - Número de Colaboradores do INPS por vínculo laboral, 2018.....	71
Gráfico 36 - Estrutura do Quadro Pessoal do INPS por sexo, 2018.....	71
Gráfico 37 - Estrutura Etária dos Trabalhadores do INPS, 2018.....	72
Gráfico 38 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o nível de escolaridade, 2018.....	72
Gráfico 39 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o tempo de serviço – 2018	73
Gráfico 40 - Número de Colaboradores do INPS por sexo, segundo a ilha – 2018.....	73
Gráfico 41 - Número de Colaboradores do INPS por Estrutura – 2018.....	74
Gráfico 42 - Distribuição dos Colaboradores por Grupos Profissionais.....	74
Gráfico 43 - Número de Colaboradores por Grupo de Gestão, 2018	75
Gráfico 44 - Ações de Formação promovidas por tipo de colaborador, 2018.....	76

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA

O presente Relatório de Atividades é dedicado a todos os Colaboradores, Contribuintes e Beneficiários do Sistema Obrigatório de Proteção Social no decurso do ano 2018.

Prosseguindo a missão do Instituto Nacional de Previdência Social, INPS, demos continuidade a uma estratégia de modernização e produtividade, norteada por princípios de gestão por objetivos, recurso às novas tecnologias, simplificação de procedimentos e uma gestão eficiente dos recursos e ativos da instituição.

Esta estratégia tem subjacente uma abordagem global e consentânea com o Plano Estratégico do INPS 2017-2021, no quadro do Plano Anual e Orçamento para o ano 2018, e de acordo com a missão que está legalmente conferida ao INPS e do desenvolvimento da política nacional naqueles domínios.

No ano de 2018, os grandes propósitos do INPS centraram-se na intensificação da atuação operacional, na renovação da plataforma tecnológica, e na aproximação aos cidadãos visando a extensão da proteção social. Reforçámos ainda as condições de gestão das Convenções sobre a Segurança Social em que o Estado de Cabo Verde é Parte, um processo organizacional complexo cuja concretização salvaguardou o regular funcionamento dos Acordos Administrativos, minimizando-se eventuais constrangimentos inerentes ao processo de apresentação de contas, aos Países envolvidos.

Naturalmente que o presente relatório não pode facultar uma visão integral do esforço efetivamente desenvolvido, cuja apreensão substantiva não dispensará o recurso aos relatórios sectoriais e demais documentos suportes, de entre os quais se destacam os Relatórios dos Estudos Atuariais e de Satisfação dos Utentes e a implementação do Subsídio de Desemprego.

Mais uma vez, cabe-nos realçar e agradecer a dedicação dos colaboradores, e de todos aqueles que ao longo dos anos têm trabalhado nesta instituição, e cujo contributo tem sido absolutamente decisivo para a construção de uma Instituição reconhecida como uma Entidade Pública de Excelência e de referência no âmbito da Administração Pública, sobretudo pela adoção de boas práticas e pelo seu poder de inovação.

Ao completar 27 anos de existência, pretendemos não só olhar para o passado, mas sobretudo perspetivar um futuro em que continuemos a alargar a

proteção social, reforçando e adequando as prestações de forma equitativa e que garanta o desenvolvimento durável.

O contexto é cada vez mais de maior exigência e, por isso, impõe um elevado esforço e empenho, bem como uma capacidade permanente de adaptação.

Estamos certos de que o Instituto Nacional de Previdência Social, com as pessoas que nele trabalham, saberão alcançar com sucesso os desafios que sucessivamente se colocarão.

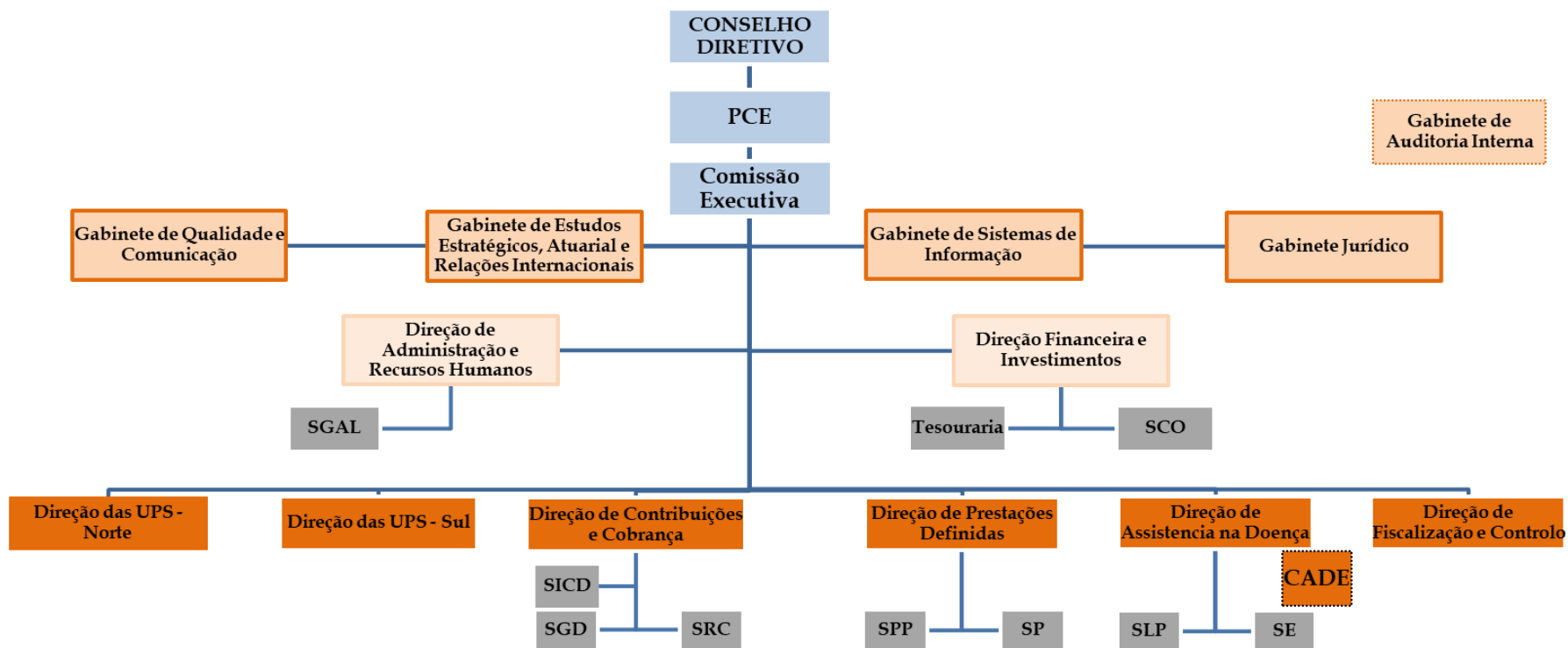
Obrigada!

A Comissão Executiva

ORGÃOS SOCIAIS

Conselho Diretivo	
Presidente	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
Representante de Ministério da Tutela	Maria da Luz Lima Frederico Mendonça
Representante de Ministério responsável pela Saúde	Júlio Barros Andrade
Representante do Ministério das Finanças	Hernâni Trigueiros
Representante da Administração Pública	Mafaldo de Jesus de Carvalho
Dois Representantes dos Trabalhadores	Joaquina Almeida
	José Manuel Vaz
Representante do Conselho Superior das Câmaras de Comércio	Eugénio Pinto Inocêncio
Comissão Executiva	
Presidente	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
Administradora Executiva	Helena Maria B. da Silva Mendonça
Administradora Executiva	Armandina Rosário
Serviço de Auditoria Interna	
Auditor Interno	Antónia Maria R. Cardoso (a partir de 25/09/2018)
	Maria Das Neves T. Rodrigues(até 08/08/2018)
Órgãos Especializados de Gestão	
Direção de Contribuições e Cobrança	Marcelino Fonseca Coelho Monteiro
Direção de Prestações Diferidas	Maria José Vera-Cruz
Direção de Assistência na Doença	Marco A. Da Silva Aguiar (a partir de 13/08/2018)
	Sarah Aline Silva Barbosa Fonseca (até 31/07/2018)
Direção Financeira e de Investimentos	N' dira Calídia Santos Pereira
Direção das Unidades da Previdência Social - Região Norte	Benedita Monteiro Cabral
Direção das Unidades da Previdência Social - Região Sul	Isabel Aurora Silva Santos Vieira
Direção de Administração e Recursos Humanos	Sarah Aline Silva B. Fonseca (a partir de 13/08/2018)
	Helena Maria da Fonseca T. de Sousa (até 01/09/2018)
Direção de Fiscalização e Controlo	Nelson Faria da Conceição
Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais	Frederic dos Santos
Gabinete Jurídico	Suellen Patrícia Bettencourt Rodeia
Gabinete de Qualidade e Comunicação	Sandra Katiza Silva Sanches
Gabinete de Sistemas de Informação	Anilton Brandão

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INPS



LEGENDA:

Direção de Administração e de Recursos Humanos: Diretora Helena Sousa

- *SGAL – Seção Gestão Administrativa e de Logística*

Direção Financeira e de Investimentos: Dir. N'dira Calidia Santos Pereira

- *SCO – Seção Contabilidade e Orçamento*
- *Tesouraria*

Direção de Contribuições e Cobrança: Dir. Marcelino Monteiro

- *SICD – Seção de Inscrição, Cadastro e Direitos*
- *SRC – Seção de Registos e Cobrança*
- *SGD – Seção de Gestão de Dívidas*

Direção de Prestações Definidas: Dir. Maria José Vera Cruz

- *SP – Seção de Pensões*
- *SPP – Seção de Prestações Pecuniárias*

Direção de Assistência na Doença: Dir. Sarah Fonseca

- *SLP – Seção de Liquidação das Prestações*
- *SE – Seção de Evacuações*
- *CADE – Centro de Acolhimento Doentes Evacuados*

Direção de Fiscalização e Controle: Dir. Nelson Faria

Direção das UPS – Norte – Dir. Benedita Cabral

Direção das UPS – Sul – Dir. Isabel Vieira

Gabinete de Auditoria Interna: Dir. Antónia Cardoso

Gabinete de Qualidade e Comunicação: Chefe Sandra Sanches

Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais: Chefe Frederic dos Santos

Gabinete de Sistemas de Informação: Chefe Anilton Brandão

Gabinete Jurídico: Chefe Suellen Rodeia

SIGLAS E ABREVIATURAS

AP – Administração Pública

BCV – Banco de Cabo Verde

CADE – Centro de Acolhimento dos Doentes Evacuados

CVE – Escudo de Cabo Verde

CVI – Comissão de Verificação de Incapacidades

DL – Decreto-Lei

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOS – Folhas de Ordenados e Salários

IMC - Inquérito Multiobjectivos Contínuo

INE – Instituto Nacional de Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

mCVE – mil Escudos de Cabo Verde

MSSS – Ministério da Saúde e Segurança Social

NIB(s) – Número(s) de Identificação Bancária

n/a – Não Aplicável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCO – Processo de Contraordenação

PEA – População Economicamente Ativa

PEA-E – População Economicamente Ativa Empregada

PIB – Produto Interno Bruto

RAP – Regime dos Agentes da Administração Pública Central e Local

REMPE – Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas

RG – Regime Geral

RH – Recursos Humanos

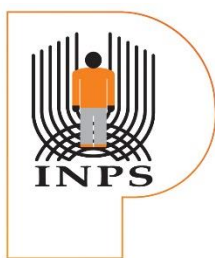
RTCO – Regime de Trabalhadores por Conta de Outrem

SIPS – Sistema Integrado de Gestão de Previdência Social

TCO – Trabalhadores por Conta de Outrem

TCP – Trabalhadores por Conta Própria

TEU – Tributo Especial Unificado



Instituto Nacional de Previdência Social
A Vida Toda

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



I. SISTEMA DA SEGURANÇA SOCIAL

O Sistema de Proteção Social Obrigatório nasce em Cabo Verde com a criação do Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS). Pelo Decreto-Lei nº 114/82, de 24 de dezembro, é estabelecido o esquema de previdência social com a finalidade de assegurar aos trabalhadores e seus familiares os meios de subsistência em caso de perda ou redução de capacidade de trabalho. No mesmo ano é regulamentado por Decreto-Lei nº 120/82, de 24 de dezembro o campo de aplicação, de inscrição e prestações asseguradas no âmbito do Sistema de Proteção Social dos trabalhadores por conta de outrem.

Em 1991, pelo Decreto-Lei nº 135/91, de 2 de outubro, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), resultante da cisão do então Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS), até então gestor daquele sistema e dos Seguros em Cabo Verde.

Em 2001, através da Lei 131/V/2001, de 22 de janeiro, são definidas as bases da proteção social em Cabo Verde, que assenta num dispositivo permanente e estruturado em três níveis:

- Rede de Segurança, tem como fundamento a solidariedade nacional;
- **Proteção Social Obrigatória, pressupõe a solidariedade de grupo e gerida pelo INPS,**
- Proteção Social Complementar, assente numa lógica de seguro e de adesão facultativa.

Em 2014, através do Decreto-Lei nº 40/2014 de 11 de agosto, são aprovados os novos Estatutos do INPS que assentam no modelo de gestão tripartida - Estado, Empregadores e Representantes dos Trabalhadores, em substituição dos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 135/91, de 02 de Outubro, e alterados pelo Decreto-Lei n.º 61/94, de 21 de Novembro.

II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. Missão, Visão, Princípios e Valores

Missão	Garantir, de forma ativa, a proteção dos indivíduos contra os riscos que determinam a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, proporcionando aos mesmos rendimentos substitutivos quando afetados por esses riscos sociais e criando condições para a sua dignificação e inserção social na dinâmica produtiva e económica da sociedade.
Visão	Ser uma entidade pública de excelência na promoção de uma segurança social inclusiva, equitativa e que garante o desenvolvimento social durável.
Princípios e Valores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Solidariedade ✓ Universalidade ✓ Equidade social ✓ Igualdade ✓ Diferenciação positiva ✓ Economia, eficiência, eficácia e efetividade ✓ Primado da responsabilidade pública

2. Política de Gestão de Qualidade

1. Prestação de um serviço com qualidade e informação adequada;
2. Desenvolver uma cultura interna que promova a melhoria contínua com vista à satisfação do cliente;
3. Pautar as relações que mantém com os seus fornecedores por uma lógica de parceria, considerando-os parte integrante do Sistema e mantendo uma avaliação e qualificação dos serviços prestados;
4. Proporcionar formação profissional a todos os colaboradores de modo a um maior desenvolvimento de competências;
5. Envolver todos os colaboradores no Sistema de Gestão, estando atenta às suas necessidades;
6. Avaliar sistematicamente os resultados da implementação do seu Sistema de Gestão, mantendo todas as atividades a funcionar de acordo com os procedimentos estabelecidos, melhorando continuamente a eficácia do Sistema de Gestão;
7. Orientação para o resultado, o INPS trabalha no sentido de responsabilizar seus colaboradores no que tange ao alcance dos objetivos para que os requisitos dos clientes sejam satisfeitos.

3. Atribuições e Competências

Atribuições (Artigo 4.º, Estatuto do INPS)	<ul style="list-style-type: none"> a) Gerir o sistema de protecção social obrigatória; b) Fiscalizar o cumprimento das normas reguladoras do sistema de protecção social obrigatória; c) Assegurar a aplicação das convenções e acordos sobre segurança social assinados pelo Estado de Cabo Verde e funcionar como organismo de ligação; d) Estudar e propor ao Governo medidas e iniciativas legislativas visando a modernização permanente e bom desempenho do sistema de protecção social; e) Colaborar na definição de políticas para o sector da protecção social; f) Participar na elaboração dos planos sectoriais do sector da protecção social. <p>É ainda estipulado no Estatuto que o INPS exerce as suas atribuições no quadro da política e das orientações definidas pelo Governo.</p>
Competências (Artigo 5.º, Estatuto do INPS)	<ul style="list-style-type: none"> a) Praticar todos os actos necessários ao Velar pelo eficaz cumprimento dos objectivos do sistema de protecção social nacional; b) Arrecadar as contribuições e garantir as prestações aos beneficiários do sistema de protecção social obrigatória, nos termos da lei; c) Realizar inspecções regulares e especiais destinadas a verificar o cumprimento das leis e regulamentos da protecção social por parte das entidades empregadoras, dos beneficiários do sistema e das entidades prestadoras de serviço ao INPS; d) Instaurar processos de contra-ordenação e aplicar sanções por infracções ao regime de protecção social obrigatória, cometidas pelas entidades empregadoras, beneficiárias e entidades prestadoras de serviços ao INPS, e demais sujeitos, bem como proceder à aplicação de sanções administrativas e à liquidação das coimas aplicadas; e) Garantir que as instituições competentes assegurem as prestações devidas necessárias para o cumprimento dos direitos e obrigações derivados das convenções e acordos de que Cabo Verde seja parte; f) Colaborar com as instituições competentes do Estado na elaboração dos estudos necessários visando a negociação ou renegociação das convenções e acordos sobre a segurança social; g) Realizar qualquer outro acto que seja cometido por lei ou delegação do Governo.

4. Objetivos Estratégicos e Programas de Desenvolvimento do INPS

O INPS definiu no seu Plano Estratégico 2017-2021 seis (6) objetivos estratégicos a alcançar no horizonte do plano:

- ✓ Promover a excelência administrativa;
- ✓ Assegurar a satisfação dos clientes;
- ✓ Promover o cumprimento da legalidade contributiva e prestacional;
- ✓ Promover a extensão da cobertura da proteção social;
- ✓ Garantir uma gestão eficiente dos recursos e ativos do instituto;
- ✓ Promover a motivação dos colaboradores.

O Instituto pretende alcançar os objetivos definidos implementando os seguintes onze (11) programas de intervenção:

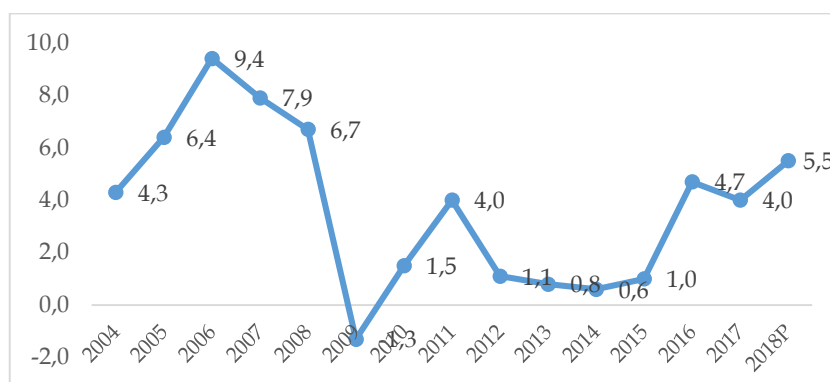
Objetivos Estratégicos	Programas
1. Promover a excelência administrativa	Melhoria na Gestão das Prestações
	Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições
	Melhoria da gestão contabilística e financeira
	Consolidação do Sistema de Informação
2. Assegurar a satisfação dos clientes	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados
	Melhoria da Comunicação e Imagem Institucional
3. Promover a extensão da cobertura da protecção social	Promoção da Sustentabilidade do Sistema
4. Garantir uma gestão eficiente dos recursos e activos do instituto	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros
5. Promover o cumprimento da legalidade contributiva e prestacional	Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional
6. Promover a motivação dos colaboradores	Acompanhamento da Boa Gestão dos Recursos Humanos
	Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas

III. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

1. Enquadramento económico

De acordo com o relatório de Política Monetária de Abril de 2019 do Banco de Cabo Verde (BCV), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em 5,5%. O crescimento económico foi impulsionado, sobretudo, pela dinâmica do sector Público, pelos desempenhos positivos da indústria transformadora, da eletricidade e água, do comércio, da imobiliária e outros serviços, da construção e também pelos contributos positivos das exportações líquidas e dos investimentos.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Real do PIB (em %), 2004-2018



O índice de preço no consumidor (IPC) manteve-se numa tendência crescente com a taxa de inflação média a ascender de 0,8% em 2017 para 1,3% em 2018. Contribuíram, principalmente, para este crescimento os aumentos da inflação média anual das classes de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, de transportes e de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

Quadro 1 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados - 2015-2019

Indicadores	Unidade	2015	2016	2017	2018p	2019p	
						set-18	mar-19
Sector Real							
PIB real	variação em %	1,0	4,7	4,0	5,5	4,7	5,2
IPC	v.m.a em %	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,4	0,9
Sector Externo							
Défice Corrente	em % do PIB	2,7	3,6	7,0	4,5	5,9	6,6
RIL/Importações	meses	6,7	7,1	5,9	5,6	5,8	5,4
Sector Monetário							
Ativo Externo Líquido	variação em %	13,4	18,6	2,3	-6,6	3,9	2,9
Crédito à Economia	variação em %	2,7	3,6	7,5	2,8	5,1	5,1
Massa Monetária	variação em %	5,9	8,4	6,6	1,7	5,5	6,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde.

Para o ano de 2019, as previsões feitas pelo BCV apontam para um cenário de crescimento do PIB em volume na ordem dos 5%. A taxa média anual da inflação deverá reduzir dos 1,3% para 0,9%.

2. Enquadramento Demográfico

Segundo as projeções feitas pelo INE, a população de Cabo Verde ascendia a 544.081 pessoas em 2018, representando um aumento na ordem de 1,2% face ao período anterior. As ilhas mais populosas foram Santiago com um peso de 56,2% do total da população, São Vicente, Santo Antão e Sal representando 15,3%, 7,1% e 7,0%, respetivamente. Por outro lado, as ilhas menos populosas foram São Nicolau, Maio e Brava com pesos de 2,2%, 1,3% e 1,0%, respetivamente.

Quadro 2 - População de Cabo Verde por ano e por Ilha, 2017-2018

Ilhas	Ano		Peso em 2018	Variação Homóloga (%)
	2017	2018		
Santo Antão	39.324	38.750	7,1%	-1,5%
São Vicente	82.680	83.468	15,3%	1,0%
S. Nicolau	12.260	12.182	2,2%	-0,6%
Sal	36.769	38.246	7,0%	4,0%
Boa Vista	16.621	17.708	3,3%	6,5%
Maio	7.111	7.215	1,3%	1,5%
Santiago	301.903	305.778	56,2%	1,3%
sendo Praia	159.047	162.814	29,9%	2,4%
Fogo	35.416	35.213	6,5%	-0,6%
Brava	5.579	5.521	1,0%	-1,0%
Total	537.663	544.081	100,0%	1,2%

Fonte: Elaboração do INPS a partir de dados do INE, Dezembro 2018.

Destacam-se o crescimento acelerado da população de Boavista e Sal em 6,5% e 4,0%, respetivamente. As ilhas de Santo Antão, Brava, São Nicolau e Fogo vêm perdendo população, registando variações negativas entre (-1,5%) e (-0,6%), quando comparado com o ano de 2017.

A taxa de dependência total continua a reduzir, estabelecendo-se a 51,1% em 2018 face aos 51,8% do ano anterior. Ou seja, havia potencialmente mais pessoas em idade ativa do que em idade inativa em 2018 comparativamente a 2017.

Quadro 3 - Indicadores Demográficos, 2014-2018

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
População de Cabo Verde	518.467	524.833	531.239	537.663	544.081
Índice Sintético de Fecundidade - ISF	2,34	2,32	2,31	2,29	2,28
Esperança de Vida dos Homens - e0 (H)	71,1	71,5	71,8	72,2	72,6
Esperança de Vida das Mulheres - e0 (M)	79,7	79,9	80	80,2	80,4
Esperança de Vida à INR-H - e65 (H)	16,9	16,9	16,9	16,9	16,9
Esperança de Vida à INR-M - e60 (M)	24,1	24,1	24,1	24,1	24,1
População com menos de 25 anos de idade	50,5%	49,3%	48,3%	47,3%	46,7%
População com 65 anos e mais	5,5%	5,4%	5,5%	5,5%	5,5%
Taxa de Dependência Total	54,5%	53,5%	52,6%	51,8%	51,1%
Rácio de Sustentabilidade Potencial	11,8	12,0	12,0	12,0	12,0
Índice de Renovação da População em Idade Ativa	4,1	3,8	3,6	3,3	3,1

Fonte: Elaboração do INPS a partir das projeções demográficas do INE.

Os indicadores demográficos de sustentabilidade potencial continuam o seu progressivo agravamento. Evidência comprovada pela queda do índice sintético de fecundidade e pelo aumento da esperança da vida.

Gráfico 3 - ISF, 2014-2018

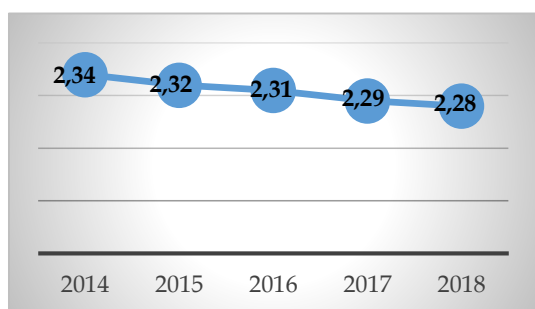
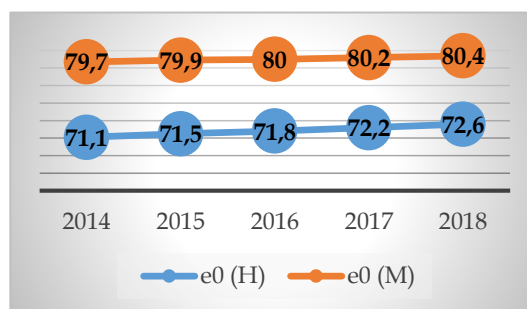
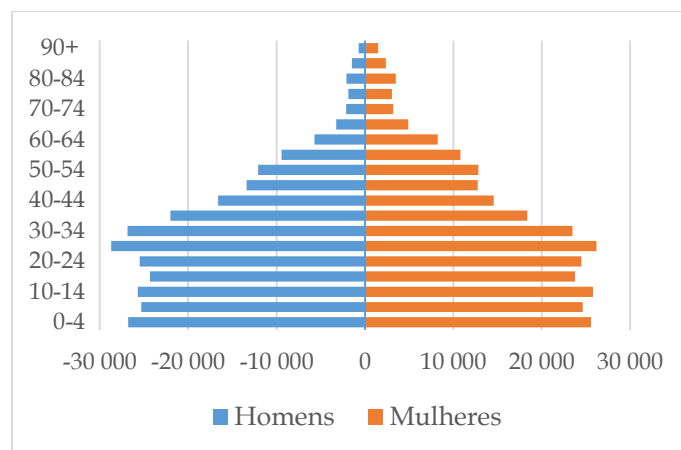


Gráfico 2 - E0 (H) e E0 (M), 2014-2018



Este fenómeno pode também ser observado na pirâmide etária baseada nas projeções do INE, onde se verifica o estreitar da base da referida pirâmide.

Gráfico 4 - Pirâmide das idades de Cabo Verde - 2018 (Projeções do INE)



Fonte: Projeções da População Residente 2010-2030, INE

3. Enquadramento ao Contexto do Mercado Laboral

O emprego e a proteção social são importantes pilares para o desenvolvimento económico inclusivo do país, nomeadamente para a redução da pobreza e o desenvolvimento do capital humano. As variações no mercado de trabalho têm um impacto nas contribuições sociais e na sustentabilidade financeira da segurança social.

Segundo o inquérito ao emprego do INE, a população economicamente ativa passou de 232.198 em 2017 para 222.028 em 2018, apresentando uma redução de 10.170 pessoas. A taxa de atividade em Cabo Verde situou-se em 55,6%, reduzindo em 3,6% num ano.

No que concerne à população empregada, no ano de 2018 foi estimada em 195.000 pessoas, menos 8.775 pessoas quando comparado com o ano transato.

Apesar do declínio registrado no número de desempregados em 1.396 pessoas, a taxa de desemprego no ano 2018 manteve-se em 12,2%. Contrariamente ao ano anterior, a maior predominância de desempregados ocorreu a nível do sexo masculino com uma taxa de 12,7% contra 11,7% do sexo feminino.

A população com idade compreendida entre 15 e 24 anos apresentou a maior taxa de desemprego situada em 27,8%, embora tenha diminuído consideravelmente de 4,6% no espaço de um ano.

Quadro 4 - Indicadores do mercado de trabalho, 2013-2018

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018
População Economicamente Ativa - PEA	221.874	217.158	222.085	246.680	232.198	222.028
Taxa de atividade	60,1%	57,9%	58,3%	63,7%	59,2%	55,6%
Taxa de atividade dos Homens	67,1%	65,0%	64,1%	69,4%	66,3%	62,5%
Taxa de atividade das Mulheres	53,5%	51,2%	52,7%	58,2%	52,1%	48,7%
Taxa de atividade 15-24 anos	37,3%	35,7%	34,3%	43,0%	35,8%	32,6%
Taxa de atividade 25-34 anos	80,0%	76,4%	75,5%	81,1%	75,6%	73,5%
Taxa de atividade 35-64 anos	75,0%	72,6%	73,4%	76,6%	72,9%	67,2%
População Empregada	185.486	182.831	194.485	209.725	203.775	195.000
Masculina	54,2%	54,3%	53,5%	55,1%	55,8%	55,6%
Feminina	45,8%	45,7%	46,5%	44,9%	44,2%	44,4%
Taxa de Desemprego	16,4%	15,8%	12,4%	15,0%	12,2%	12,2%
Taxa de Desemprego dos Homens	16,9%	16,3%	13,5%	12,9%	11,8%	12,7%
Taxa de Desemprego das Mulheres	15,7%	15,1%	11,2%	17,4%	12,8%	11,6%
Taxa de Desemprego 15-24 anos	34,6%	35,8%	28,6%	41,0%	32,4%	27,8%
Taxa de Desemprego 35-64 anos	7,4%	7,8%	6,1%	5,2%	6,0%	5,8%

Fonte: IMC 2013 a 2018, INE

O emprego em Cabo Verde apresenta um perfil urbano, sendo que em 2018 cerca de 73,7% dos empregados residiam no meio urbano. Da mesma forma, o sector terciário abrangeu a maioria da população empregada, com um peso de 66,3% da população empregada.

As empresas privadas apresentaram maior empregabilidade em 2018, registrando um peso de 40,4% do total de empregos, seguido dos Trabalhadores por Conta Própria com 30,4%, da Administração Pública com 17,4% e dos “em casa de família” com 5,9%.

Relativamente ao vínculo laboral, 56,3% dos trabalhadores por conta de outrem tem um contrato formal com o seu empregador. É de ressaltar que um dos motivos do declínio da população empregada foi a queda pelo segundo ano consecutivo do número de empregados do sector primário, ou seja, uma queda de 6,6 % de 2016 para 2017, e de 1,9% de 2017 para 2018. No ramo de agricultura pesca e criação de gados verificou-se uma queda de 4.798 empregos.

Quadro 5 - Indicadores da população empregada (%), 2016 - 2018

Descrição	2016	2017	2018
Meio de residência			
Urbano	69,6	74,3	73,7
Rural	30,4	25,7	26,3
Sector de atividade			
Primário	20,4	14,4	12,5
Secundário	18,5	21,2	21,2
Terciário	61,1	64,4	66,3
Situação na profissão			
Administração pública	16,0	16,3	17,4
Empresa privada	39,2	40,3	40,4
Empresa do Estado	2,5	2,8	3,5
Empregador	4,8	4,8	4,4
Conta própria	24,1	25,5	26,0
Ajuda familiar	6,5	3,4	1,5
Em casa de família	5,8	6,0	5,9
Outra Situação	1,0	0,9	0,9
Total	100,0	100,0	100,0
Vínculo dos TCO*			
Com contrato	34,5	39,5	56,3
Sem contrato ou Acordo Verbal	62,1	59,4	39,7
Não Sabe/Não Responde/ND	3,3	1,1	4,0
Total	100,0	100,0	100,0
*Relativamente aos anos 2016 e 2017, trata-se do vínculo da população empregada, isto é, incluindo os trabalhadores por conta própria.			
Fonte: IMC 2016, 2017 e 2018, INE			

IV. A PROTEÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA EM NÚMEROS

Quadro 6 - Indicadores do Sistema de Segurança Social, 2016-2018

Indicadores	Unidade	2016	2017	2018
<u>Dimensão:</u>				
População Residente (INE: Retroprojeções Demográficas 2010-2030)	Unid	531 239	537 663	544 081
População Economicamente Ativa (INE: IE 2015 e IE 2016)*	Unid	246 680	232 198	222 028
População Economicamente Ativa Empregada (INE: IE 2015 e IE 2016)*	Unid	209 725	203 775	195 000
Beneficiários do Sistema	Unid	210 253	225 222	238 965
Trabalhadores Ativos Inscritos no INPS	Unid	83 441	92 444	98 059
Pensionistas do INPS	Unid	6 767	7 184	7 559
Beneficiários das convenções	Unid	10 281	10 109	10 306
Empresas inscritas	Unid	5 346	6 579	8 257
Percentagem do REMPE nas empresas inscritas	%	26,9	41,4	54,4
Empregados INPS	Unid	207	206	221
Quantidade de Balcões de Atendimento	Unid	19	19	20
Concelhos do país com Balcão de Atendimento do INPS	Unid	16	16	17
Prestadores de Serviço de Saúde e Afins com acordos com o INPS	Unid	152
Segurados / Empregado INPS	Unid	403	449	444
Beneficiários / Empregados INPS	Unid	1 016	1 093	1 081
Segurados / Pensionistas do INPS (Sistema de Pensões do INPS)	Unid	10,0	10,8	11,2
(Beneficiários com direito derivado + Pensionistas do INPS) / Segurados	Unid	2,3	2,3	2,3
Média de trabalhadores por empresa do RG	Unid	13,3	14,6	15,1
Média de trabalhadores por empresa do REMPE	Unid	2,6	2,5	2,4
Segurados / PEA	%	33,8	39,8	44,2
Segurados / PEA - Empregada	%	39,8	45,4	50,3
Taxa de cobertura do Sistema da Proteção Social	%	39,6	41,9	43,9
<u>Massa salarial dos trabalhadores inscritos:</u>				
Massa salarial anual	mCVE	43 237 984	46 454 239	49 563 474
Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	CVE	47 588	47 948	48 335
Salário médio mensal dos trabalhadores do REMPE	CVE	20 393	20 487	21 141
Salário médio mensal dos trabalhadores da Função Pública Regime atual	CVE	54 930	56 100	59 296
Salário médio mensal dos trabalhadores da Função Pública Regime Novo	CVE	53 893	54 059	55 161
Salário médio mensal declarado dos trabalhadores por conta própria	CVE	20 566	19 537	19 165
Salário médio mensal dos trabalhadores domésticos	CVE	12 597	12 515	13 075
Salário médio mensal por segurados ativos	CVE	47 462	46 710	46 351
<u>Doença e maternidade:</u>				
Média de dias subsidiados por doença / beneficiário	dia	35	37	42
Média de dias subsidiados por Maternidade / beneficiário	dia	60	60	60
Média de subsídio de doença / dia subsidiado	CVE	981	971	854
Média de subsídio de maternidade / dia subsidiado	CVE	1 118	1 150	891
Média mensal de evacuações internas	Unid.	233	295	269
Média mensal de evacuações externas	Unid.	34	33	34
<u>Prestações e contribuições:</u>				
Receitas de contribuições (declaradas)	mCVE	9 403 802	10 108 316	11 135 895
Despesas de prestações	mCVE	4 015 598	4 494 825	4 831 035
Contribuições / Prestações	Unid.	2,3	2,2	2,3
Prestações Diferidas / Prestações Totais	%	40	40,2	40,4
Prestações em Espécie / Prestações Totais	%	46	45,8	44,7
Prestações Pecuniárias / Prestações Totais	%	6	6,4	6,7
Abono de Família e Prest. Complementares / Prestações Totais	%	8	7,6	8,0
Média mensal das prestações / Segurado ativo	CVE	4 010	4 052	4 106
Média mensal das prestações / Beneficiário	CVE	1 592	1 663	1 685

Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuariais e Relações Internacionais - GEARI, INPS, Setembro 2019

V. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018

Apresentam-se neste capítulo, sob a forma de tópicos, os principais acontecimentos ocorridos no ano 2018 no sistema de proteção social obrigatória:

- Crescimento da cobertura da população cabo-verdiana pela Segurança Social, **de 40,9% em 2016 para 43,9% em 2018** (de 217.132 para 238.965 pessoas).
- Crescimento da cobertura da população empregada, **de 39,8% em 2016 para 50,3% em 2018** (de 83.411 para 98.059 trabalhadores inscritos).
- Elaboração do Primeiro Plano Estratégico do INPS e do Plano de Extensão de Proteção Social, ambos os instrumentos tendo por horizonte 2021.
- Elaboração do Estudo Atuarial (novembro 2018).
- Elaboração do Estudo de Satisfação dos Utentes.
- Realização da Comissão Mista Cabo Verde e Portugal, com o objetivo de avaliar os últimos dois anos da aplicação da Convenção sobre Segurança Social; aprovação dos Formulários de acesso às prestações e ainda avaliação do estágio de cumprimentos dos procedimentos visando a entrada em vigor do Novo Acordo de Revisão da Convenção sobre a Segurança Social.
- Assinatura do **Novo Acordo Administrativo de aplicação da Convenção sobre Segurança social Cabo Verde e Portugal**.
- Estabelecimento e entrada em vigor de novo sistema de pagamento dos beneficiários evacuados em Portugal, via *e-banking* resultante do Protocolo assinado entre o INPS e Caixa Geral de Depósitos- Portugal;
- Assinatura de Protocolo com todos os Bancos Comerciais para efeito de Cobrança de Contribuições e Pagamento de Prestações aos Beneficiários;
- Estudo sobre a proposta de alteração do período de atribuição do subsídio de maternidade, submetido ao Governo;
- Início do Estudo de Viabilidade de criação de uma Regime Especial dos Marítimos.
- Lançamento do concurso e início do estudo sobre a Análise de Risco da Carteira de Ativos do INPS. Empresa selecionada E&Y.
- Definição e aprovação da Política de Investimento do INPS.
- Assunção de desenvolvimento “*inhouse*” do Sistema Informático do INPS (SIPS).

- Implementação de reformas a nível do Sistema de informação “SIPS” com impacto na segurança informática e Proteção de dados.
- Implementação do Projeto de Consolidação de Qualidade de Dados através da identificação e tratamento de inconsistências da base de dados do INPS.
- Informatização da área de Convenções sobre Segurança Social aplicável a 7 países.
- Início da construção do Novo Portal INPS centrado no cliente, visando a disponibilização de Serviços *online*, como inscrições dos contribuintes e trabalhadores, entrega de declaração e respetivo pagamento eletrónico das contribuições de Segurança Social.
- Criação e Implementação do Sistema de Gestão de Subsídio de Desemprego;
- Organização do Arquivo Geral do INPS, com enfoque nos arquivos individuais dos segurados e contribuintes (implementação do Plano de Arquivo).
- Lançamento do concurso público de ideias para efeito de seleção do Gabinete de Arquitetura para elaboração do projeto do Edifício de 5 (cinco) pisos a ser construído na Ilha do Sal (instalações do INPS e Apartamentos para venda).
- Alteração do Decreto-lei nº 51/2005, de 25 de julho, através do **Decreto-Lei nº 69/2018, de 20 de dezembro** (extensão do prazo de transição do período de garantia para atribuição da pensão de velhice e alteração entrada em vigor da carreira contributiva de 15 anos para o ano 2023);
- Publicação da Portaria Conjunta de 31 de dezembro, que estabelece os Coeficientes de Revalorização utilizados durante o ano 2019 na determinação da remuneração de referência que serve de base de cálculo das pensões de velhice e invalidez;
- Assinatura de acordos com diferentes estruturas de Saúde visando a disponibilização de meios de diagnósticos dos beneficiários.
- Implementação do Regulamento de Licença sem vencimento.
- Implementação do Subsídio de diuturnidade no âmbito do PCCS.
- Reforço do Gabinete de Auditoria Interna.

VI. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO INPS

A abordagem do planeamento e o modelo de orçamentação do INPS são feitos em cumprimento da Lei nº 72/VIII/2014, de 19 de setembro, que estrutura os Planos as Atividades e Orçamento (PAO) anuais dos setores em programas e ações a serem realizadas.

A estruturação sob a forma de programas proporciona maior racionalidade e eficiência na gestão dos Regimes de Proteção Social Obrigatória bem como eleva a transparência na aplicação dos recursos administrados.

Os programas vão ao encontro da missão do Instituto e enquadram-se nos objetivos estratégicos de intervenção definidos no Plano Estratégico do INPS 2017-2021.

Assim o PAO 2018 foi estruturado em 11 (onze) programas, organizados em três áreas estratégicas do PEDS 2017-2021: “Capital Humano”, “Reformas Económicas e Estruturais” e “Aposta na Inovação e Conhecimento”. Existe ainda uma área transversal que se intitula “Gestão e Administração Geral” que engloba as atividades da gestão administrativa e dos recursos humanos. Os programas definidos são desenvolvidos através a realização de atividades pelas diferentes unidades orgânicas do INPS.

Quadro 7 - O PAO 2018 do INPS enquadrado no PEDS 2017-2021

Pilar	Área Estratégica	Programas PEDS	Programas INPS
Economia	Reformas Económicas e Estruturais	Cabo Verde Plataforma Financeira	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros
		Reforma do Estado	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados
			Melhoria da Comunicação e Imagem Institucional
	Aposta na Inovação e Conhecimento	Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação	Consolidação do Sistema de Informação
Social	Capital Humano	Promoção do Emprego Digno e Qualificado	Melhoria na Gestão das Prestações
			Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições
			Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional
			Promoção da Sustentabilidade do Sistema
Gestão e Administração Geral			Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas
			Melhoria da gestão contabilística e financeira
			Acompanhamento da Boa Gestão dos Recursos Humanos

A. ÁREA ESTRATÉGICA DE CAPITAL HUMANO

1. Melhoria na Gestão das Prestações

1.1. População Abrangida pela Proteção Social Obrigatória

No ano de 2018, o número de inscritos era de 238 965 pessoas que, cumprindo o prazo de garantia, tinham direito a pelo menos uma prestação social, sendo que todos têm direito à assistência na saúde. Houve um crescimento dos inscritos em termos homólogos de 6,1% face a 2017.

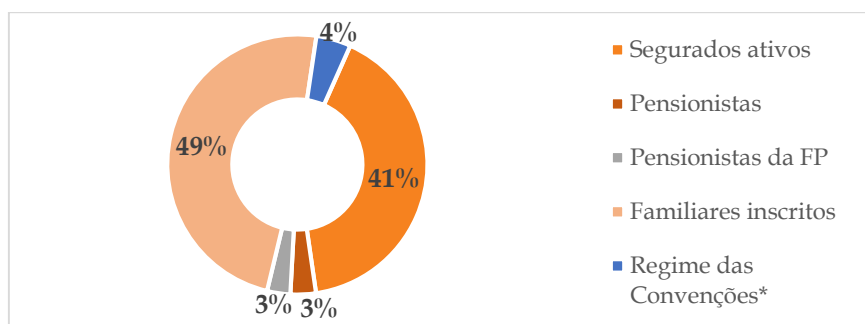
Quadro 8 - Número de Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2016-2018

Descrição	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Nº	Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Segurados ativos	83 441	92 444	98 059	41,0%	9 003	5 615	10,8%	6,1%
Pensionistas*	6 783	7 184	7 559	3,2%	401	375	5,9%	5,2%
Pensionistas da FP	5 362	6 109	6 898	2,9%	747	789	13,9%	12,9%
Familiares inscritos	104 386	109 376	116 143	48,6%	4 990	6 767	4,8%	6,2%
Regime das Convenções**	10 281	10 109	10 306	4,3%	-172	197	-1,7%	1,9%
Total	210 253	225 222	238 965	100,0%	14 969	13 743	7,1%	6,1%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2019.

Os segurados ativos representam cerca de 41,0% do total de inscritos em 2018, os pensionistas do INPS e da Função Pública¹ (FP) 6,1%, os familiares inscritos e os beneficiários do Regime das Convenções 48,6% e 4,3%, respetivamente.

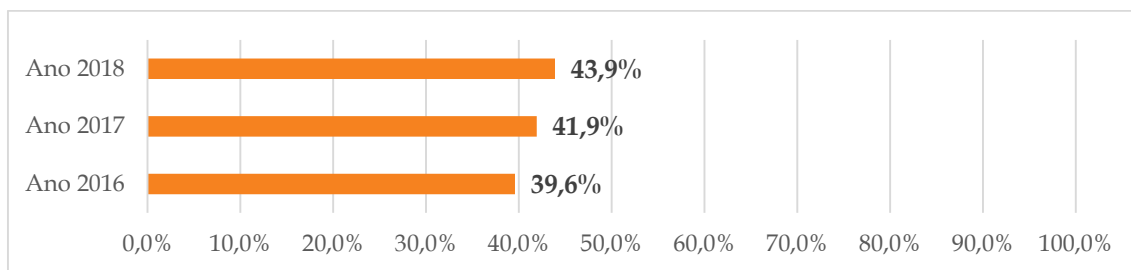
Gráfico 5 - Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2016 - 2018



Fonte: GEARI, INPS abril 2019

A taxa de cobertura legal do sistema de proteção social obrigatória em 2018 fixou-se em cerca de 43,9% da população residente, correspondente a um ganho de 2,0% em termos absolutos em relação a 2017.

¹ Os pensionistas da função pública têm direito aos benefícios da assistência na doença, as suas pensões são pagas pelo Ministério das Finanças.

Gráfico 6 - Abrangência do Sistema de Segurança Social, 2016 - 2018

Fonte: Cálculos do GEARI com base nos dados do INPS e das Projeções da População Residente 2010-2030 do INE, abril 2019.

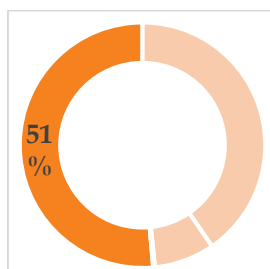
1.2. Gestão das Prestações Sociais em 2018

Este programa tem por objetivo promover o reforço da adequação das prestações e imprimir maior rigor na sua gestão, assegurando o pagamento atempado e em conformidade com a legislação tendo em vista a melhoria do nível de satisfação dos beneficiários.

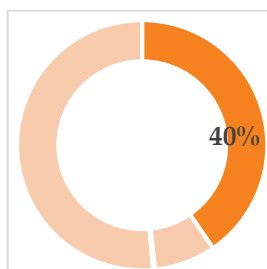
4 831 milhões de CVE pagos em Prestações Sociais

+ 7,5% face ao ano transato

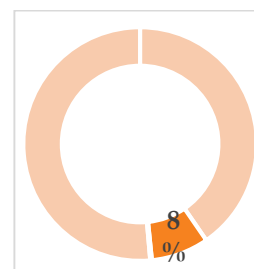
% Doença e Maternidade



% Prestações Diferidas



% Prestações Familiares



Ressaltar que o a atribuição do subsídio de desemprego iniciou em julho de 2018 com efeitos retroativos a fevereiro. Os pagamentos totalizaram o valor de 10 550 milhares de CVE, beneficiando 251 desempregados.

Quadro 9 - Despesas com as Prestações Sociais (mil CVE), 2016-2018

Ramo	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variações Absolutas		Variações Relativas	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Doença e Maternidade	2 092 662	2 345 632	2 482 787	51,4%	252 969	137 155	12,1%	5,8%
Prestações Diferidas	1 588 515	1 807 195	1 952 115	40,4%	218 678	144 920	13,8%	8,0%
Abono de Família e Prestações Complementares	334 421	341 997	385 583	8,0%	7 576	43 586	2,3%	12,7%
Subsídio de Desemprego	-	-	10 550	0,2%	n.a.	10 550	n.a.	n.a.
Prestações Sociais Pagas	4 015 598	4 494 825	4 831 035	100,0%	479 223	336 210	11,9%	7,5%

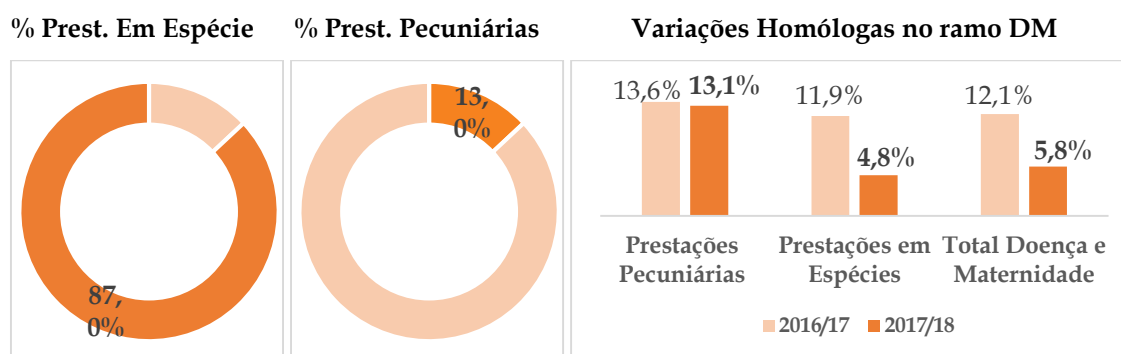
n.a.: não aplicável

Fonte: DFI, INPS - 2019

1.2.1. Doença e Maternidade

Em 2018 foram pagos **2 483 milhões de CVE** de prestações sociais no ramo Doença e Maternidade (DM), sendo cerca de 87% em Assistência Médica e Medicamentosa e 13% em Subsídios de Doença e de Maternidade.

As despesas neste ramo cresceram em 6% face ao ano transato, variação menor do que no ano passado de 12%, derivado do crescimento moderado das prestações em espécie.



Quadro 10 - Prestações do Ramo Doença e Maternidade (mCVE), 2016-2018

Ramo Doença e Maternidade (DM)	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variações Absolutas		Variações Relativas	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Prestações Pecuniárias	252.063	286.225	323.713	13,0%	34.162	37.488	13,6%	13,1%
Prestações em Espécies	1.840.599	2.059.406	2.159.073	87,0%	218.807	99.667	11,9%	4,8%
Custos DM	2.092.662	2.345.632	2.482.787	100,0%	252.969	137.155	12,1%	5,8%

Fonte: DFI, INPS, Abril 2019

1.2.1.1. Prestações Pecuniárias

Com a finalidade de garantir a atribuição atempada das prestações, foi estabelecido a partir de 01 de maio de 2018 pela Ordem de Serviço nº 19/CE/2018 que o subsídio de doença deve ser processado no prazo de 10 dias a contar da data do pedido e que os pagamentos são feitos a partir do dia 20 de cada mês a que se refere o subsídio.

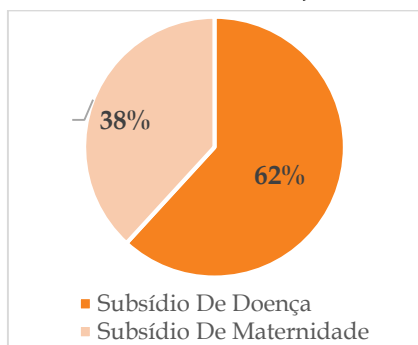
Caixa: Prestações pecuniárias

São prestações de natureza pecuniária atribuídas aos segurados com incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença natural ou maternidade, com o objetivo de compensá-los da consequente perda de rendimento.

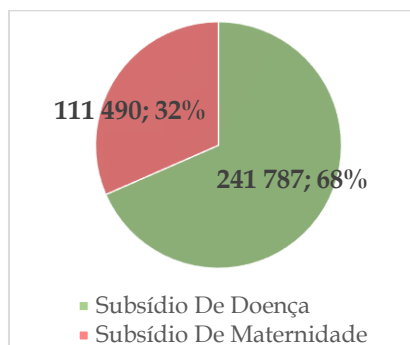
324 milhões de CVE pagos em Prestações Pecuniárias

(+ 13,1%)

Prest. Pecuniárias, 2018



Dias subsidiados com a DM



No universo de 98 059 segurados, 6% (5 805 segurados) receberam pelo menos um subsídio de doença e 4% das mulheres seguras (1 859) o subsídio de maternidade, correspondendo a variações anuais do número de beneficiários de +18,0% e +18,3%, respetivamente. Os dias subsidiados por doença cresceram no mesmo período 31,9%.

A média de dias subsidiados por beneficiário por motivo de doença aumentou de cerca de 4 dias de 2017 para 2018, estabelecendo em 42 dias. Relativamente ao subsídio de maternidade, a duração da licença de parto é fixada por lei a 60 dias.

Quadro 11 - Prestações Pecuniárias pagas, 2016-2018

Prestações Pecuniárias	Ano				Variações Absolutas		Variações Relativas	
	2016	2017	2018	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Subsídio De Doença								
Nº Beneficiários	4 648	4 919	5 805		271	886	5,8%	18,0%
Dias Subsidiados	164 938	183 270	241 787	68,4%	18 332	58 517	11,1%	31,9%
Valor Pago (mCVE)	163 814	177 943	200 088	61,8%	14 129	22 145	8,6%	12,4%
Valor Médio por Beneficiário (mCVE)	35,244	36,175	34,468		0,931	-1,707	2,6%	-4,7%
Média de dias subsidiados	35	37	42		2	5	5,0%	12,6%
Subsídio De Maternidade								
Nº Beneficiárias	1 312	1 572	1 859		260	287	19,8%	18,3%
Dias Subsidiados	78 785	94 199	111 490	31,6%	15 414	17 291	19,6%	18,4%
Valor Pago (mCVE)	88 249	108 283	123 625	38,2%	20 033	15 343	22,7%	14,2%
Valor Médio por Beneficiário (mCVE)	67,263	68,882	66,501		1,619	-2,381	2,4%	-3,5%
Média de dias subsidiados	60	60	60		0	0	-0,2%	0,0%
Total Dias Subsidiados	243 723	277 469	353 277	100,0%	33 746	75 808	13,8%	27,3%
Total Valor Pago (mCVE)	252 063	286 225	323 713	100,0%	34 162	37 488	13,6%	13,1%

Fonte: DFI, DPD e GEARI, INPS, 2019

1.2.1.2. Prestações em Espécie

No âmbito do protocolo assinado entre o INPS e o Ministério da Saúde e Segurança Social e executado pelos hospitais centrais, regionais e delegacias de saúde do país, o INPS comparticipa nos custos dos cuidados da saúde e hospitalares conferidos aos beneficiários. A comparticipação anual ascende o montante de **400 000 milhares de CVE**, transferido em dotações mensais via DUC ao Ministério da Saúde, aos hospitais centrais e regionais.

O acesso à assistência na doença é complementado mediante reembolso direto aos beneficiários ou através de prestadores de serviço do setor privado da saúde com os quais o INPS tem instituído acordos. São **152** o número de prestadores envolvidos na prestação aos cuidados de saúde dos beneficiários. Trata-se de farmácias, clínicas de estomatologia, fisioterapia e de exames clínicos, óticas e postos de venda de próteses e outros dispositivos de compensação.

Caixa: Assistência Médica, Hospitalar e Medicamentosa (AMM)

A **Assistência Médica e Hospitalar** consiste em compartilhar nos custos dos beneficiários com os cuidados médicos, internamento hospitalar, evacuações sanitárias, exames e meios auxiliares de diagnóstico e outros meios indispensáveis à cura clínica através dos Serviços Públicos da Saúde, com exceção dos serviços especializados de Estomatologia e Fisioterapia.

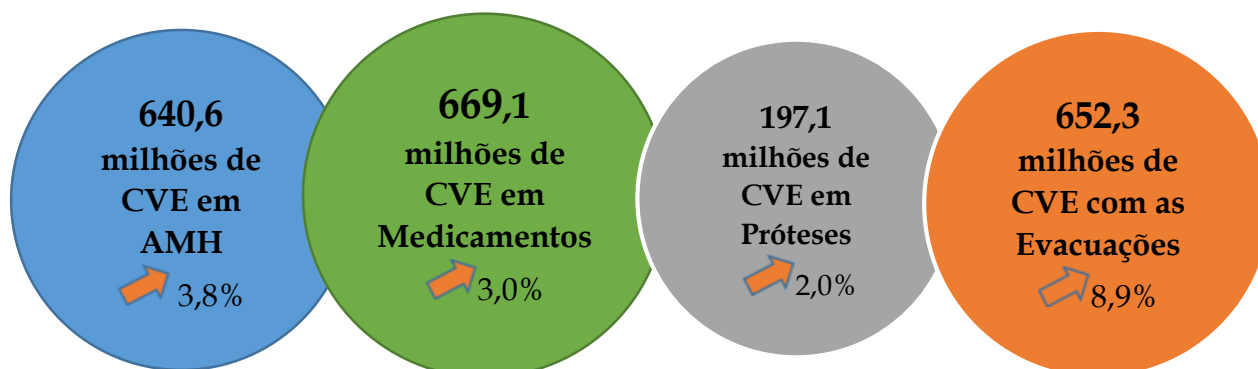
A **Assistência Medicamentosa** é a comparticipação na compra de medicamentos, que constam da Lista Nacional, mediante apresentação da receita médica.

Evacuações - Quando esgotados os meios para tratamento e/ou diagnóstico, os beneficiários com direito ativo são evacuados de um concelho para os hospitais centrais e em último caso para Portugal, país com o qual Cabo Verde tem estabelecido acordo no domínio da saúde.

A **AMM visa reduzir os encargos financeiros dos beneficiários com a saúde.**

2 159 milhões de CVE pagos em AMM

+ 4,8% face ao ano transato



Quadro 12 - Prestações em Espécies com a AMM (mCVE), 2016-2018

Prestações em Espécie	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Assistência Médica e Hospitalar	593 725	617 261	640 570	29,7%	23 536	23 309	4,0%	3,8%
Compensação ao Ministério da Saúde	399 982	400 000	399 697	18,5%	18	-303	0,0%	-0,1%
Despesas de Estomatologia	141 148	143 478	158 877	7,4%	2 330	15 399	1,7%	10,7%
Outras Despesas com Assist. Médica	52 595	73 783	81 996	3,8%	21 188	8 213	40,3%	11,1%
Assistência Medicamentosa	541 076	649 854	669 070	31,0%	108 778	19 216	20,1%	3,0%
Próteses e Outros Dispositivos	172 315	193 212	197 085	9,1%	20 897	3 873	12,1%	2,0%
Despesas de Transporte e Estadia	526 693	599 079	652 348	30,2%	72 386	53 269	13,7%	8,9%
Transporte	99 344	107 166	108 827	5,0%	7 822	1 661	7,9%	1,5%
Estadia	423 847	486 561	540 063	25,0%	62 714	53 502	14,8%	11,0%
Internas	94 021	107 693	103 462	4,8%	13 672	-4 231	14,5%	-3,9%
Externas	329 826	378 868	436 601	20,2%	49 042	57 733	14,9%	15,2%
Outras Despesas de Transporte e Estadia	3 502	5 352	3 458	0,2%	1 850	-1 894	52,8%	-35,4%
Despesas Convencionais	6 790	0	0	0,0%	- 6 790	0	-100,0%	n.a.
Total	1 840 599	2 059 406	2 159 073	100,0%	218 807	99 667	11,9%	4,8%

Fonte: DFI, abril 2019, INPS

Evacuações – Transporte e Estadia

A evacuação de doente só é efetuada mediante proposta fundamentada do médico assistente, homologada pelo Delegado da Saúde do local de residência. Em caso de evacuações entre hospitais centrais ou para o exterior, é da competência da Junta de Saúde.

Caixa: Prestações atribuídas aos Evacuados:

- Bilhete de passagem ida e volta;
- Assistência médica, hospitalar e medicamentosa;
- Subsídio diário único ou de estadia, nos termos da legislação;
- Subsídio de doença, nos termos da legislação.

4 939 foram as deslocações feitas no quadro das evacuações sanitárias em 2018, correspondentes a uma variação homóloga de - 9,2%, com destaque para as evacuações internas. Convém ressaltar que dos 4 939 evacuados, 26% são acompanhantes.

Gráfico 7 - Evacuações por tipo, 2016-2018

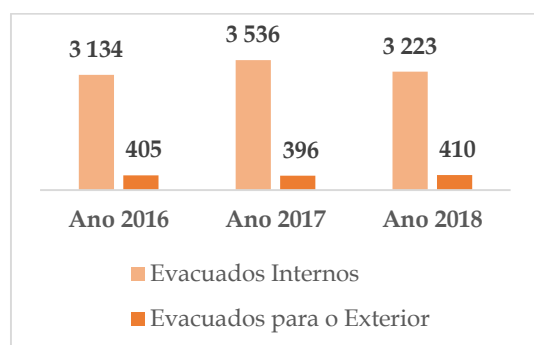
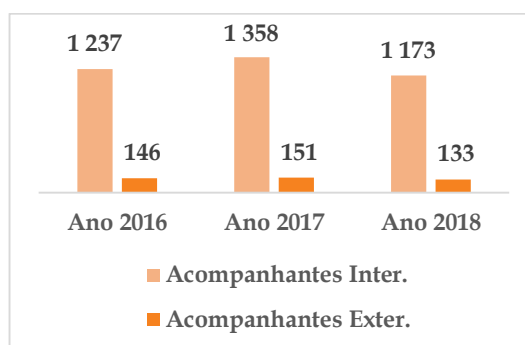
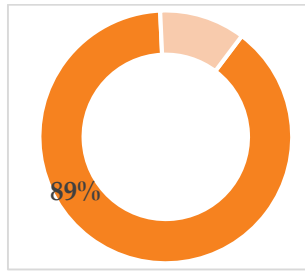


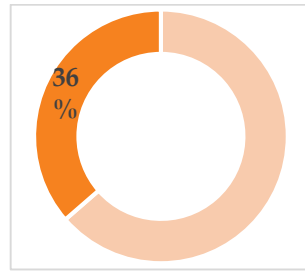
Gráfico 8 - N° de Acompanhantes, 2016-2018



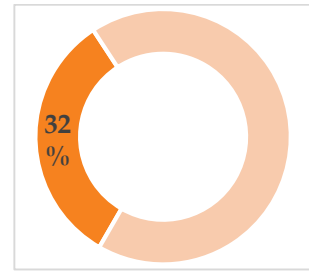
Peso das Deslocações Internas



Evac. Internas c/ Acompanhantes



Evac. Externas c/ Acompanhantes



Quadro 13 - Número de Deslocações sanitárias efetuadas por tipo, 2016 - 2018

Eventualidade	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			#	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Deslocações Internas*	4 371	4 894	4 396	89,0%	523	-498	12,0%	-10,2%
Evacuados Internos	3 134	3 536	3 223	65,3%	402	-313	12,8%	-8,9%
Acompanhantes	1 237	1 358	1 173	23,7%	121	-185	9,8%	-13,6%
Evacuados com acompanhantes	39,5%	38,4%	36,4%		-1,1%	-2,0%		
Deslocações para o Exterior*	551	547	543	11,0%	-4	-4	-0,7%	-0,7%
Evacuados para o Exterior	405	396	410	8,3%	-9	14	-2,2%	3,5%
Acompanhantes	146	151	133	2,7%	5	-18	3,4%	-11,9%
Evacuados com acompanhantes	36,0%	38,1%	32,4%		2,1%	-5,7%		
Total Deslocações*	4 922	5 441	4 939	100,0%	519	-502	10,5%	-9,2%
Evacuados	3 539	3 932	3 633	73,6%	393	-299	11,1%	-7,6%
Acompanhantes	1 383	1 509	1 306	26,4%	126	-203	9,1%	-13,5%
Evacuados com acompanhantes	39,1%	38,4%	35,9%		-0,7%	-2,4%		

* Inclusive os acompanhantes e técnicos de saúde

Fonte: DAD, Março 2019

Evacuações internas 2018

As evacuações internas realizadas somaram **3 223** correspondente a **65% do total**, excluindo os acompanhantes. As ilhas do Fogo, Santo Antão e Sal continuam a concentrar a maior parte, 55% dos casos.

Das evacuações internas, 314 foram de máxima urgência, o que representa 10% das evacuações internas, com destaque para a ilha do Sal com mais de 1/3, mais precisamente 34% do total.

Gráfico 9 - Origens das Evacuações Internas

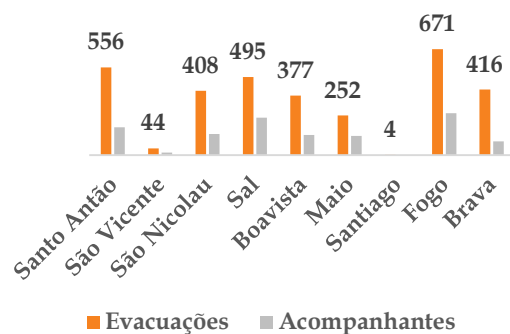
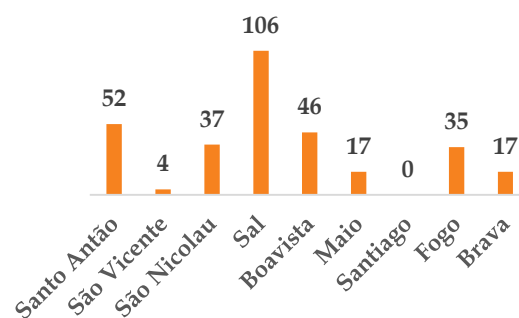
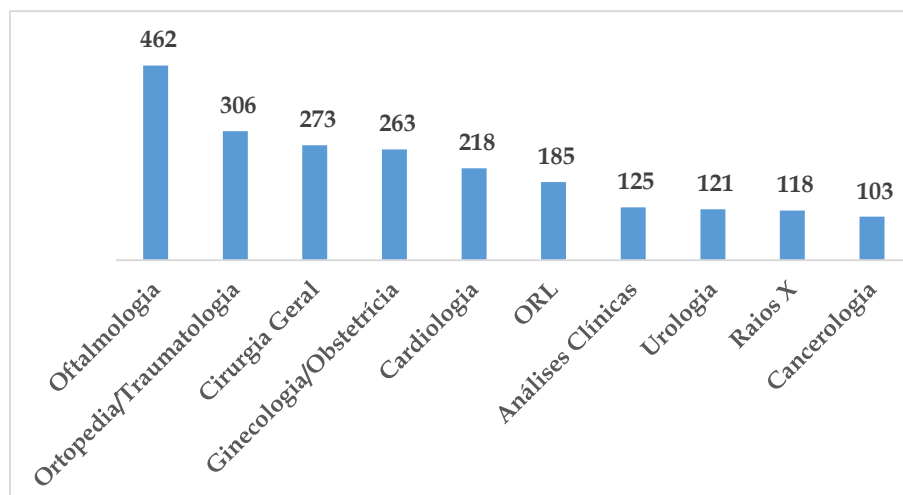


Gráfico 10 - Origens das Máximas Urgências



Oftalmologia, Ortopedia/Traumatologia, Cirurgia Geral, Ginecologia/Obstetrícia e Cardiologia foram as cinco especialidades médicas que originaram mais evacuações internas, 47% dos casos.

Gráfico 11 - Topo 10 Especialidades Evacuações Internas, 2018



Fonte: GEARI, INPS, 2019

Quadro 14 - Evacuações Internas por ilha de Origem, 2016-2018

Proveniência	Ano 2016		Ano 2017		Ano 2018				Variação			
	Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.	Total	Peso	2017/2016		2018/2017	
									Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.
Santo Antão	564	212	746	264	556	178	734	16,7%	32,3%	24,5%	-25,5%	-32,6%
São Vicente	28	16	67	29	44	18	62	1,4%	139,3%	81,3%	-34,3%	-37,9%
São Nicolau	372	147	434	179	408	134	542	12,3%	16,7%	21,8%	-6,0%	-25,1%
Sal	587	262	577	253	495	239	734	16,7%	-1,7%	-3,4%	-14,2%	-5,5%
Boavista	465	155	463	162	377	128	505	11,5%	-0,4%	4,5%	-18,6%	-21,0%
Maio	316	131	359	129	252	122	374	8,5%	13,6%	-1,5%	-29,8%	-5,4%
Santiago	3	0	7	1	4	0	4	0,1%	133,3%	n.a.	-42,9%	-100,0%
Fogo	514	208	580	249	671	266	937	21,3%	12,8%	19,7%	15,7%	6,8%
Brava	285	106	303	92	416	88	504	11,5%	6,3%	-13,2%	37,3%	-4,3%
Total	3 134	1 237	3 536	1 358	3 223	1 173	4.396	100,0%	12,8%	9,8%	-8,9%	-13,6%

Fonte: DAD e GEARI, INPS, 2019

Evacuações para o exterior

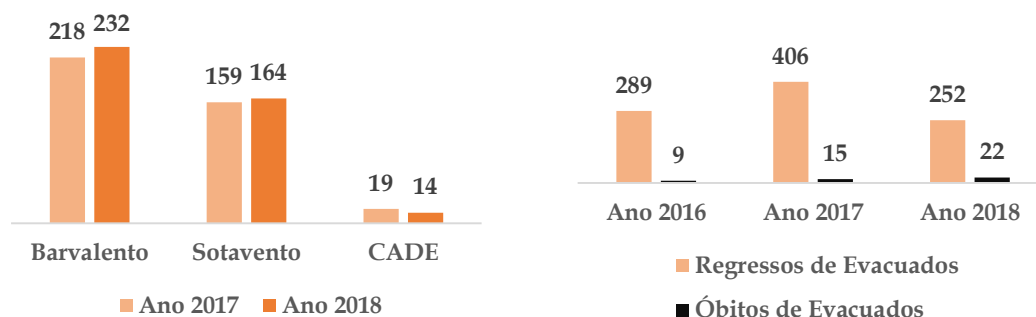
A gestão dos evacuados em Portugal é feita através do Centro de Acolhimento (CADE) do INPS em articulação com a Sede Nacional, e garante o acompanhamento, desde a chegada até o regresso dos beneficiários que paulatinamente vão concluindo o tratamento médico.

O número de evacuações para o exterior foi em 2018 de **410**, verificando um aumento de 14 casos face a 2017 e uma proveniência de 57% da junta de saúde

de Barlavento. Durante o ano 2018 regressaram para Cabo Verde **252** beneficiários evacuados e faleceram 22, correspondendo a variações homólogas de - 38% e + 47%, respetivamente.

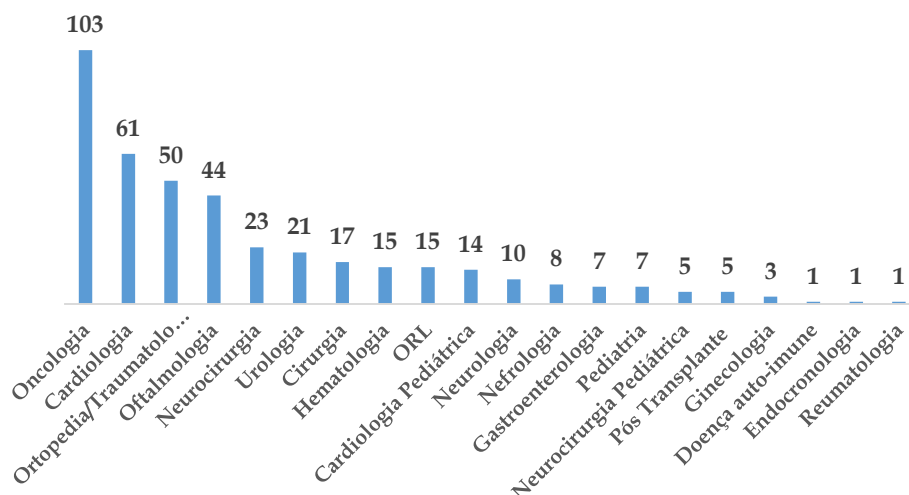
Constata-se uma tendência de aumento da permanência dos evacuados em Portugal e por outro lado a manutenção do peso dos evacuados com origem em Barlavento.

Gráfico 12 - Proveniência Evacuados Externos **Gráfico 13 - Regressos e óbitos dos Evacuados**



À semelhança do ano transato, a **Oncologia, Cardiologia, Ortopedia e Traumatologia, Oftalmologia e Neurocirurgia** foram as 5 especialidades médicas que originaram mais evacuações para Portugal, representando 68% do total.

Gráfico 14 - Especialidades Médicas dos Evacuados para o Exterior



Quadro 15 - Regressos e óbitos dos evacuados para o exterior

Descrição	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variações Absolutas		Variações Relativas	
				2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Regressos de Evacuados	289	406	252	117	-154	40,5%	-37,9%
Óbitos de Evacuados	9	15	22	6	7	66,7%	46,7%

Fonte: DAD, INPS, 2019

1.2.2. Prestações diferidas – Pensões

As prestações diferidas continuam a crescer tendo em conta a juventude do sistema, tendência caracterizada pelos aumentos do número de segurados que ascendem a condição de pensionista e do valor anual pago em pensões.

97% das pensões foram processadas e pagas dentro do prazo estabelecido.

O tempo médio de resposta registado na conclusão dos pedidos de novas pensões foi de 44 dias, representando assim uma redução de 13 dias, quando comparado com o registado em 2017.

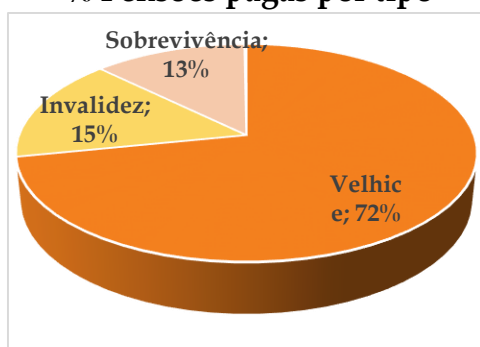
Caixa: Prorrogação do Período de Transição para as Pensões.

O Decreto-lei nº 69/2018, de 20 de dezembro vem estender o período de transição da fórmula de cálculo da pensão e da formação do prazo de garantia que aumentam de um ano para outro, por mais 5 anos e de forma progressiva alcançar o prazo mínimo de 15 anos de período de garantia em 2023.

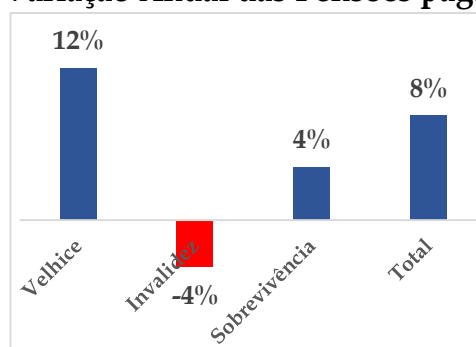
1 952 milhões de CVE foram pagos em Pensões em 2018

+ 8,0% face ao ano transato

% Pensões pagas por tipo



Variação Anual das Pensões pagas



Quadro 16 - Pensões pagas por tipo de eventualidade (mCVE), 2016-2018

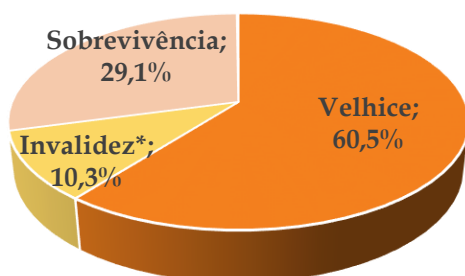
Rubrica	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Velhice	989 083	1 255 679	1 402 271	71,8%	266 594	146 592	27,0%	11,7%
Invalidez	386 725	312 803	301 550	15,4%	- 73 922	- 11 253	-19,1%	-3,6%
Sobrevivência	209 329	235 368	244 949	12,5%	26 039	9 581	12,4%	4,1%
Complementar	3 378	3 345	3 345	0,2%	- 33	-	-1,0%	0,0%
Total	1 588 515	1 807 195	1 952 115	100,0%	218 678	144 920	13,8%	8,0%

Fonte: DFI, INPS, 2019

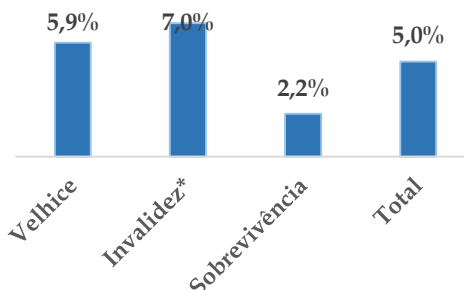
O número de pensionistas em 2018 foi de **7 559**, representando um crescimento em termos quantitativo de 5% face a 2017, variação inferior à do valor total pago em pensões (+6,4%).

Um indicador do sistema importante é o número de ativos versus pensionistas, que se situava em 11,2 no ano 2018. Ou seja, para cada pensionista havia 11,2 segurados a financiarem a sua pensão, enquanto em 2017 era de 10,8.

% Pensionistas por tipo



Variação n° Pensionistas em 2018



Quadro 17 - Número de Pensionistas por categoria, 2016-2018

Natureza	Ano 2016		Ano 2017*		Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Velhice	3 710	54,7%	4 303	59,9%	4 575	60,5%	593	272	13,8%	5,9%
Invalidez*	963	14,2%	721	10,0%	775	10,3%	-242	54	-33,6%	7,0%
Sobrevivência	2 094	30,9%	2 149	29,9%	2 198	29,1%	55	49	2,6%	2,2%
Complementar	12	0,2%	11	0,2%	11	0,1%	-1	0	-9,1%	0,0%
Reforma Antecipada	4	0,1%		0,0%		0,0%	-4	0		
Total	6 783	100,0%	7 184	100,0%	7 559	100,0%	401	375	5,9%	5,2%

*Foi feita a transferência de 283 pensionistas da condição de invalidez para a de velhice em março de 2017 por terem atingido a idade legal de reforma. Assim, o número de pensionistas de invalidez foi corrigido nas estatísticas de 2017.
Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2019.

Existem ainda dois regimes especiais no âmbito da gestão do ramo Pensões:

- 1) O Regime Comum, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 41/85, de 20 de abril, e, a favor dos trabalhadores a cargo das empresas públicas que transitaram da função pública por imposição da lei, em consequência da transformação dos serviços administrativos ou autónomos em que se enquadravam;
- 2) O Regime Unificado, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 1/2013, de 4 de janeiro, que institui o regime jurídico da pensão unificada de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral de previdência social e das pensões de aposentação ou reforma e de sobrevivência dos agentes da Administração Pública Central.

Neste âmbito, **601** dos pensionistas em 2018 eram do regime comum ou unificado, representando 8% do total de pensionistas do INPS. A pensão de velhice é predominante nesses regimes com um peso de 69%, a invalidez segue com 27% dos casos e apenas 4% são pensões de sobrevivência.

Quadro 18 - Número de Pensionistas por tipo, segundo o Regime, 2018

Regime de Pensões	Tipo Pensionistas				Total	Peso
	Velhice	Invalidez	Sobrevivência	Complementar		
Regime Geral	4 159	614	2 174	11	6.958	92,0%
Regime Especial	416	161	24	0	601	8,0%
<i>Regime Comum</i>	224	144	8		376	5,0%
<i>Regime Unificado</i>	192	17	16		225	3,0%
Total	4 575	775	2 198	11	7.559	100,0%
% no Regime Especial	69,2%	26,8%	4,0%	0,0%	100,0%	
% no Regime Comum	59,6%	38,3%	2,1%	0,0%	100,0%	
% no Regime Unificado	85,3%	7,6%	7,1%	0,0%	100,0%	

Fonte: DPD e GEARI, INPS, Abril de 2019

• Comissão de Verificação de Incapacidade (CVI)

O recurso ao Serviço Nacional de Telemedicina foi instituído em 2018 para efeito de certificação das incapacidades aos beneficiários residentes nas ilhas que não sejam às de São Vicente e Santiago.

Esta medida visa promover a equidade de acesso à certificação das incapacidades aos beneficiários residentes nas ilhas onde não se encontram domiciliadas as CVI.

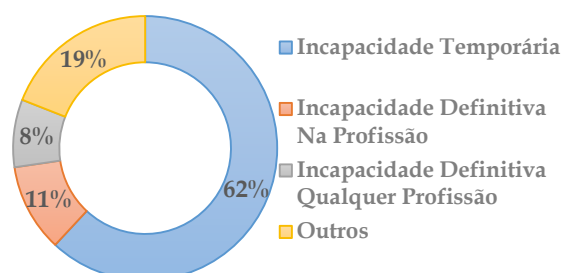
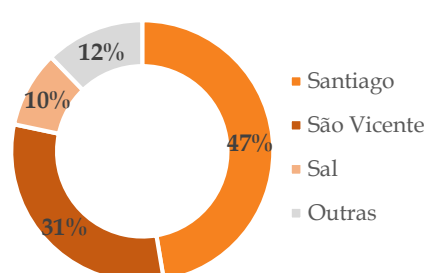
Caixa: CVI

A atribuição da condição de Pensionista de Invalidez e de certificação de incapacidade para o trabalho por período superior a 29 dias são avaliadas pela CVI, integrada por três médicos e que funciona junto do Instituto.

As CVI são domiciliadas em Santiago e São Vicente.

Assim foram realizadas duas sessões com a CVI Sotavento em 2018 tendo sido avaliado 31 beneficiários, sendo 14 residentes na Ilha do Sal, 10 no Fogo e 7 na Boavista.

As avaliações realizadas em 2018 abrangeram **604** beneficiários, o que corresponde a uma variação positiva de 34% em relação ao ano 2017.

Gráfico 15 - Peso de Incapacidades Avaliadas por Tipo**Gráfico 16 - Residência dos Beneficiários**

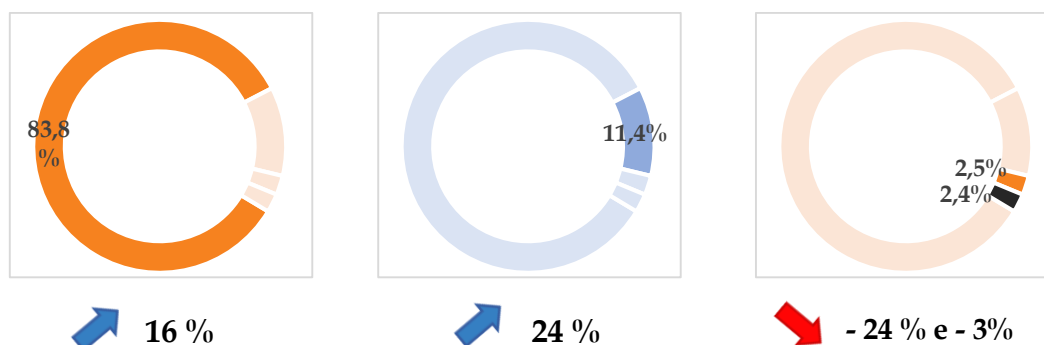
1.2.3. Abono de Família e Prestações Complementares

O Abono de Família e as prestações complementares (AFPC) são prestações atribuídas a fim de compensar os encargos familiares dos segurados. Trata-se de prestações inteiramente financiadas pelas entidades empregadoras.

386 milhões de CVE foram pagos em AFPC

+ 12,8% face ao ano transato

% Abono de Família % Subsídio de Aleitação % Deficiência e Funeral



Quadro 19 - Despesas em Abono de Família e Prestações Complementares (mCVE)

Rubrica	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Abonos de Família	290 274	283 435	324 510	84,2%	- 6 839	41 075	-2,4%	14,5%
Subsídios de Aleitação	27 010	36 133	42 128	10,9%	9 123	5 995	33,8%	16,6%
Subsídios por Deficiência	8 385	12 825	9 692	2,5%	4 440	- 3 133	53,0%	- 24,4%
Subsídios de Funeral	8 752	9 604	9 252	2,4%	852	- 352	9,7%	- 3,7%
Total	334 421	341 997	385 582	100,0%	7 576	43 585	2,3%	12,7%

Fonte: DFI, INPS, 2019

Foram **63 881** titulares do abono de família em 2018, +8,8% do que em 2017. É de realçar o aumento do número de beneficiários do subsídio de aleitação em 45,1% de 2017 para 2018, fixando em 4 472.

Quadro 20 - Beneficiários de Abonos de Família e Prestações Complementares

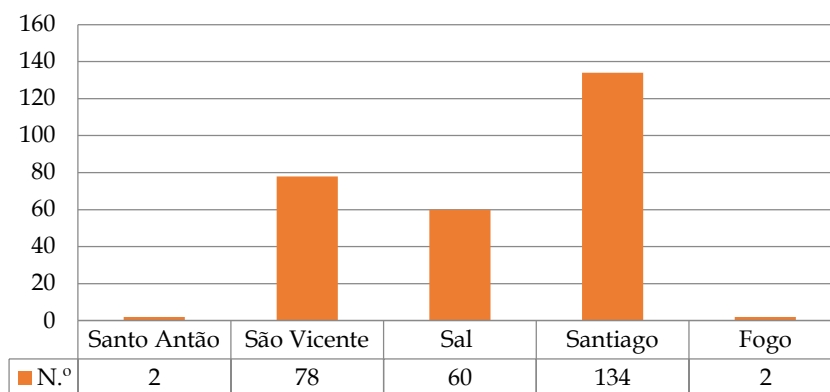
Rubrica	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Nº	Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Abonos de Família	54 028	58 721	63 881	92,6%	4 693	5 160	8,7%	8,8%
Subsídios de Aleitação	2 855	3 082	4 472	6,5%	227	1 390	8,0%	45,1%
Subsídios por Deficiência	266	273	292	0,4%	7	19	2,6%	7,0%
Subsídios de Funeral	294	346	336	0,5%	52	- 10	17,7%	-2,9%
Total	57 443	62 422	68 981	100,0%	4 979	6 559	8,7%	10,5%

Fonte: DFI, INPS, abril 2019

1.2.4. Subsídio de Desemprego

O início da atribuição do subsídio de desemprego ocorreu em julho de 2018 com efeitos retroativos a fevereiro. Os requerimentos no ano transato totalizaram o número de 276. Os beneficiários com domicílio em Santiago contribuíram para 49% desses requerimentos, São Vicente com 28% e Sal com 22%.

Gráfico 17 - Pedidos de Subsídios de Desemprego por Ilha



Fonte: DPD

Cerca de 85% dos requerimentos foram confirmados, contribuindo deste modo para que 234 segurados usufríssem desta prestação em 2018. Os restantes 15%, ou seja, 42 pedidos foram indeferidos pelos seguintes motivos:

- ✓ Rescisão de contratos por Mútuo Acordo;
- ✓ Não preenchimento do prazo de garantia;
- ✓ Requerimentos da prestação efetuados após a expiração do prazo estabelecido para o efeito.

No âmbito da gestão da prestação de desemprego, ao longo do período em análise alguns beneficiários desta prestação social retomaram a atividade laboral antes de atingirem o período máximo do seu benefício, razão pela qual lhes foram suspensas as mesmas.

Durante o primeiro ano de atribuição do subsídio de desemprego, foi processado um total de **10 550 milhares de CVE a favor de 234 beneficiários**.

2. Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições

2.1. Contribuições registradas

O pagamento das contribuições constitui uma das principais obrigações dos contribuintes.

As entidades empregadoras são obrigadas a remeter mensalmente as suas Folhas de Ordenados e Salários (FOS) e o respetivo pagamento, das contribuições e quotizações sociais dos trabalhadores, deve ser efetuado até o dia 15 do mês imediato àquele a que se reporta.

Caixa: Situação de grave incumprimento

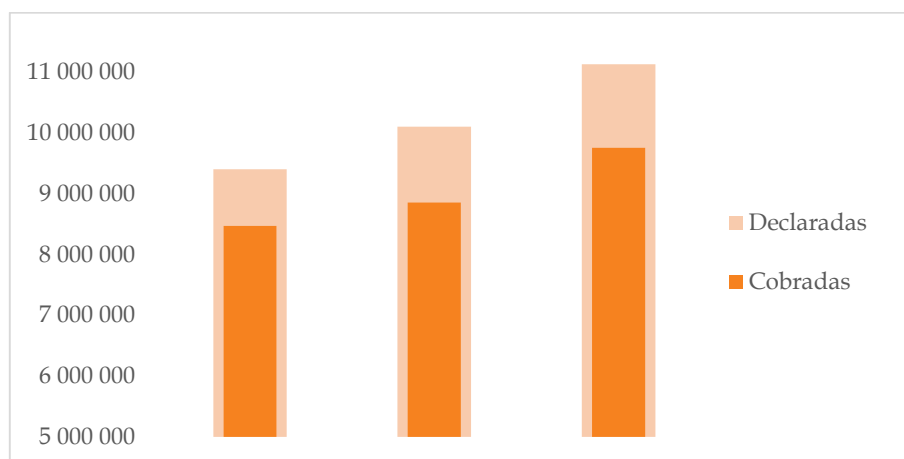
A entidade empregadora que, durante quatro meses consecutivos, entregar as Folhas de Ordenados e Salários (FOS) sem o pagamento das contribuições é considerada em situação de grave incumprimento (nº 1, Artigo nº 9 do DL n.º 5/2004).

11 136 milhões CVE de contribuições declaradas em 2018

+ 10,2% face a 2017

A taxa de cobrança situou-se em 87,6%, mantendo sensivelmente o mesmo nível do ano transato.

Gráfico 18 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mCVE), 2016-2018



Quadro 21 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mCVE), 2016-2018

Registos de Contribuições	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Declaradas	9 403 802	10 108 316	11 135 895	704 514	1 027 579	7,5%	10,2%
Cobradas	8 472 057	8 860 039	9 757 905	387 982	897 866	4,6%	10,1%
Taxa de cobrança	90,1%	87,7%	87,6%	-2,4%	0,0%		

Fonte: DFI, INPS, 2019

2.2. Contribuintes Ativos

Os contribuintes cresceram em todos os regimes com a exceção do regime geral, onde registou-se uma variação homóloga de -2,3% de 2017 para 2018. A tendência de crescimento dos contribuintes dos regimes especiais do REMPE, do Serviço Doméstico e dos TCP continuam acelerados, registando variações homólogas de cerca de 65%, 23% e 19%, respetivamente.

O REMPE ultrapassou o Regime Geral no ano 2018, contabilizando 4 492 contribuintes, contra 3 765 do referido regime geral.

Os contribuintes do Serviço Doméstico cresceram em termos absolutos em valores similares a 2017, a volta de 350 ativos, estabelecendo em 1 877 inscritos.

Relativamente aos TCP, o ritmo de crescimento em 2018 continua positivo embora menor do que no ano transato, fixando em 2 310 ativos.

Gráfico 19 - Contribuintes Empresas

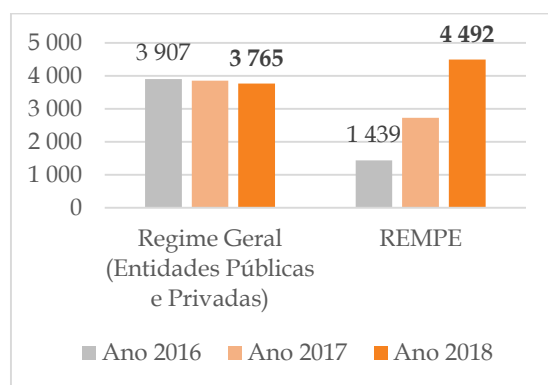
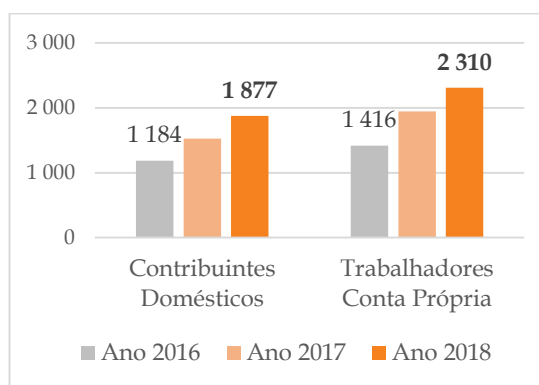


Gráfico 20 - Contribuintes Individuais



Quadro 22 - Contribuintes ativos por Regime, 2016-2018

Regime	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação Anual Absoluta		Variação Anual Relativa	
				2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem							
Regime Geral (Entidades Públicas e Privadas)	3 907	3 855	3 765	-52	-90	-1,3%	-2,3%
REMPE	1 439	2 724	4 492	1 285	1 768	89,3%	64,9%
Contribuintes Domésticos	1 184	1 526	1 877	342	351	28,9%	23,0%
Admin. Pública Central /Local	312	343	368	31	25	9,9%	7,3%
Sub total	6 842	8 448	10 502	1 606	2 054	23,5%	24,3%
Regime dos Trabalhadores por Conta Própria							
Trabalhadores Conta Própria	1 416	1 947	2 310	531	363	37,5%	18,6%
Total	8.258	10.395	12.812	2.137	2.417	25,9%	23,3%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2019.

2.3. Segurados ativos

À semelhança dos contribuintes, o número de segurados ativos dos regimes especiais continua a crescer de forma sustentada, variando entre os 19% para os TCP e 54% para o REMPE.

Os regimes Geral dos TCO e da Função Pública cresceram apenas 1%, apesar de continuarem a dominar a estrutura dos segurados.

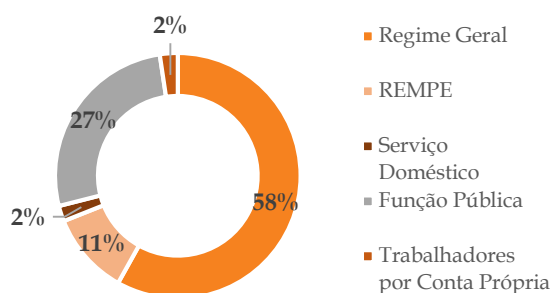
Caixa: Segurado Ativo

Trabalhador que exerce atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria, se encontra inscrito no Sistema da Previdência Social, com registo de remunerações no período em análise.

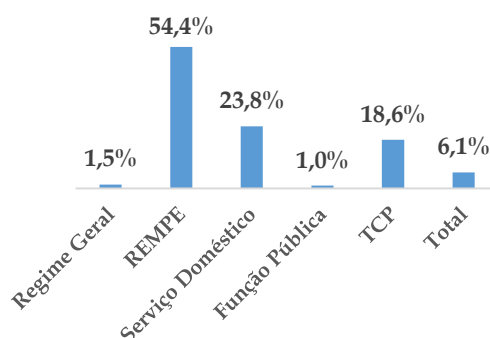
98 056 segurados ativos em 2018

+ 5 615 segurados face ao ano transato, ou seja, um crescimento de + 6,1%

Segurados Ativos por Regime



Variações Homólogas por Regime



Quadro 23 - Segurados Ativos por Regime, 2016-2018

Regime	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem								
Regime Geral	51 852	56 121	56 959	58,1%	4 269	838	8,2%	1,5%
REMPE	3745	6 921	10 685	10,9%	3 176	3 764	84,8%	54,4%
Serviço Doméstico	1 281	1 628	2 016	2,1%	347	388	27,1%	23,8%
Função Pública	25 147	25 827	26 089	26,6%	680	262	2,7%	1,0%
Função Pública Regime Atual	15 311	15 092	13 644	13,9%	-219	-1 448	-1,4%	-9,6%
Função Pública Regime Novo	9 836	10 735	12 445	12,7%	899	1 710	9,1%	15,9%
Regime dos Trabalhadores por Conta Própria								
Trabalhadores por Conta Própria	1 416	1 947	2 310	2,4%	531	363	37,5%	18,6%
Total	83 441	92 444	98 059	100,0%	9 003	5 615	10,8%	6,1%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, abril 2019.

A análise da dimensão género mostra que **47% dos segurados são mulheres e 53% homens**. No regime do serviço doméstico, existe uma forte predominância das mulheres, com cerca de 96% dos segurados do referido regime.

Em termos de localização, **85% dos segurados ativos concentram nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal**. Os restantes 15% distribuem-se pelas demais ilhas, nomeadamente Santo Antão, Boavista e Fogo.

Gráfico 21 - Estrutura dos Segurados por Sexo

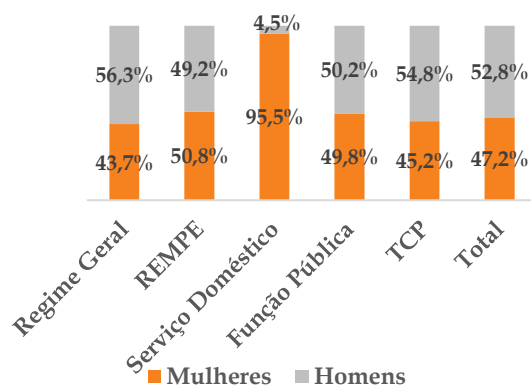
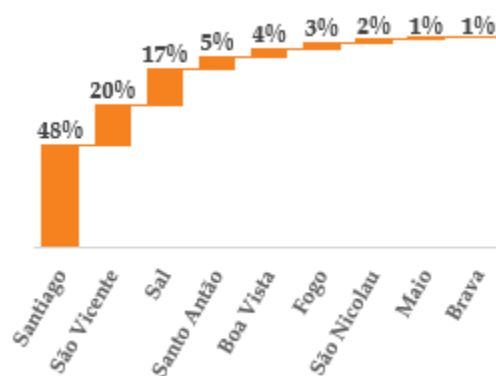


Gráfico 22 - Segurados por Ilha



A dinâmica de crescimento regista-se a nível de todas as ilhas, embora em menor escala que no ano imediatamente anterior. O crescimento médio anual em 2018 foi de 6,1%, valor inferior ao de 2017. As ilhas da Brava, São Nicolau e Maio foram as que cresceram mais em termos percentuais.

Quadro 24 - Segurados Ativos por ilha de residência, 2016-2018

Ilha	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Santo Antão	4 103	4 634	5 019	5,1%	531	385	12,9%	8,3%
São Vicente	16 750	18 183	19 384	19,8%	1 433	1 201	8,6%	6,6%
São Nicolau	1 589	1 670	1 846	1,9%	81	176	5,1%	10,5%
Sal	12 677	15 480	16 567	16,9%	2 803	1 087	22,1%	7,0%
Boa Vista	3 206	3 669	3 941	4,0%	463	272	14,4%	7,4%
Maio	662	751	822	0,8%	89	71	13,4%	9,5%
Santiago	41 472	44 897	47 073	48,0%	3 425	2 176	8,3%	4,8%
Fogo	2 527	2 679	2 847	2,9%	152	168	6,0%	6,3%
Brava	455	481	560	0,6%	26	79	5,7%	16,4%
Total	83 441	92 444	98 059	100,0%	9 003	5 615	10,8%	6,1%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, abril 2019.

2.4. Beneficiários inscritos

O número de pessoas que tinham uma inscrição aberta como beneficiários no INPS em 2018 foi de **238 965**, tendo crescido na mesma ordem que os segurados ativos, 6,1%.

Com 58% dos inscritos, o Regime Geral é predominante, seguido da Função Pública com um peso de 27%.

Com mais 6 711 aderentes em termos líquidos, o maior crescimento do REMPE confirma-se em 2018, representando uma variação de 63% face a 2017.

Quadro 25 - Beneficiários Inscritos no INPS por regime e tipo, 2016-2018

Descrição	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Regime Geral (sem Domésticos e REMPE)	128 006	134 687	137 663	57,6%	6 681	2 976	5,2%	2,2%
Segurados ativos	51 852	56 121	56 959	23,8%	4 269	838	8,2%	1,5%
Pensionistas	6 767	7 173	7 548	3,2%	406	375	6,0%	5,2%
Velhice	3 710	4 303	4 575	1,9%	593	272	16,0%	6,3%
Invalidez	963	721	775	0,3%	-242	54	-25,1%	7,5%
Sobrevivência	2 094	2 149	2 198	0,9%	55	49	2,6%	2,3%
Pensionistas Complementares	12	11	11	0,0%	-1	0	-8,3%	0,0%
Pensionistas da Reforma Antecipada	4			0,0%	-4	0	-100,0%	n.a
Familiares inscritos	69 371	71 382	73 145	30,6%	2011	1 763	2,9%	2,5%
Descendentes	62 476	64 271	65 630	27,5%	1795	1 359	2,9%	2,1%
Ascendentes	3 450	3 647	3 926	1,6%	197	279	5,7%	7,7%
Cônjuges	3 445	3 464	3 589	1,5%	19	125	0,6%	3,6%
REMPE	5 605	10 649	17 360	7,3%	5 044	6 711	90,0%	63,0%
Segurados Ativos	3745	6 921	10 685	4,5%	3 176	3 176	84,8%	54,4%
Familiares inscritos	1 860	3 728	6 675	2,8%	1 868	1 868	100,4%	79,1%
Descendentes	1 727	3 518	6 406	2,7%	1 791	1 791	103,7%	82,1%
Ascendentes	62	103	149	0,1%	41	41	66,1%	44,7%
Cônjuges	71	107	120	0,1%	36	36	50,7%	12,1%
Serviço Doméstico	1 741	2 221	3 013	1,3%	480	480	27,6%	35,7%
Segurados ativos	1 281	1 628	2 016	0,8%	347	347	27,1%	23,8%
Familiares inscritos	460	593	997	0,4%	133	133	28,9%	68,1%
Descendentes	448	579	983	0,4%	131	131	29,2%	69,8%
Ascendentes	12	13	13	0,0%	1	1	8,3%	0,0%
Cônjuges		1	1	0,0%	1	1	n.a	n.a
Regime da Função Pública	61 002	63 184	65 578	27,4%	2 182	2 182	3,6%	3,8%
Segurados ativos	25 147	25 827	26 089	10,9%	680	680	2,7%	1,0%
Agentes Atuais	15 311	15 092	13 644	5,7%	-219	-219	-1,4%	-9,6%
Agentes Novos	9 836	10 735	12 445	5,2%	899	899	9,1%	15,9%
Pensionistas da Função Pública	5 362	6 109	6 898	2,9%	747	747	13,9%	12,9%
Familiares inscritos	30 493	31 248	32 591	13,6%	755	755	2,5%	4,3%
Descendentes	27 384	27 876	28 950	12,1%	492	492	1,8%	3,9%
Ascendentes	1283	1 415	1 548	0,6%	132	132	10,3%	9,4%
Cônjuges	1 826	1 957	2 093	0,9%	131	131	7,2%	6,9%
Regime Trabalhadores por Conta Própria	3 618	4 372	5 045	2,1%	754	754	20,8%	15,4%
Segurados ativos	1 416	1 947	2 310	1,0%	531	531	37,5%	18,6%
Familiares inscritos	2 202	2 425	2 735	1,1%	223	223	10,1%	12,8%
Descendentes	1 962	2 178	2 485	1,0%	216	216	11,0%	14,1%
Ascendentes	75	77	81	0,0%	2	2	2,7%	5,2%
Cônjuges	165	170	169	0,1%	5	5	3,0%	-0,6%
Regime das Convenções	10 281	10 109	10 306	4,3%	-172	-46	-1,7%	1,9%
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	7 088	7 047	7 089	3,0%	-41	136	-0,6%	0,6%
Familiares inscritos	3 193	3 062	3 217	1,3%	-131	-182	-4,1%	5,1%
Total	210 253	225 222	238 965	100,0%	14 969	13 743	7,1%	6,1%

Dados de 2018 importados em março e abril de 2019. Dados sujeitos a atualização.

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2019.

2.5. Cobrança e Recuperação de Dívidas Contributivas

A taxa de cobrança foi de 87,6%, induzindo uma variação de cerca de 19% do stock da dívida em 31 de dezembro de 2018. **O stock da dívida no fecho do ano fixou em 6 945 milhões de CVE**, representando 62,4% das Contribuições declaradas no ano 2018.

A taxa anual de recuperação das dívidas negociadas reduziu face ao percentual conseguido no ano transato, passando de 32,7% em 2017 a 24,3% em 2018.

Quadro 26 - Dinâmica da Dívida ao INPS (valores em milhões de CVE), 2014-2018

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Contribuições declaradas	7 466,7	7 874,3	9 403,8	10 108,3	11 135,9
Contribuições Cobradas	6 946,6	7 643,6	8 047,1	8 860,0	9 757,9
Taxa de Cobrança	93,0%	97,1%	85,6%	87,7%	87,6%
Dívida Corrente	520,1	230,7	1 356,7	1 248,3	1 378,0
Stock da Dívida	4 086,6	4 343,0	4 941,2	5 958,9	6 945,1
Variação do stock da dívida (%)	0,0%	6,3%	13,8%	20,6%	16,6%
Stock dívida como % Contribuições declaradas no ano	54,7%	55,2%	52,5%	59,0%	62,4%
Stock dívida como % Contribuições Cobradas no ano	58,8%	56,8%	61,4%	67,3%	71,2%
Dívidas tratadas no ano	256,5	671,6	786,1	887	694,2
Número de Acordos de Pagamentos Assinados	126	151	127	161	206
Número de Títulos Executivos Emitidos	43	54	46	110	58
Taxa anual de recuperação	69,3%	41,8%	12,9%	32,7%	24,3%

Fonte: DCC e DFI, INPS, Março 2019.

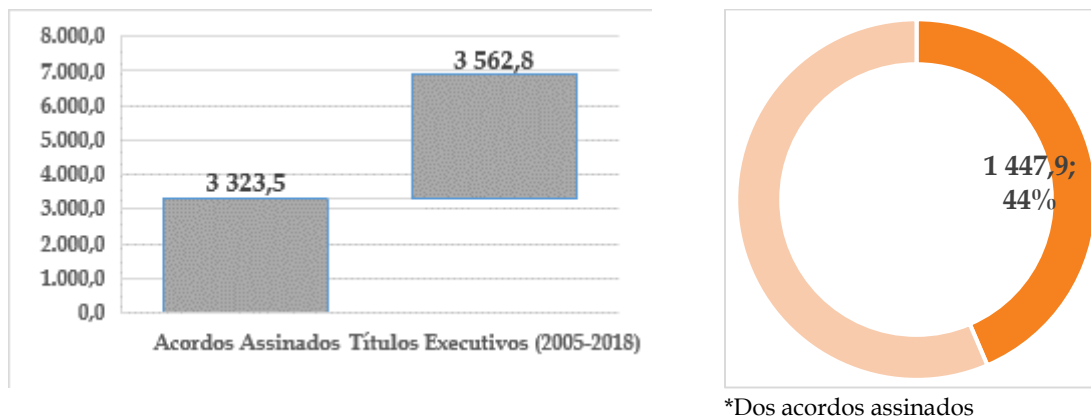
O INPS fechou o ano 2018 contabilizando 968 acordos, assinados entre 2010 e 2018, sendo 462 acordos em vigor e 506 vencidos. Esses acordos corresponderam a um montante total da dívida negociada de 3 323,5 milhões de CVE.

A taxa de recuperação das dívidas acordadas no período referido foi de 43,6%, ressaltando que a taxa de recuperação dos acordos vencidos estabeleceu-se em 70,5%. A dívida não recuperada dos acordos vencidos foi alvo de processos executivos ou renegociada.

Para além dos acordos de pagamento de dívidas assinados, em 2018, foram emitidos 58 títulos executivos para a instrução de processos de execução de dívidas junto dos tribunais, sendo que esses títulos se referem a um montante de 329,9 milhões de CVE.

Entre os anos 2005 e 2018 a estrutura já emitiu cerca de 628 títulos executivos, no montante global de 3 562,8 milhões de CVE, estando os processos em diferentes estádios.

Gráfico 23 - Dívida Tratada a 31/12/2018, (milhões CVE) Gráfico 24 - Montante Recuperado*



Quadro 27 - Acordos Assinados e Títulos Executivos, (valores em milhões de CVE)

Descrição	Número	Dívida tratada	Montante recuperado	Saldo em dívida	Taxa de recuperação (%)
Acordos Assinados	968	3 323,5	1 447,9	1 875,5	43,6%
Acordos em vigor (2012-2018)	462	2 024,9	532,8	1 492,0	26,3%
Acordos vencidos (2010-2017)	506	1 298,6	915,1	383,5	70,5%
Títulos Executivos (2005-2018)	628	3 562,8			
Total Dívida Tratada	1 596	6 886,2			

Fonte: DCC, INPS, março 2019

3. Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional

Este programa de intervenção do INPS teve como principal objetivo “promover o cumprimento das obrigações e deveres legais dos contribuintes e beneficiários e assegurar o combate à fraude e evasão contributiva e prestacional” e foi implementado tendo em conta duas dimensões, a fiscalização e controlo e as atividades jurídicas.

3.1. Fiscalização e Controlo

No ano 2018, o principal destaque vai para a criação de uma equipa de fiscais baseada no Sal, além de Santiago e São Vicente, o que permite estender as ações de fiscalização em todo o território.

Foram realizadas **3 221** visitas de fiscalização em 2018, mais 18% do que em 2017, o que demonstra um esforço na fiscalização e controlo dos contribuintes e segurados a nível nacional. O regime dos TCO foram alvos de 57% das visitas.

Gráfico 25 - Fiscalizações por Ilha

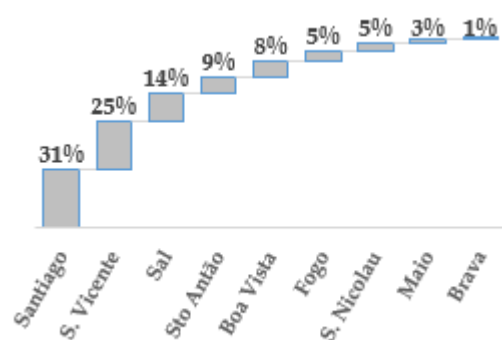
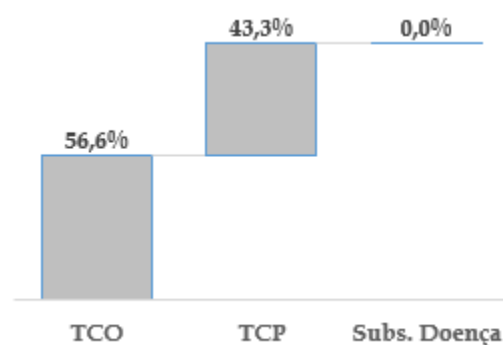


Gráfico 26 - Regimes Fiscalizados



Quadro 28 - Visitas de Fiscalização por Ilha, 2016-2018

Ilhas	Ano 2016		Ano 2017		Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Santo Antão	106	6,2%	202	7,4%	276	8,6%	96	74	90,6%	36,6%
São Vicente	386	22,4%	782	28,6%	809	25,1%	396	27	102,6%	3,5%
São Nicolau	77	4,5%	1	0,0%	148	4,6%	-76	147	-98,7%	14700,0%
Sal	134	7,8%	126	4,6%	457	14,2%	-8	331	-6,0%	262,7%
Boa Vista	133	7,7%	138	5,0%	255	7,9%	5	117	3,8%	84,8%
Maio	64	3,7%	1	0,0%	83	2,6%	-63	82	-98,4%	8200,0%
Santiago	702	40,8%	1.396	51,1%	1.000	31,0%	694	-396	98,9%	-28,4%
Fogo	72	4,2%	87	3,2%	167	5,2%	15	80	20,8%	92,0%
Brava	48	2,8%	0	0,0%	26	0,8%	-48	26	-100,0%	n.a.
Total	1 722	100,0%	2.733	100,0%	3 221	100,0%	1 011	488	58,7%	17,9%

Fonte: DFC, INPS, março 2019

Em termos de resultados, foram elaborados **637 Autos de Notícia** dando origem a **300** Processos de Contraordenação. Dos processos instruídos, **54%** foram arquivados por regularização das infrações por parte dos contribuintes e **13%** (40 processos) foram submetidos ao Gabinete Jurídico para efeito de cobrança coerciva. Foram negociados e pagos 31 processos relativos a coimas mínimas e os demais processos, cerca de 67, estão ainda em tratamento pelos respetivos instrutores.

Quadro 29 - Processos de Contraordenação, 2017-2018

Descrição	Ano 2017		Ano 2018		Variação Homóloga	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Absoluta	Relativa
Arquivados	138	37,6%	162	54,0%	24	17%
Gabinete Jurídico	14	3,8%	40	13,3%	26	186%
Negociado pagamento	0	0,0%	31	10,3%	31	n.a.
Suspensos / em Tratamento	215	58,6%	67	22,3%	-148	-69%
Total	367	100,0%	300	100,0%	-67	-18%

Fonte: DFC, março 2019

A taxa de incumprimento alcançou **34,9%** em 2018, correspondendo a uma diminuição de 4,6% comparativamente ao ano 2017. Foram notificados **1 469** contribuintes em 2018, - 37% face a 2017 e tendo registado reduções em todas as vertentes notificadas. Os motivos mais prementes prendem-se com a Não

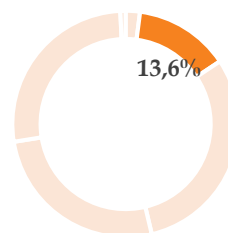
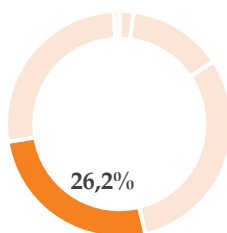
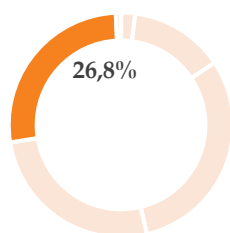
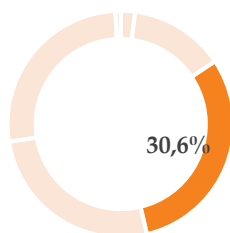
Remessa de FOS, o Abuso de Confiança, o Não Pagamento das Contribuições e a Não Inscrição dos Trabalhadores.

Não remessa FOS

Abuso de Confiança

N.P. das Contribuições

N.I. Trabalhadores



Quadro 30 - Infrações Notificadas, 2016 - 2018

Natureza infrações	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018 N°	Ano 2018 Peso	Varição Absoluta 2016/17	Varição Absoluta 2017/18	Varição Relativa 2016/17	Varição Relativa 2017/18
Não participação do início de atividades	73	45	30	2,0%	-28	-15	-38,4%	-33,3%
Não inscrição dos trabalhadores	142	689	200	13,6%	547	-489	385,2%	-71,0%
Não remessa de FOS	338	591	450	30,6%	253	-141	74,9%	-23,9%
Não pagamento das contribuições	343	555	385	26,2%	212	-170	61,8%	-30,6%
Abuso de Confiança	237	418	393	26,8%	181	-25	76,4%	-6,0%
Omissão de trabalhadores nas FOS	2	26	11	0,7%	24	-15	1200,0%	-57,7%
Total Infrações	1 135	2 324	1 469	100,0%	1 189	-855	104,8%	-36,8%

Fonte: DFC, março 2019

3.2. Atividades Jurídicas

A atividade do Gabinete Jurídico é transversal a todas as estruturas do Instituto. Corroborou com a Comissão Executiva, com as Direções Suporte e *Core* para além das atividades jurídicas propriamente ditas, quais sejam resposta às demandas de natureza interna, preparação de projetos de alteração legislativa e acompanhamento da tramitação judicial das ações executivas ajuizadas para minimizar os efeitos do incumprimento e da evasão contributiva.

No que refere à cobrança coerciva, foram ajuizadas em 2018 o total de 8 novas ações executivas contra contribuintes devedores envolvendo a quantia global exequenda de **22 787 milhares de CVE**.

De forma global, o INPS tem pendente nos Tribunais, excetuando-se as ações ajuizadas antes do ano de 2016 que ficaram sob os cuidados de Advogados externos, o total de 64 ações executivas para cobrança no valor de **338 961 milhares de CVE**. Sendo que no seguimento da propositura das referidas ações, até o mês de dezembro do referido ano, foram celebrados o total de 26 acordos para pagamento parcelado do montante global de **75 039 milhares de CVE**.

A taxa de recuperação das dividas situou-se nos 19,8% do total das dividas que foram objeto de acordo judicial, tendo registado um aumento de 185%

quando comparado com o período homólogo cuja taxa de recuperação situou-se nos 6,9%.

Relativamente aos processos de contraordenação, foram remetidos às Procuradorias o total de 40 processos para execução das coimas não pagas voluntariamente nos termos da lei, com maior enfoque nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal.

Quanto às ações declarativas ajuizadas contra o INPS, registou-se no referido ano três ações, sendo duas de beneficiários e um de um processo de obras. Foi celebrado acordo em dois dos casos e no terceiro o INPS foi retirado do polo passivo da demanda.

No mais, as atividades jurídicas centraram a nível das demandas de natureza interna, focando-se na prestação de assessoria interna às demais estruturas do Instituto e a produção dos documentos jurídicos e projetos de alteração legislativa, nomeadamente a proposta de alteração do Decreto-Lei nº5/2004 a fim de aumentar em mais 5 anos o período de transição da formula de cálculo da pensão e a de revisão das Portarias de comparticipação das prestações de assistência na doença.

4. Promoção da Sustentabilidade do Sistema

Esse programa visa alcançar três efeitos: a Extensão da Cobertura, a Avaliação da Sustentabilidade do Sistema de Proteção Social e a Excelência Organizacional no que diz respeito às atribuições do Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais.

4.1. Atividades Realizadas

Na prossecução dos efeitos de “Extensão da Cobertura” e de “Excelência Organizacional” foram realizadas várias atividades, das quais se destacam as seguintes:

- A conservação das relações com Organismos Internacionais e Países Signatários, designadamente com a OIT.
- A promoção da assinatura de um protocolo de colaboração com o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de São Tomé e Príncipe.
- A produção de dados estatísticos para usuários internos e externos.
- A elaboração de instrumentos de Gestão, nomeadamente plano de atividades e relatório de atividades.

- A produção de estudos e pareceres técnicos, nomeadamente sobre a "Alteração dos parâmetros de atribuição do Subsídio da Maternidade segundo a Convenção 102", "Impacto do aumento das pensões INPS para o ano de 2019", "Atualização do Memorando da OIT sobre a Ratificação C102 da OIT e "Cenários para a alteração do valor da pensão mínima do INPS".
- A conclusão do Plano Estratégico do INPS 2017-2021, apresentado num atelier.
- A revisão do Plano de Extensão de Cobertura e o lançamento oficial do projeto de extensão num atelier.
- A promoção e coordenação do estudo de viabilidade do regime especial do sistema de pensões para os trabalhadores marítimos, feito por um consultor externo.
- A monitorização da implementação do subsídio de desemprego.
- A promoção de encontros de sensibilização sobre a Proteção Social.

Relativamente ao efeito "Avaliação da Sustentabilidade do Sistema de Proteção Social", foi realizado um **Estudo Atuarial** do referido sistema por uma consultoria externa sob a coordenação do GEARI.

4.2. Resultados do Estudo Atuarial

"No cenário base, as projeções apontam para resultados líquidos positivos até 2051. A partir desse ano os resultados vão decrescendo por aumento significativo dos custos, particularmente dos custos com pensões que são os que mais pesam nos custos técnicos. No cenário 1, em que diminuimos os ganhos de produtividade e a taxa média de rendimento real, os resultados agravam-se 4 anos. No cenário 2, em que se aumenta a taxa de produtividade e a taxa média de rendimento real, os resultados mantêm-se positivos até ao final das projeções. No cenário 3, em que se aumenta as taxas de cobertura, os resultados melhoram 9 anos face ao cenário base.

Estimam-se resultados positivos no longo prazo não só por se tratar de um grupo de segurados relativamente jovem onde os custos com pensões ainda não são significativos, mas também pelo efeito dos ganhos financeiros resultantes de rendimentos gerados por uma reserva igualmente crescente.

Não sendo alteradas as taxas de contribuição a sustentabilidade para além de 2051 só ocorrerá de forma expressiva em cenários de aumento dos ganhos de produtividade e da taxa média de rendimento real."

ENTIDADE CERTIFICADA



ISO 9001

Qualidade

B. ÁREA ESTRATÉGICA REFORMAS ECONÓMICAS E ESTRUTURAIS

5. Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados

A qualidade é um dos programas mais ambiciosos do INPS que deseja satisfazer de forma eficiente os beneficiários, assegurando de forma inclusiva, equitativa e contínua as suas necessidades e nos termos estabelecidos nas leis e demais normas aplicáveis à proteção social.

O INPS é uma instituição que tem a Certificação ISO 9001/2015, uma norma internacionalmente reconhecida que especifica requisitos para Sistemas de Gestão de Qualidade.

5.1. Qualidade do Atendimento

Na sua política de facilitação de acesso aos serviços e benefícios que oferece o sistema de proteção social obrigatória, o INPS colocou à disposição da população do Concelho de Santa Catarina do Fogo um novo balcão de atendimento, alargando a sua rede a 23 balcões de atendimento, estando presente em todas as ilhas e em 17 dos 22 concelhos do país, através das Unidades de Previdência Social (UPS) que prestam o serviço de atendimento.



A fim de garantir uma prestação de serviço mais próxima dos utentes e com qualidade, as UPS estão organizadas em duas grandes Direções, a DUPS Norte e a DUPS Sul. Para alcançar tais desideratos, as DUPS implementaram o

projeto “Melhoria do Atendimento”, tendo registado **319 196** processos (mais 3,3% face a 2017) relacionados com os beneficiários de todo o território nacional.

Gráfico 27 - Atendimentos por Região

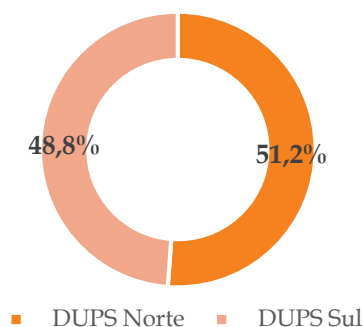
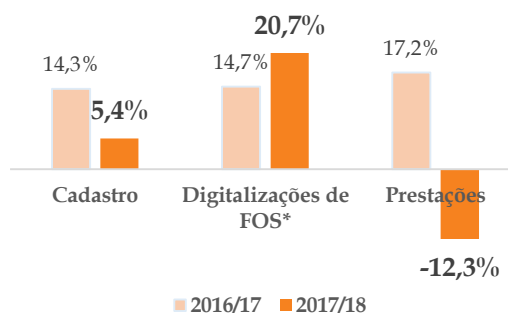


Gráfico 28 - Variações Tipos de Pedido



Quadro 31 - Número de Atendimentos feitos pelas DUPS, 2016-2018

Tipos de Pedido / Zonas	Ano 2016		Ano 2017		Ano 2018		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Cadastro	57 886	21,7%	66 148	21,4%	69 753	21,9%	8 262	3 605	14,3%	5,4%
Digitalizações de FOS*	96 379	36,1%	110 523	35,8%	133 355	41,8%	14 144	22 832	14,7%	20,7%
Prestações	113 016	42,3%	132 438	42,8%	116 088	36,4%	19 422	-16 350	17,2%	-12,3%
Total	267 281	100,0%	309 109	100,0%	319 196	100,0%	41 828	3 605	15,6%	3,3%
DUPS Norte	121 367	45,4%	147 512	47,7%	163 314	51,2%	26 145	22 832	21,5%	10,7%
DUPS Sul	145 914	54,6%	161 597	52,3%	155 882	48,8%	15 683	-16 350	10,7%	-3,5%

Fonte: DUPS Norte e DUPS Sul, fevereiro 2019

• Promoção do Atendimento junto das Pessoas e dos Parceiros

Os serviços de atendimento promoveram vários encontros, à semelhança dos anos anteriores para dar a conhecer o sistema de proteção social obrigatória aos trabalhadores não inscritos bem como melhorar as relações com os contribuintes coletivos, nomeadamente:

- ✓ **Projeto de Extensão da Cobertura aos Grupos de Difícil Acesso:** ações de sensibilização para os contribuintes do REMPE e para os trabalhadores independentes, nomeadamente Artistas, Agricultores, Pescadores, Peixeiras, *Rabidantes* e Trabalhadores Migrantes. O objetivo principal dessas ações foi informar sobre as vantagens de estar inscrito na Proteção Social face às vicissitudes da vida.
- ✓ **Sensibilização dos Alunos do Ensino:** tendo por objetivo o despertar da consciência sobre a proteção social e serem os multiplicadores das informações junto das famílias e comunidades.
- ✓ **Envio de notificações via SMS aos beneficiários após o pagamento de algumas prestações,** aumentando a satisfação dos utentes conforme tinha sugerido o último Estudo de satisfação dos utentes do INPS.

- ✓ **Participação na Feira de Saúde de São Vicente**, a convite da Delegacia de Saúde.

Por outro lado, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado, foram realizadas várias sessões de esclarecimentos e encontros de trabalho junto dos parceiros, de entre os quais se destacam:

- ✓ **Encontros com os Bancos Comerciais:** com principal objetivo de melhorar a cobrança efetuada nas agências dos bancos comerciais e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade do serviço prestado aos segurados e beneficiários.
- ✓ **Encontros com Contribuintes - Departamento RH:** o objetivo é dar a conhecer os procedimentos do Instituto visando um melhor relacionamento com os segurados e fazer conhecer às entidades empregadoras os procedimentos do Instituto nos processos que lhes dizem respeito.

5.2. Melhoria da qualidade de prestação de serviço

Este projeto tem como efeito a excelência organizacional e como único produto a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade.

Em julho de 2018 foi realizada a 2ª auditoria de seguimento pela Entidade Internacional de Certificação (EIC), tendo resultado recomendações, com referência a duas não conformidades identificadas e algumas oportunidades de melhoria, cujo acompanhamento da implementação das mesmas encontra-se acima dos 50%.

As ações corretivas recomendadas foram fundamentais para garantir o bom funcionamento e melhorias a nível de todas as unidades orgânicas que compõe a estrutura organizacional do INPS. Foram aplicadas de forma eficaz aproximadamente 50% das seis dezenas de ações corretivas sugeridas.

No âmbito das reclamações dos utentes, durante o ano de 2018 foram registadas 1.850 reclamações num universo de 116 088 processos com referência a prestações atendidas nas UPS, ou seja apenas 2% dos atendimentos foram objeto de reclamação. E quase todas estão relacionadas com o pagamento do Abono de Família (80%).

5.3. Melhoria do Cumprimento das Normas e Procedimentos

Este projeto que tem por único efeito a “**Excelência Organizacional**”, é desenvolvido pela elaboração de relatórios de auditoria que evidenciem os controlos efetuados, as anomalias detetadas e as medidas corretivas adotadas.

Durante o ano 2018 priorizou-se os processos envolvidos no ramo Assistência na Doença, nomeadamente:

- Auditoria aos pedidos de Evacuação Interna;
- Auditoria aos pedidos de Subsídio Diário Único;
- Auditoria aos pedidos de Evacuação Externa;
- Auditoria aos processos de Subsídio de Doença;
- Auditoria aos processos de prestadores de serviço, com realce para os que disponibilizam exames de imagem;
- Análise aos procedimentos inerentes ao pagamento das Farmácias.

As recomendações saídas dessas ações consistiam, de uma forma geral, em melhorar os procedimentos administrativos nas estruturas auditadas bem ainda a otimização dos aplicativos informáticos do SIPS. Relativamente às evacuações, recomenda-se imprimir uma melhor articulação com os principais parceiros, nomeadamente, o Ministério da Saúde, suas estruturas e responsáveis, no sentido de tentar inverter a tendência crescente de evacuações e consequentemente os custos associados.

Por outro lado, e por forma a melhorar a atuação da auditoria interna, elaborou-se o Manual de Controlo Interno do INPS com recurso a consultoria externa e ainda o Regulamento do Gabinete de Auditoria Interna.

5.4. Inquérito de Satisfação dos Utentes

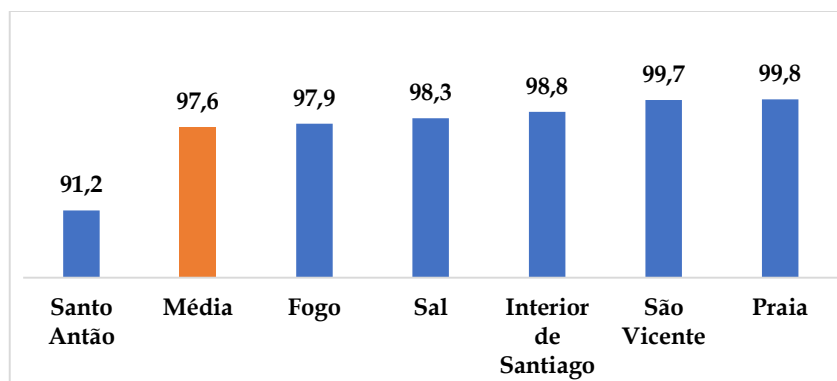
A fim de conferir a opinião pública face à qualidade dos serviços prestados, realizou-se em 2018 um estudo de satisfação dos utentes a nível nacional, por uma empresa de consultoria externa.

O inquérito mostrou que o INPS é bem avaliado pelos utentes, e que possui uma margem de progressão para atingir um quadro de excelência em várias vertentes e tornar-se num modelo na prestação de serviço público a nível nacional.

O estudo revela um nível elevado de notoriedade do INPS, que é notado indiscriminadamente entre os indivíduos de ambos os sexos, em todos os

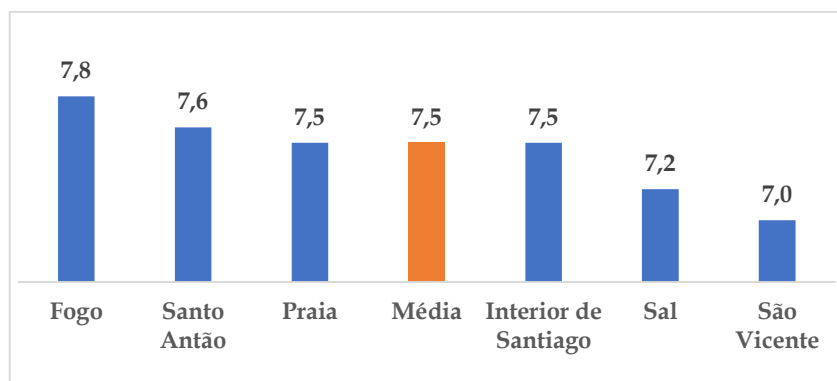
escalões etários e em todos os níveis de instrução, variando entre 91% na ilha de Santo Antão a 99,8% na cidade da Praia e em São Vicente.

Gráfico 29 - Notoriedade do INPS (%)



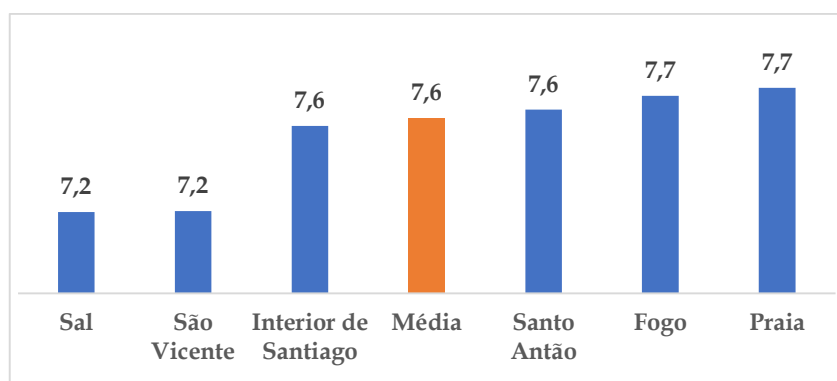
No que diz respeito à satisfação, constata-se uma avaliação positiva dos utentes, granjeando a nota 7,5 numa escala de 1 a 10. Os mais jovens e aqueles detentores dos níveis de instrução mais baixos tendem a avaliar mais positivamente o INPS.

Gráfico 30 - Avaliação Global da Satisfação (escala de 1 a 10)



A qualidade dos serviços prestados pelo INPS é avaliada positivamente merecendo uma pontuação de 7,6 na mesma escala. Indica ainda que as mulheres tendem a avaliar mais positivamente o INPS do que os homens.

Gráfico 31 - Avaliação Global da Qualidade (escala de 1 a 10)



6. Melhoria da Comunicação e Imagem institucional

O referido programa foi desenhado com o objetivo de colocar o INPS entre as três instituições com maior notoriedade do país. Entre as medidas implementadas destacam-se:

- Implementação do Plano Estratégico de Comunicação (PEC) 17/18: atividades dirigidas aos prestadores de serviço e aos contribuintes.
- Plano de extensão de cobertura: medidas orientadas particularmente para as DUPS, visando os contribuintes, trabalhadores do sector informal, associações profissionais, estabelecimentos de ensino, etc.
- Comunicação e Imagem institucional: atividades publicitárias, publicações em revistas, nos meios de comunicação social entre outros e a utilização e gestão da página de *Facebook* do INPS. Alcançou-se nessa plataforma 90 662 interações durante o ano 2018.

O reforço da imagem institucional passou ainda pela componente patrocínios e Responsabilidade Social. Dos 70 (setenta) pedidos de patrocínios, 36 mereceram um despacho positivo, no total de 9 milhões de CVE, com destaque para à Campanha Presidencial “Menos Álcool mais Vida”. Esta tendência tem-se verificado ao longo dos anos, sendo que os sectores da saúde, educação e área social couberam a maior fatia do montante atribuído.

7. Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros

Este programa, orçamentado em 12 839 milhões de CVE, tinha por objetivo assegurar a boa gestão administrativa dos ativos imobilizados e maximizar a performance da carteira de investimentos. Contemplava dois projetos: Melhoria da Performance da Carteira de Investimentos e Melhoria na Gestão dos Imóveis.

O programa teve uma taxa de execução financeira de 50%, tendo sido condicionado tanto pela pouca oportunidade de investimento no mercado financeiro Cabo-verdiano, como também pela não execução de projetos de remodelação e construção dos novos imóveis do INPS.

O projeto “Melhoria da Performance da Carteira de Investimentos”, orçado em 12 211 milhões de CVE, pretendia alcançar os seguintes produtos:

- Aplicações Financeiras concretizadas de forma eficiente;
- Cumprimento das obrigações financeiras e fiscais do Instituto bem como o pagamento das despesas bancárias referentes às aplicações;
- Produzir o relatório de acompanhamento da carteira de ativos do INPS;

- Desenvolvimento e implementação de um módulo de Gestão de Ativos Financeiros;
- Remodelação dos edifícios de Santa Catarina de Santiago, Calheta São Miguel, Santa Maria e do balcão dos Espargos na ilha do Sal;
- Construção de novos edifícios do INPS em Espargos e no Tarrafal de São Nicolau;
- Rentabilização dos edifícios do INPS;

A taxa de execução financeira global do projeto foi de 50%, tendo sido as atividades seguintes as mais relevantes para o cumprimento dos objetivos:

- ✓ Aplicações financeiras em Bilhetes do tesouro, em que o INPS participou num total de 8 leilões à taxa média de 1%, conseguindo alocar pouco mais de 47% dos recursos disponíveis no orçamento;
- ✓ Participação em 25 leilões de Obrigações do Tesouro à taxa média de 4,21%, onde foram alocados 91,7% dos recursos financeiros disponíveis;
- ✓ Novas aplicações de Depósitos a Prazo (DP) nos bancos BAI, BICV e Ecobank tendo sido executado o orçamento a 100% a uma taxa média de 3,46%. Ainda foram renovadas todas aplicações de DP em todos os bancos cujas maturidades dos depósitos venciam no ano 2018, tendo sido o orçamento também executado a 100% a uma taxa média de rentabilidade de 2,67% para 20 depósitos renovados;
- ✓ Relativamente aos depósitos à ordem (DO), foi celebrado um acordo de remuneração com o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN) com taxas de juros a variar dos 0,25% aos 2% consoante os saldos disponíveis. De referir que o INPS tem acordos com a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), Ecobank e BAI Cabo Verde para remunerações de DO;
- ✓ Acompanhamento de todas as participadas do INPS analisando os respetivos relatórios e contas;
- ✓ Acompanhamento de todas as empresas obrigacionistas do INPS com a análise e entregue dos relatórios das seguintes: ECOBANK, Electra e ASA;
- ✓ Realização do concurso e efetivação da contratação da assistência técnica para elaboração do estudo de risco da carteira de investimentos do INPS;

No projeto acima, há que ressaltar que o desenvolvimento do módulo de gestão de ativos financeiros não foi concretizado, tendo sido transitado para o ano 2019. Também, não foram concretizadas as atividades tais como Aplicações em participações sociais e Empréstimos obrigacionistas, Aquisição de novos

títulos de consolidação e mobilização financeira bem como Aplicações de ativos no exterior. Pois, não se registaram oportunidades de investimento para esses tipos de ativos com particular enfoque a rubrica de participações sociais, orçamentada em 3 000 milhões CVE no âmbito da agenda de privatizações aprovada em resolução de Conselho de Ministros em agosto de 2017.

No que dizem respeito às aplicações no exterior, passos importantes foram dados em 2018, tendo sido elaborado todo o dossier que no final do ano 2018 se encontrava em apreciação.

Relativamente aos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF), emitidos em 1998 para uma maturidade de 20 anos, o INPS e o Estado de Cabo Verde chegaram a um entendimento no final do ano para a recompra daqueles detidos pelo INPS e pelo BCA. Assim, acordou-se a troca dos TCMF do INPS por Títulos de Crédito emitidos pelo Estado no mesmo montante, com maturidade de 20 anos, taxa de juro anual de 3% e amortização do capital no 20º (vigésimo) ano. Por outro lado, visando a integração da gestão dos regimes de proteção social existentes no país, ficou acordado que o INPS passava a gerir o Sistema Privativo de Proteção Social dos trabalhadores do BCA e em contrapartida, o INPS passa a deter parte dos TCMF detidos pelo BCA. Ou seja, o INPS assume a responsabilidade do pagamento das pensões do referido Sistema Privativo, avaliada em 6,7 mil milhões de CVE, ficando em compensação com os TCMF no mesmo montante convertidos em títulos de crédito, com maturidade de 20 anos, taxa de juro anual de 3% e amortização do capital no 20º (vigésimo) ano.

O ano de 2018 ficou ainda marcado pelos primeiros passos do INPS para a desterritorialização dos investimentos, com vista à diversificação geográfica e à mitigação de riscos num cenário hipotético de crise na economia doméstica. Neste sentido, trabalhou-se com instituições financeiras internacionais, como a CAIXAGEST em Portugal, uma instituição de renome e elevado *know-how* na matéria, no sentido de se criar uma solução estratégica de acordo com as melhores práticas internacionais.

Nesta senda de criação de uma carteira de ativos internacional, o INPS elaborou uma proposta de aplicação no Banco Africano de Exportação e Importação – AFREXIMBANK, instituição financeira multilateral pan-africana, criada em 1993 em Abuja. Esta proposta foi submetida ao Conselho Diretivo do INPS e posteriormente à Tutela para efeitos de decisão e homologação.

Ainda, com o propósito de analisar o risco da carteira de investimentos considerando possíveis investimentos em territórios internacionais, recorreu-se

à consultoria externa e independente da Ernst & Young, S.A para elaboração de um documento base que deverá servir de suporte a futuras decisões na matéria.

Relativamente às aplicações, pese embora a carteira de investimentos tenha crescido a um bom ritmo com relação ao ano 2017 por influência dos depósitos bancários, a execução ficou aquém do previsto devido às limitações de ofertas de produtos financeiros elegíveis do nosso mercado financeiro. No lado das receitas, verificou-se um ligeiro decréscimo de 1,6% comparativamente ao ano anterior, tendo a taxa de rentabilidade nominal situada nos 3,4%.

As aplicações financeiras cifraram-se nos 6 303 milhões de CVE em 31 de dezembro de 2018, registando uma variação negativa de 14,7% face ao ano anterior e uma taxa de execução de 49,6%, conforme demonstrado no quadro abaixo. Esta diminuição é explicada, particularmente, pelas rubricas de participações financeiras e obrigações de empresas, que não tiveram qualquer execução, contrariamente ao ano anterior. A carteira de investimentos ascendeu, no final do exercício económico, aos 66 248 milhões de CVE, registando assim uma capitalização de 7,9%.

Relativamente ao dossier Novo Banco, o saldo dos valores recuperados, no âmbito do contrato de gestão da carteira de crédito, atingiu um total de 173 milhões de CVE, líquidos das comissões pagas à CECV no âmbito do protocolo assinado para a gestão da carteira de crédito recebida.

Quadro 32 - Aplicações financeiras realizadas em 2018

(em mCVE)

Código	Descrição	Orçamento 2018	Orçamento Corrigido 31-12-2018	Execução 2017	Execução 2018	Variação Homóloga (%)	Taxa de Execução (%)	Desvio (%)
03.03.27	Serviços Bancários	7.000	49.000	1.127	41.365	3570,36%	84,42%	-15,58%
03.03.33	Assistência Técnica	4.411	4.411	0	2.696	n/a	61,12%	-38,88%
03.07.02.14	Imposto Sobre Rendimentos	200.000	200.000	172.503	160.620	-6,89%	80,31%	-19,69%
05.02.01.01	Participações Financeiras (ações)	3.000.000	2.958.000	801.599	0	-100,00%	0,00%	-100,00%
05.02.01.02	Obrigações de Empresas	1.000.000	1.000.000	293.283	0	-100,00%	0,00%	-100,00%
05.02.01.03	Bilhetes do Tesouro	2.000.000	2.000.000	2.011.518	931.229	-53,71%	46,56%	-53,44%
05.02.01.04	Depósitos a Prazo	1.500.000	1.500.000	860.000	1.500.000	74,42%	100,00%	0,00%
05.02.01.05	Obrigações do Tesouro	4.000.000	4.000.000	3.250.965	3.666.880	12,79%	91,67%	-8,33%
05.02.01.05	TCMF	500.000	500.000	0	0	n/a	0,00%	-100,00%
05.02.01.99	Aplicações Exterior	500.000	500.000	0	0	n/a	0,00%	-100,00%
05.02	Total	12.711.411	12.711.411	7.390.995	6.302.790	-14,72%	49,58%	-50,42%

Fonte: DFI, INPS, 2019

Quanto ao projeto “Melhoria na Gestão dos Imóveis”, orçamentado em 137 milhões de CVE, o nível de execução ficou pelos 26,7%, na medida em que não foi possível o arranque dos processos de remodelação e construção de edifícios.

C. ÁREA ESTRATÉGICA APOSTA NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO

8. Consolidação do Sistema de Informação

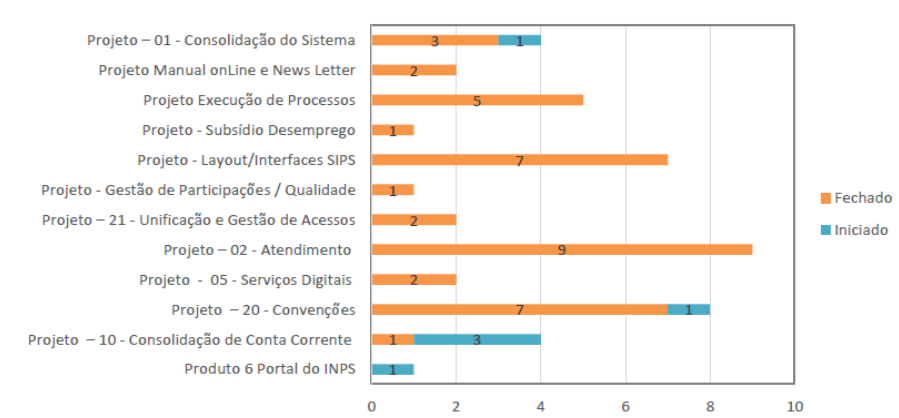
8.1. Melhoria nas funcionalidades – SIPS

Um dos projetos mais estruturantes iniciado em 2018 foi o “*Extended BI*”, que inclui uma componente Consolidação da Qualidade de dados e a implementação de uma plataforma de *Business Intelligence e Analytics*. O projeto visa corrigir as inconsistências de dados, criados ao longo dos anos e em parte devido à unificação das três bases de dados realizada no ano 2010 com funcionalidades implementadas sem obedecer a todas as regras do negócio e boas práticas. Em 2018, foi executado 75% do projeto, que incidiu na identificação e correção de uma serie de inconsistências dos dados, faltando a correção de alguns casos mais complexos e implementação da componente de analítica.

Outro projeto estruturante foi a implementação da Unificação e Gestão de acesso que veio responder as necessidades de colmatar as lacunas de segurança, como exposição de senhas dos utilizadores e de *hijacking* permitindo rastrear as atividades de um utilizador no sistema para efeito de auditoria. Além do mais permitiu implementar melhorias na segregação de função respondendo a questões de privacidades e conformidade legais impostas pela CNPD.

Relativamente ao desenvolvimento de soluções, o principal objetivo foi fornecer aos técnicos do INPS as ferramentas adequadas a fim de prestar um serviço cada vez de melhor qualidade aos utentes. Neste sentido, oito dos onze projetos planeados foram concluídos, ficando três dos projetos por iniciar.

Gráfico 32 - Execução dos Projetos de Desenvolvimento



Um desses projetos inclui a informatização do Processo das Convenções, que simplificou a apresentação de contas em tempo hábil, a qualquer país que

Cabo Verde mantém acordo, com a recuperação dos arquivos dos trabalhadores migrantes e permitiu ainda descentralizar a gestão dos mesmos.

Foi disponibilizado ainda uma funcionalidade que possibilita ao atendedor uma visão 360º sobre os utentes, trazendo ganhos significativos na qualidade de informação disponibilizada ao atendedor, bem como na agilidade de executar as tarefas no contexto do utente.

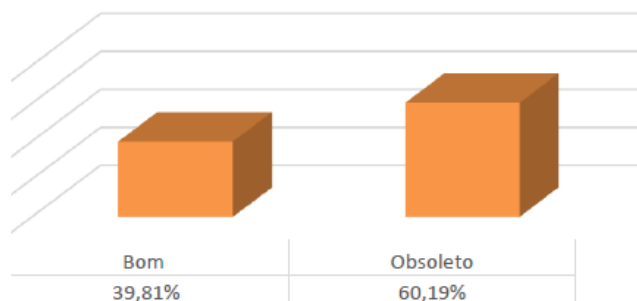
Paralelamente aos trabalhos internos de correção, com destaque para o de Conta Corrente do Contribuinte e Segurado, iniciou-se uma serie de projeto entre os quais o **Portal do INPS** em cooperação com o NOSI. O Portal desenhado contempla duas componentes, sendo que a primeira é de carater informacional, ou seja, um site e a segunda é a componente transacional, integrada com o *porton di nos ilha*. O Portal será uma ferramenta essencial desenvolvida em articulação com o outro projeto conta corrente do contribuinte em curso.

Durante o ano 2018, destacou-se ainda os serviços relacionados com a Consultoria Técnica (LT2) a fim de implementar a nova plataforma KTA, visando a desmaterialização das FOS e Faturas de prestadores de serviços (Farmácias, Fisioterapia, Estomatologia, Óticas) de forma mais eficaz e descentralizada, considerando a descontinuidade do sistema utilizado desde 2014.

8.2. Melhoria da Gestão do Parque Informático

O parque informático do INPS é composto por um total de 697 equipamentos, sendo 234 máquinas-clientes, 216 telefones VOIP, 42 Equipamentos Network e cerca de 21 Servidores. Iniciou-se em 2018 a implementação do projeto de renovação do parque cuja primeira fase registou uma taxa de substituição de 12% dos computadores obsoletos.

Gráfico 33 - Estado das máquinas clientes até final do ano, 2018



Instalou-se o *solarwinds*, para as comunicações, que dá visibilidade em tempo real aos constrangimentos na rede. Em termos de segurança da informação, as ferramentas de antivírus também estão monitorizadas.

Gráfico 34 – Captura do Monitor de Monitorização da Rede

8.3. Sistema de Controlo de Acesso

O projeto controlo de acesso, integrado ao sistema “SIPS-RH”, foi implementado no Edifício da Sede com o objetivo de facilitar o controlo das ausências, assiduidade e pontualidade dos trabalhadores. Visando os mesmos objetivos, foi lançado o concurso para implementação de um sistema idêntico para os edifícios de São Vicente, Sal, São Filipe – Fogo e CADE em Portugal.

D. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

9. Programa Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira

O programa de apoio à gestão “Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira”, que tinha um orçamento de 37 615 milhares de CVE, teve uma taxa de execução financeira de 70,9%. A finalidade deste programa foi assegurar a boa gestão da tesouraria e garantir a fiabilidade da informação financeira do INPS.

As atividades enquadradas no programa pretendiam atingir a excelência organizacional e tinha como principais outputs, os seguintes:

- A Gestão orçamental e a Prestação de Contas;
- O estabelecimento de algumas parcerias para revisão dos protocolos de cobrança de contribuições e pagamento de prestações, bem como para tratamento das dividas da Administração Pública para com o INPS;
- A eficácia nos pagamentos e nos recebimentos do INPS;
- A atualização de alguns manuais da estrutura;
- A prestação atempada das informações financeiras do Instituto;

O projeto “Melhoria das Informações de Gestão”, com o orçamento de 8 815 milhares de CVE, atingiu a taxa de execução financeira de 39%, tendo sido as atividades com maior relevância os seguintes:

- ✓ Apresentação das contas 2017 bem como promoção e conclusão da auditoria externa às mesmas;
- ✓ Apresentação dos relatórios de informação financeira relevantes e de acordo com os prazos exigidos;
- ✓ Conclusão dos protocolos de recebimento de contribuições e pagamento de prestações com o BICV e a Caixa Geral de Depósitos no tocante a pagamento aos evacuados em Portugal;
- ✓ No final do ano 2018, a DFI tinha o registo de todos os pagamentos efetuados, bem como o registo de todas as receitas do Instituto.

As atividades desenvolvidas proporcionaram a boa gestão da tesouraria, efetuando em tempo útil todos os pagamentos e a manutenção e encontros de contas, garantindo assim o normal funcionamento das unidades orgânicas do INPS.

10. Boa Gestão dos Recursos Humanos

A gestão dos recursos humanos enquadra-se no projeto “Melhoria da Gestão dos Recursos Humanos” tendo como efeito a excelência organizacional.

10.1. Gestão dos Recursos Humanos

O INPS terminou o ano com 221 colaboradores e 10 estagiários, evidenciando um aumento de 7,3% comparativamente a 2017.

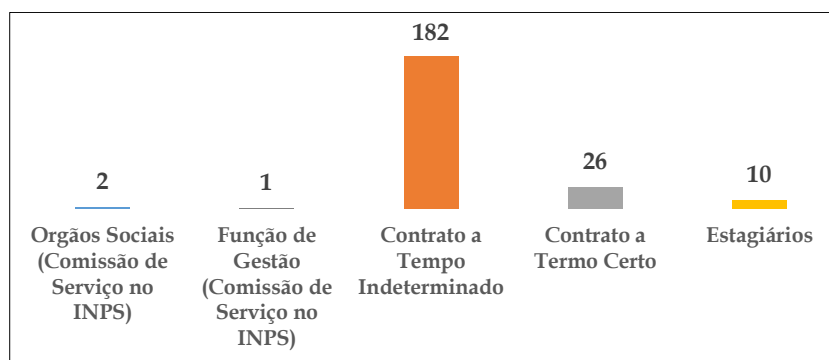
Quadro 33 - Número colaboradores INPS - 2016 a 2018

	Ano			Variação Homóloga (%)	
	2016	2017	2018	2017/2016	2018/17
Colaboradores	207	206	221	-0,5	7,3

Fonte: DARH

Do universo de colaboradores 82% (182) são quadros do Instituto, 12% (26) contratados a prazo, 5% (10) estagiários, ou seja, 94% (210) do total correspondia a quadros ativos e 3 em comissão de serviços no INPS.

Gráfico 35 - Número de Colaboradores do INPS por vínculo laboral, 2018

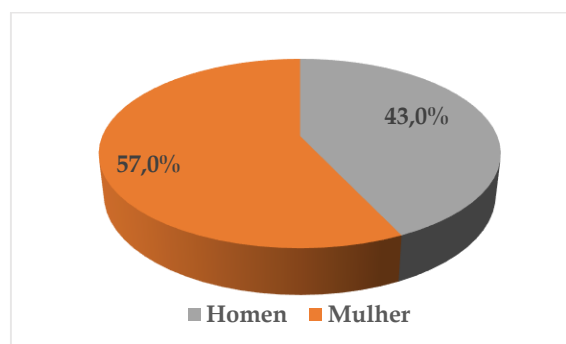


Fonte: DARH

- **Distribuição do Pessoal por Género**

Do total de colaboradores, a percentagem de mulheres é dominante com uma quota de 57%.

Gráfico 36 - Estrutura do Quadro Pessoal do INPS por sexo, 2018



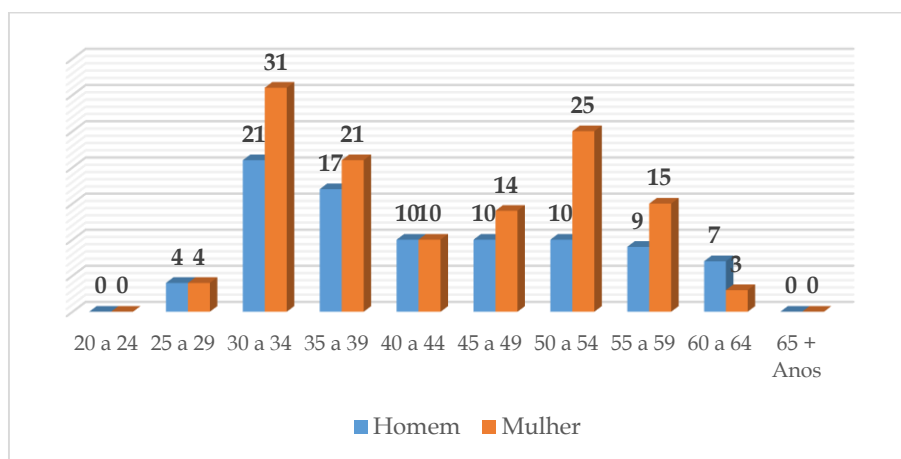
Fonte: DARH

• Distribuição do Pessoal por Idade

A idade média dos colaboradores² aumentou para 43 anos, refletindo um efetivo ainda jovem, mas com experiência acumulada. A idade máxima passou de 65 para 64 anos e a mínima foi 26 anos.

A estrutura etária dos colaboradores demonstra que num horizonte de 5 anos, 15 mulheres e 7 homens reunirão as condições para entrarem num processo de reforma por idade.

Gráfico 37 - Estrutura Etária dos Trabalhadores do INPS, 2018

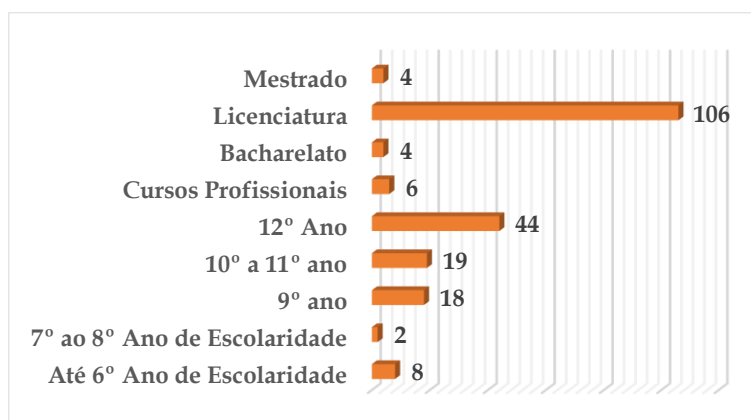


Fonte: DARH

• Distribuição do Pessoal por Habilitações Literárias

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores/total de colaboradores) aumentou substancialmente para 54 %, valor superior em 8,1 p.p. a 2017, seguido de colaboradores com 12º ano de escolaridade com 20,9%.

Gráfico 38 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o nível de escolaridade, 2018



Fonte: DARH

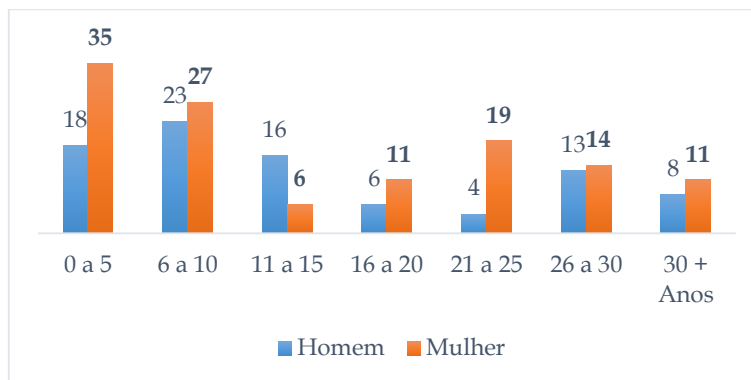
² Não inclui Estagiários

• Distribuição do Pessoal por Antiguidade

A antiguidade média dos colaboradores concentra 48,8% dos colaboradores no escalão até 10 anos, valor ligeiramente inferior ao ano 2017 (53%). O escalão de 21 a 30 anos de trabalho concentra aproximadamente 23,7%.

O efetivo feminino é dominante em todos os escalões com exceção do escalão que vai dos 11 a 15 anos, com 16 colaboradores do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

Gráfico 39 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o tempo de serviço - 2018

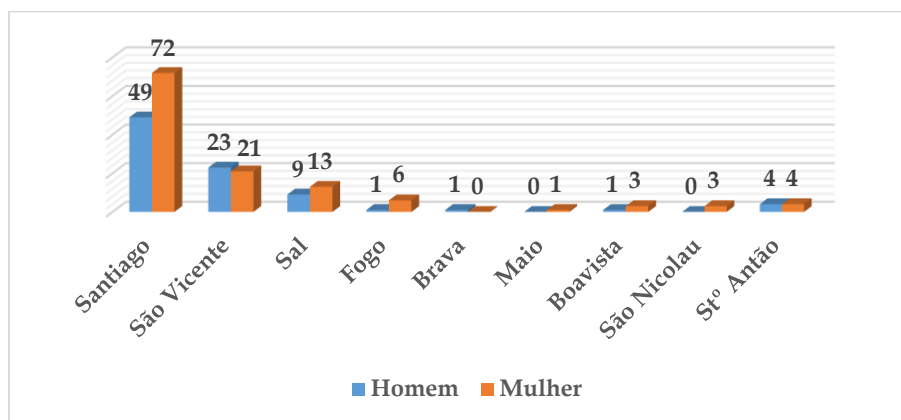


Fonte: DARH

• Distribuição do Pessoal por Ilha

Dos 221 colaboradores, 57,3 % (121) encontram-se na ilha de Santiago, distribuídos entre Santiago Norte e Santiago Sul, com destaque para a cidade da Praia, Sede Nacional. A ilha de São Vicente é a segunda ilha mais representativa em termos de colaboradores (44). As ilhas com menos colaboradores são as ilhas do Maio e Brava com 1 colaborador cada.

Gráfico 40 - Número de Colaboradores do INPS por sexo, segundo a ilha - 2018

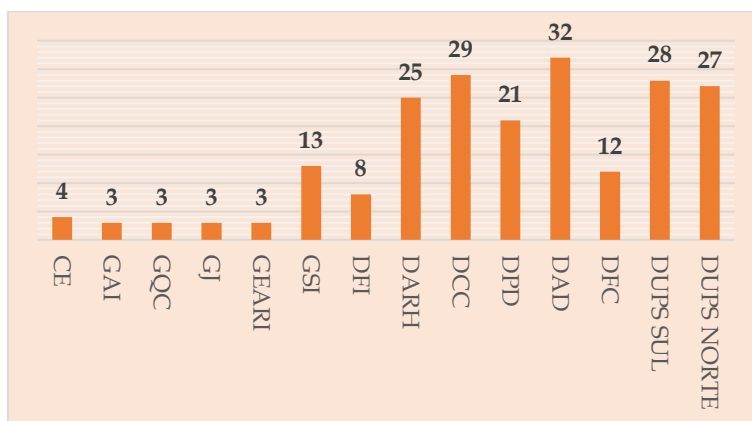


Fonte: DARH

• Distribuição Pessoal - Estrutura Orgânica

Em termos de afetação dos recursos humanos, as Direções Core absorvem 69%, Direções Suporte e Unidades Corporativas 15 e 16% respectivamente. A área de Assistência na Doença destaca-se com 32 colaboradores seguidos da Direção de Contribuições e Cobranças (DCC) com 29 Colaboradores. Com efeito não se pode descurar das 21 Unidades de Atendimento (DUPS) que absorvem 25% do total dos efetivos.

Gráfico 41 - Número de Colaboradores do INPS por Estrutura - 2018

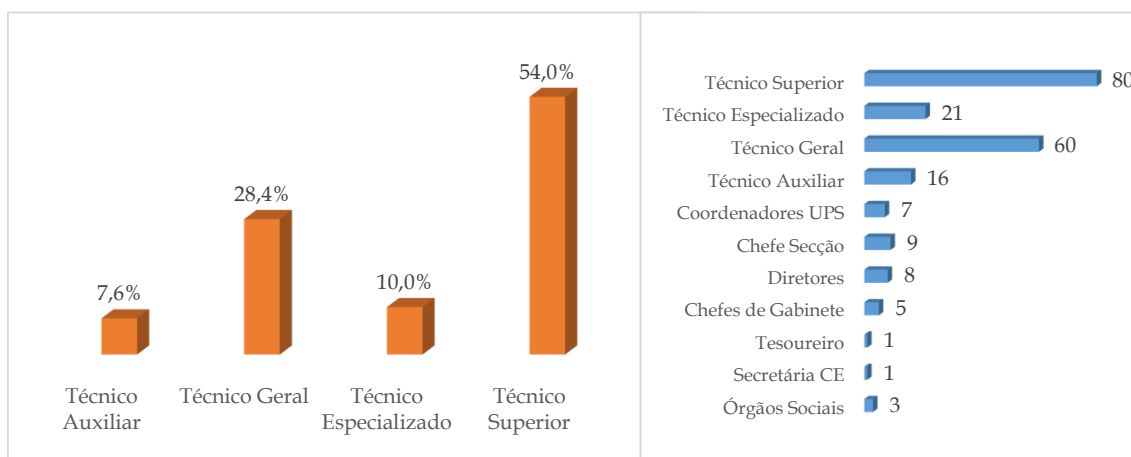


Fonte: DARH

• Distribuição do Pessoal segundo Grupo Profissional/Gestão

A nível das qualificações, em 2018 registou-se que o índice de tecnicidade (número de técnicos superiores/total colaboradores) aumentou para 54,0 %, valor superior em 4,0 p.p. relativamente ao ano 2017, tendo impacto sobre as reclassificações o que demonstra o compromisso do INPS na valorização dos seus recursos humanos.

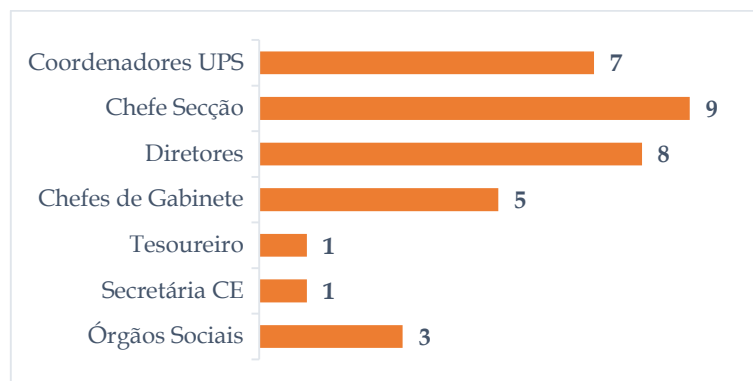
Gráfico 42 - Distribuição dos Colaboradores por Grupos Profissionais



Fonte: DARH

Em termos de distribuição por cargos de Gestão e Coordenação, o gráfico abaixo ilustra a situação, sendo que 26,5% desempenham as funções de Chefe de Secção, 23% de Diretores e 20,6% de Coordenadores das UPS.

Gráfico 43 - Número de Colaboradores por Grupo de Gestão, 2018



Fonte: DARH

O rácio de enquadramento (media de colaboradores por chefia) aumentou ligeiramente, passando de 6,77 para 7,23 em 2018. Por sua vez, a taxa de chefia (medido pelo número de chefia/total de trabalhadores) diminuiu de 15% para 14% em 2018.

- **Admissões, Rescisões e Licenças Sem Vencimento**

Durante o ano de 2018, foram admitidos 10 (dez) colaboradores para efeito de estágio profissional, tendo sido priorizado o domínio engenharia informática e de comunicação.

Quadro 34 - Admissões e desvinculações no INPS por Grupo Profissional, 2018

Admissões - 2018			
	Homem	Mulher	Total
Estagiário	6	4	10
Órgãos Sociais	0	1	1
Total	6	5	11
Desvinculação - 2018			
	Homem	Mulher	Total
Rescisão do contrato trabalho	1	0	1
Requisição	0	1	1
Total	1	1	2

Fonte: DARH

Desvincularam-se do INPS um total de 2 (dois) colaboradores sendo uma por rescisão por caducidade do contrato e outra por requisição.

Foi também concedida a 6 colaboradores (1 técnico geral e 5 técnicos superiores) licença sem vencimento.

• Gestão das Carreiras – Progressões e Promoções

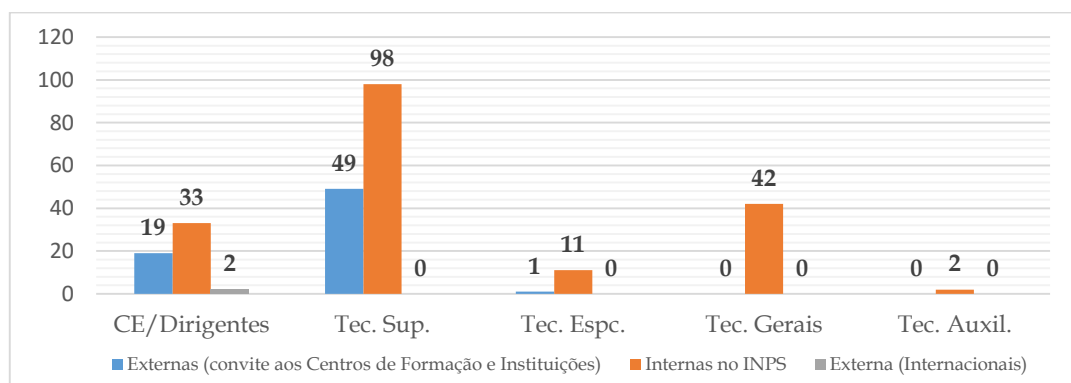
A gestão das carreiras dos colaboradores constitui um importante fator de motivação dos colaboradores, na medida em que contribui para atrair e reter talentos, melhorar o clima organizacional, criar possibilidades de desenvolvimento e ascensão profissional dos colaboradores.

Foi nesta perspectiva que no ano de 2018, foram progredidos um total de 8 colaboradores e reclassificados 3, todos pertencentes à categoria de técnico superior.

• Formação

Com vista a capacitar os trabalhadores, no ano de 2018 foram realizadas 40 ações de formação (um aumento de 40% face ao ano 2017), com um total de 257 participantes. As ações de formação foram tanto a nível interno e externo como ilustrado na figura abaixo:

Gráfico 44 - Ações de Formação promovidas por tipo de colaborador, 2018



Fonte: DARH

10.2. Encargos com Pessoal

No ano de 2018, os custos com o pessoal atingiram 374 128 milhares de CVE que representa uma variação negativa de -4,5 % face ao ano anterior. A variação ocorrida nas despesas com o pessoal é essencialmente justificada pelo crescimento da massa salarial e das remunerações não permanentes.

Quadro 35 - Despesas com Pessoal (mCVE)

Custo com Pessoal	Ano			Variação 2018/2017	
	2016	2017	2018	Valor	%
Ordenados e Salários	268 450	254 143	260 503	6 360	2,5%
Remunerações Adicionais a)	61 435	63 213	66 514	3 301	5,2%
Encargos Sobre Remunerações	48 016	40 644	44 851	4 207	10,4%
Reforma antecipada	70 991	31 793	0	-31 793	-100,0%
Outros Custos com o pessoal	1 904	2 045	2 259	214	10,5%
Total	450 796	391 838	374 128	-17 711	-4,5%

a) Exclui valores de ajudas de custo contabilizados na conta

10.3. Centro de Acolhimento de Evacuados em Lisboa – CADE

O Quadro de Pessoal do CADE é constituído por 8 (oito) colaboradores, sendo 3 (três) do sexo masculino e 5 (cinco) do sexo feminino. Em termos de antiguidade, a maioria está na faixa dos 0-5 anos, representando 62,5% do pessoal e 37,5% na faixa de 6-10 anos.

11. Gestão Administrativa e Logística do INPS

As atividades de gestão administrativa e logística foram enquadradas no programa “**Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas**”. O projeto quadro dessas atividades é o de “Gestão do Econmato, Consumíveis e Serviços Administrativos”, que preconizava contribuir também para a realização do efeito de excelência organizacional. De forma resumida, apresentamos as seguintes atividades:

- **Remodelações de Edifícios:** lançado os concursos para reabilitação do edifício de Santa Catarina em Santiago Norte, remodelação do edifício propriedade do INPS em Santa Maria e para efeito de instalação da UPS-Santa Maria e criação de condições no Edifício de Espargos para instalação do Econmato e Arquivo.
- **Adjudicação** do projeto de arquitetura para efeito de construção de um novo edifício de cinco pisos em Espargos, visando albergar em melhores condições os serviços do INPS.
- **Conservação e Manutenção de Edifícios.**
- **Aquisição de Mobiliários de Escritório e Equipamentos:** mobiliários para o balcão de atendimento de São Vicente.

Quadro 36 - Despesas em Melhoria na Gestão dos Imóveis (mCVE), 2018

Descrição	Ano 2018
Armando Cunha, SA - Sucursal em Cabo Verde	26 677
Arqui M Arquitetura	487
JMP Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil	583
JP Construções	678
MTCV - Instalações Técnicas, Lda.	3 825
SEFI - Sociedade de Eletricidade e Frio Industrial, SARL	347
Semedo Brito, Lda.	654
Victor Manuel Lopes Coutinho	278
Total	33 533

Fonte: DARH, 2019

- **Conservação e Manutenção do parque Automóvel:** destinado ao parque composto por 13 viaturas, sendo 10 de funcionamento distribuído pelas diferentes UPS e 3 sob a responsabilidade da Comissão Executiva.
- **Plano de Aquisição de Equipamentos informáticos:** renovação parcial do parque informático, através da aquisição de 40 computadores, conforme um concurso lançado em 2017, tendo em conta a obsolescência da grande parte dos computadores em uso no Instituto desde 2006. Refira-se que existe uma programação visando a renovação total do parque informático, pelo que foi lançado um novo concurso a ser executado em 2019.
- **Economato, consumíveis:** aquisições programadas e permanentes em conformidade com as necessidades de funcionamento.
- **Arquivo de Segurados e Contribuintes:** deu continuidade a organização do arquivo geral nos dois principais centros de arquivo: São Vicente e Praia e entrou em vigor novo manual de gestão de arquivo. Os trabalhos foram desenvolvidos pela empresa Mundi Consulting.
- **Organização do Arquivo físico dos trabalhadores Migrantes** com recurso a prestação de serviço.
- **Gestão de contratos:** no âmbito da execução do Plano de Atividades foram celebrados 68 (sessenta e oito) contratos no ano 2018 no valor de 81 730,3 milhares de CVE e transversais a todos os programas implementados.

Quadro 37 - Gestão de Contratos em 2018

Programas	Quantidades	Valor Contrato (mCVE)
Serviços administrativos	9	4 001
Melhorias Informação Gestão	2	10 574
Melhorias Ambiente Tecnológico	10	38 210
Melhorias Gestão Proteção Social	3	5 429
Melhorias Gestão Prestações	27	5 873
Melhorias Gestão Imóveis	3	6 737
Comunicação e Marketing	14	10 907
Total*	68	81 730

*Por causa dos arredondamentos, a soma dos valores pode não corresponder ao valor total.

- **Custos globais:** alcançaram 265 819 milhares de CVE em 2018, correspondendo a um aumento na ordem de 33 433 milhares de CVE face a 2017 e uma variação homóloga relativa de 14,4%, percentual bem menor do que o de 2017 quando fora de 38,6%.

Quadro 38 - Custos globais - Despesas de Funcionamento (mCVE), 2017-2018

Rubricas	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação Absoluta		Variação Relativa	
				2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Vigilância e segurança	21 038	23 648	19 675	2 610	-3 973	12,4%	-16,8%
Eletricidade	19 295	17 407	16 459	-1 888	-948	-9,8%	-5,4%
Publicidade e propaganda	16 659	11 708	5 016	-4 951	-6 692	-29,7%	-57,2%
Rendas e Aluguers	15 465	17 164	2 732	1 699	-14 432	11,0%	-84,1%
Honorários	12 078	75 923	13 085	63 846	-62 838	528,6%	-82,8%
Outros fornecimentos e serviços	11 036	9 333	10 067	-1 703	734	-15,4%	7,9%
Trabalhos especializados	10 406	11 483	94 055	1 077	82 572	10,3%	719,1%
Limpeza, higiene e conforto	10 294	7 142	10 157	-3 152	3 015	-30,6%	42,2%
Deslocações e estadas	7 994	10 330	11 566	2 336	1 236	29,2%	12,0%
Outros, inferiores a mCVE 10 000	43 344	48 249	83 008	4 905	34 759	11,3%	72,0%
Total	167 608	232 387	265 819	64 779	33 433	38,6%	14,4%

*O valor que consta do Relatório de Atividades e Conta de 2017 foi atualizado.

Fonte: DFI, INPS, 2019

VII. SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO - SÍNTESE

Quadro 39 - Avaliação dos Projetos do PAO 2018

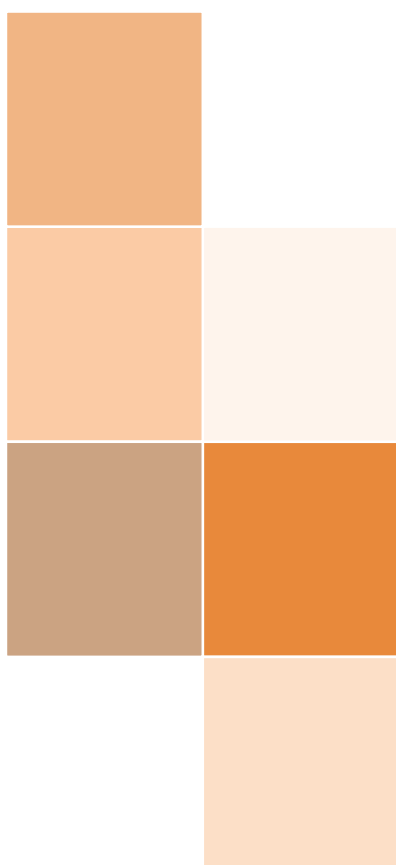
Descrição Programas/Projetos	Avaliação dos Projetos		
	Física	Financeira	Eficiência
Melhoria na Gestão das Prestações			
Melhoria na Gestão das Prestações Pecuniárias	68,8%	91,4%	75,3%
Promoção da Qualidade na Gestão da Assistência Médica e Hospitalar	65,6%	99,5%	65,9%
Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições			
Melhoria na gestão das contribuições	46,8%	114,1%	41,1%
Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional			
Melhoria no Sistema de Gestão das Obrigações dos Contribuintes e Beneficiários	56,9%	84,4%	67,4%
Melhoria da Eficácia dos Processos Jurídicos	74,6%	32,7%	228,3%
Promoção da Sustentabilidade do Sistema			
Melhoria da gestão da cobertura da Proteção Social	39,7%	75,3%	52,7%
Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados			
Melhoria do Atendimento na Região Norte	89,0%	34,5%	258,1%
Melhoria do Atendimento na Região Sul	78,6%	92,6%	84,9%
Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade	58,6%	48,2%	121,5%
Melhoria do Cumprimento das Normas e Procedimentos	41,7%	2,1%	2016,4%
Melhoria da Comunicação e Imagem Institucional			
Plano de Comunicação e Marketing	67,7%	64,9%	104,3%
Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros			
Melhoria Da Performance Da Carteira De Investimentos	64,5%	50,3%	128,1%
Rentabilização Patrimônio Imobilizado do INPS	21,0%	26,7%	78,7%
Consolidação do Sistema de Informação			
Melhoria do Ambiente Tecnológico e de Infraestruturas	48,6%	62,4%	77,8%
Melhoria da gestão contábilística e financeira			
Melhoria das informações de gestão	72,1%	38,6%	186,6%
Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas			
Gestão do Economato, Consumíveis e Serviços Administrativos	37,7%	55,3%	68,1%
Acompanhamento da Boa Gestão dos Recursos Humanos			
Melhoria na Gestão de Recursos Humanos	50,0%	93,6%	53,4%

Fontes: Quadros-Lógicos das Estruturas, GEARI, INPS, Julho 2019



Instituto Nacional de Previdência Social
A Vida Toda

RELATÓRIO DE CONTAS 2018



VIII. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

1. Resultados

A 31 de dezembro de 2018, o resultado do exercício atingiu a cifra de 7 642 milhões de CVE, registando assim um crescimento de cerca de 11% em relação ao exercício anterior, devido, essencialmente, ao crescimento das contribuições declaradas no exercício em 10% relativo ao período homólogo.

1.1. Proveitos e Ganhos

Os proveitos e ganhos globais cifraram-se no montante de 13 789 milhões de CVE, representando um incremento de 769 milhões de CVE face à 2017.

Os proveitos operacionais atingiram a cifra de 11 230 milhões de CVE, mais 10% em relação à 2017. As receitas de contribuições no valor de 11 136 milhões de CVE (2017: 10 108 milhões de CVE), representaram cerca de 81% (2017: 78%) do total das receitas do Instituto.

As receitas provenientes de outros proveitos operacionais, resultantes das convenções internacionais de segurança social, alcançaram o montante de 94 milhões de CVE, registando um decréscimo de 7% face ao ano anterior.

As receitas financeiras representam 17% das receitas do ano, totalizando o montante de 2 294 milhões de CVE (2017: 2 201 milhões de CVE), tendo registado um aumento de 4% em relação ao ano transato.

As receitas extraordinárias atingiram, por seu lado, o valor de 265 milhões de CVE (2017: 610 milhões de CVE) tendo registado um decréscimo acentuado face ao ano anterior, devido à contabilização em 2017 das receitas do REMPE dos exercícios de 2015 e 2016 que ainda não se encontravam registadas.

Proveitos e Ganhos (Milhares de CVE)

Rubricas	2018		2017		Var. (%)
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)	2018/17
Contribuições	11.135.895	80,76%	10.108.316	77,63%	9,74%
Outros proveitos operacionais	94.216	0,70%	101.176	0,79%	-6,65%
Total dos proveitos operacionais	11.230.111	81,46%	10.209.492	78,43%	9,57%
Proveitos e ganhos financeiros	2.294.393	16,62%	2.200.569	16,89%	4,26%
Proveitos e ganhos extraordinários	264.658	1,92%	610.280	4,69%	-60,23%
Total	13.789.163	100,00%	13.020.341	100,00%	5,40%

1.2. Custos e Perdas

Os custos e perdas no ano 2018 cifraram-se no montante de 6 148 milhões de CVE (2017: 6 127 milhões de CVE), registando assim um pequeno acréscimo face a 2017 de 0,33%.

Os custos com as prestações cresceram 7% em relação a 2017, com maior evidência ao nível do crescimento dos abonos e prestações complementares. O valor das prestações com doença e maternidade cifraram em 2 483 milhões de CVE, mais 6% em relação a 2017. As prestações diferidas (pensões) atingiram os 1 952 milhões de CVE, com um crescimento de 8% face ao período homólogo. Por sua vez, os abonos e prestações complementares, atingiram os 386 milhões de CVE, mais 13% que em 2017.

As prestações em espécie no ramo Doença e Maternidade registaram um aumento de 5% em relação a 2017, tendo atingido os 2 159 milhões de CVE (2017: 2 059 milhões de CVE), sendo que as rubricas com (i) Assistência médica e hospitalar, (ii) Assistência medicamentosa e (iii) Transporte e estadia, foram as que mais contribuíram para o crescimento dos custos neste ramo.

Quanto aos encargos com prestações familiares (abonos e prestações complementares), registou-se um crescimento global de 13% atingindo o montante de 386 milhões de CVE (2017: 342 milhões de CVE), sendo a rubrica de maior peso naturalmente os abonos (cerca de 84% do peso dos custos globais neste ramo).

Verifica-se ao nível dos custos com o pessoal uma quebra de 5% que está relacionado com a provisão constituída em 2017 com os custos com a Reforma Incentivada Antecipada (RIA) para fazer face ao processo de reforma antecipada dos colaboradores levada a cabo naquele ano.

Em sentido contrário, registou-se um agravamento dos custos de Fornecimentos e serviços externos em cerca de 14% face ao período homólogo, assente nas variações registadas a nível do aumento dos gastos com trabalho especializado e serviços bancários.

As provisões do exercício, no montante de 296 milhões de CVE, englobam as provisões de cobrança duvidosa de contribuições no ano. Em 2017, englobavam ainda as provisões de investimentos financeiros, o que justifica a variação negativa de 43%.

Gastos e Perdas (Milhares de CVE)

Rúbricas	2018		2017		Variação 2018/17
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Doença e maternidade	2.482.786	40,43%	2.345.632	38,28%	5,85%
Prestações diferidas (pensões)	1.952.115	31,79%	1.807.195	29,49%	8,02%
Abono de família e prestações complementares	385.582	6,28%	341.997	5,58%	12,74%
Desemprego	10.550	0,17%	-	0,00%	-
Custos com o pessoal	374.128	6,09%	391.839	6,39%	-4,52%
Fornecimentos e serviços externos	265.820	4,33%	232.387	3,72%	14,38%
Impostos e Outros custos administrativos	13.473	0,22%	11.817	0,27%	14,01%
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	112.574	1,83%	123.605	2,02%	-8,92%
Provisões do exercício	296.356	4,83%	525.624	8,58%	-43,62%
Total dos Custos Operacionais	5.893.384	95,98%	5.780.090	94,33%	1,96%
Custos e Perdas Financeiras	160.619	2,62%	172.502	2,82%	-6,89%
Custos e perdas extraordinárias	93.650	1,41%	174.831	2,85%	-46,43%
Total	6.147.653	100,00%	6.127.423	100,00%	0,33%

2. Balanço e Estrutura patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo líquido do INPS atingiu o montante de 78 036 milhões de CVE, valorizando-se em 10% face ao exercício anterior. As reservas do Instituto e os resultados do período continuam a ter um peso preponderante no Balanço, de cerca de 88% e 10%, respetivamente (2017: 89% e 10%, respetivamente).

Os ativos com maior peso no Balanço continuam a ser os ativos financeiros (39%) e as disponibilidades (47%), com crescimento face ao período homólogo de 1% e 21%, atingindo os montantes de 30 249 e 36 861 milhões de CVE, respetivamente.

Em relação aos passivos, houve uma diminuição de cerca de 29% face ao período anterior, passado de 804 para 570 milhões de CVE.

Balanço Sintético (Milhões de CVE)					
Rúbricas	2018		2017		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	2018/17
ACTIVO					
ACTIVO FIXO:					
Imobilizações Incorpóreas	18	0,02%	49	0,07%	-64,00%
Imobilizações Corpóreas	1.256	1,61%	1.294	1,83%	-2,94%
Imobilizações Financeiras	30.249	38,76%	26985	42,43%	0,93%
ACTIVO CIRCULANTE:					
Imobilizações Financeiras			3.636		
Dívidas de terceiros de curto prazo	7.861	10,03%	6.790	9,61%	15,27%
Disponibilidades	36.861	47,24%	30.524	43,22%	20,76%
Acréscimos e diferimentos	1.827	2,34%	2.002	2,83%	-8,73%
TOTAL DO ACTIVO	78.036	100,00%	70.629	100,00%	10,49%
FONTES					
SITUAÇÃO LÍQUIDA:					
Reservas	69.825	88,48%	62.932	89,10%	10,95%
Resultado Líquido	7.642	9,79%	6.893	9,76%	10,86%
TOTAL SITUAÇÃO LÍQUIDA	77.467	99,27%	69.825	98,86%	10,94%
PASSIVO:					
Dívidas a Terceiros - a Curto Prazo:	423	0,54%	661	0,94%	-36,05%
Acréscimos e diferimentos	147	0,19%	142	0,20%	3,01%
TOTAL DO PASSIVO	570	0,73%	804	1,14%	-29,13%
TOTAL DAS FONTES	78.036	100,00%	70.629	100,00%	10,49%

3. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros cresceram em 2018 cerca de 10% tendo chegado ao final do ano avaliada em 68 123 milhões de CVE (2017: 61 711 milhões de CVE). As carteiras dos ativos financeiros encontram-se estruturadas conforme a seguinte tabela:

Ativos Financeiros (milhares de CVE)

Descrição	Ano de 2018		Ano de 2017		Variações (%)
	Valor	Peso	Valor	Peso	2018/17
- Depósitos à ordem	21 301 552	31,30%	16 435 121	26,63%	29,79%
- Depósitos a prazo	15 136 521	22,21%	13 564 387	21,98%	11,59%
- Bilhetes do Tesouro	423 075	0,62%	524 277	0,85%	
- Empréstimos concedidos	366 667	0,54%	400 000	0,65%	-8,33%
- Obrigações de empresas	1 946 085	2,86%	2 005 065	3,25%	-2,94%
- Obrigações do Tesouro	24 478 605	35,92%	24 311 341	39,40%	0,69%
- Títulos de Participação (TCMF)	328 168	0,48%	328 168	0,53%	0,00%
- Ações	4 077 380	5,98%	4 077 380	6,61%	0,00%
- Imóveis de rendimento	65 000	0,10%	65 000	0,11%	0,00%
Total	68 123 053	100,00%	61 710 739	100,00%	10,44%

Em 2018, os ativos com taxas de crescimento com maior expressão foram os depósitos bancários, com um crescimento na ordem dos 41%, devido (i) aos reembolsos dos títulos do tesouro, (ii) a constituição de novos depósitos a prazo e (iii) às contribuições pagas pelos contribuintes e disponíveis nas contas bancárias.

Os Rendimentos Financeiros

Os rendimentos financeiros em 2018 atingiram o montante de 2 292 milhões de CVE (2017: 2 199 milhões de CVE), com uma rentabilidade média nominal de cerca de 3,4% (representando uma rentabilidade acima da média da praça financeira Cabo-verdiana).

Rendimentos Financeiros (Milhares de CVE)

Descrição	Ano de 2018		Ano de 2017		Variações (%)
	Valor	Peso	Valor	Peso	2018/17
- Depósitos a prazo	518 184	22,60%	569 569	25,91%	-9,02%
- Bilhetes do Tesouro	4 302	0,19%	6 628	0,30%	-35,09%
- Depósitos à ordem	160 375	7,00%	127 366	5,79%	25,92%
- Obrigações do Tesouro	1 309 781	57,14%	1 326 483	60,33%	-1,26%
- Obrigações de empresas	87 397	3,81%	86 237	3,92%	1,35%
- Ações	196 660	8,58%	52 502	2,39%	274,58%
- Financiamento CECV	10 000	0,44%	19 658	0,89%	-49,13%
- Rendas e Alugueres	4 463	0,19%	2 736	0,12%	63,12%
- Títulos de Participação (TCMF)	754	0,03%	6 782	0,31%	-88,88%
- Juros de Empréstimos Internos	452	0,02%	581	0,03%	-22,20%
Total	2 292 368	100,00%	2 198 542	100,00%	4,27%

3.1.1. Obrigações do Tesouro (OT)

A rentabilidade média das obrigações do tesouro, atingiu os 5%, praticamente a mesma taxa média de rentabilidade de 2017 em que se fixaram nos 5,3%.

3.1.2. Depósitos bancários

Em 2018, foram recebidos um montante líquido de juros de depósitos a ordem de cerca de 160 milhões de CVE (2017: 127 milhões de CVE), com uma rentabilidade nominal de 1%.

Por seu lado, os juros de depósitos a prazo cifraram em 518 milhões de CVE (2017: 570 milhões de CVE), registando uma rentabilidade nominal de 3,5%, compreendendo uma diminuição de 1,2 pontos percentuais em relação ao período homólogo (2017: 4,7%), justificada, essencialmente, pelas quedas nas taxas de juros no mercado nacional.

3.1.3. As Participações sociais

Em 2018 não se registaram novas aquisições de participações sociais, tendo-se mantido a mesma estrutura em relação ao ano transato.

3.1.4. Obrigações de empresas

Os juros dos empréstimos obrigacionistas mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior, atingindo cerca de 87 milhões de CVE (2017: 86 milhões de CVE), com uma rentabilidade nominal de 4,4% (2017:4,5%).

3.2. Financiamento CECV

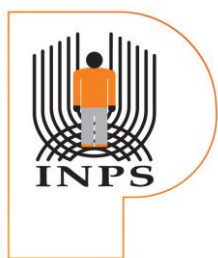
Os juros dos empréstimos concedidos à CECV, no âmbito do protocolo de concessão de linha de crédito aos trabalhadores do INPS, atingiram o montante de 10 milhões de CVE (2017: 13 milhões de CVE), perfazendo uma rentabilidade nominal de 2,6% (2017: 2,9%).

4. Execução Orçamental

Devidamente aprovado pela comissão executiva, foram realizadas reafecções orçamentais nos diferentes programas de execução orçamental para que se pudesse cumprir as atividades do PAO, tendo este atingido uma taxa de execução financeira global de 61%.

No cumprimento dos programas as taxas de execução foram conforme quadro seguinte (em mCVE):

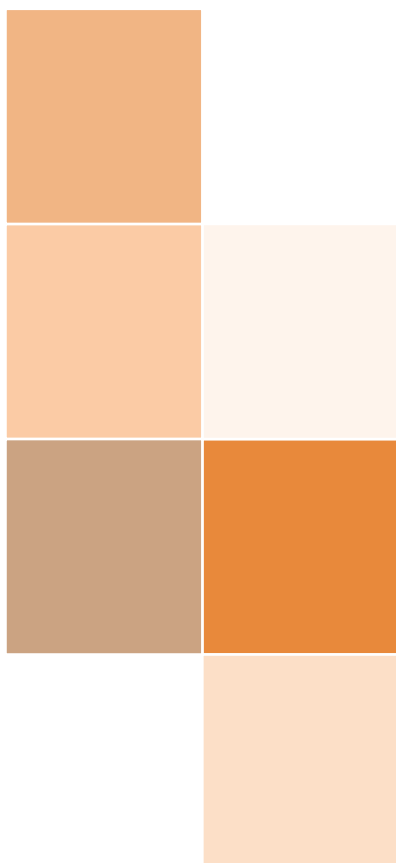
CC_NOME	Or_Atual	Orç_Exec	Tx.Exe
Gestão Econômato, Consumíveis E Serv. Administrativos	176.285	96.975	55%
Melhoria Da Eficácia Dos Processos Jurídicos	10.600	3.462	33%
Melhoria Da Performance Da Carteira De Investimentos	17.882.708	9.003.877	50%
Melhoria Das Informações De Gestão	8.815	3.404	39%
Melhoria Do Ambiente Tecnológico E De Infraestruturas	116.967	84.250	72%
Melhoria do Atendimento na Região Norte	1.300	448	34%
Melhoria do Atendimento na Região Sul	1.065	986	93%
Melhoria Na Gestão Da Cobertura Da Proteção Social	9.800	7.379	75%
Melhoria Na Gestão Das Contribuições	500	61	12%
Melhoria Na Gestão Das Evacuações	660.722	656.434	99%
Melhoria Na Gestão Das Prestações Pecuniárias	2.993.552	2.797.940	93%
Melhoria na Gestão de Imóveis	127.300	34.046	27%
Melhoria na Gestão de Recursos Humanos	19.903	16.442	83%
Melhoria Na Gestão Dos Pagamentos E Transferências CADE	29.683	23.907	81%
Melhoria no Cumprimento Das Normas E Procedimentos	1.315	27	2%
Melhoria No Sistema De Gestão Das Obrigações Dos Contribuintes E Beneficiários	2.080	1.756	84%
Plano De Comunicação E Marketing	26.100	17.023	65%
Processar Remunerações CE	20.610	13.864	67%
Processar Remunerações Direção Administrativa E De Recursos Humanos	39.130	24.2878	62%
Processar Remunerações Direção Assistência Na Doença	46.597	40.108	86%
Processar Remunerações Direção Contribuições E Cobrança	51.135	43.397	85%
Processar Remunerações Direção De Gestão Financeira E De Investimentos	47.567	36.569	77%
Processar Remunerações Direção Fiscalização e Controle	24.263	20.575	85%
Processar Remunerações Direção Prestações Definidas	38.634	32.936	85%
Processar Remunerações Direção Unidades Previdência Social Norte	39.620	33.838	85%
Processar Remunerações Direção Unidades Previdência Social Sul	40.376	34.244	85%
Processar Remunerações Gabinete Auditoria Interna	7.197	5.690	79%
Processar Remunerações Gabinete Estudos Atuarias e Relações Internacionais	9.136	6.656	73%
Processar Remunerações Gabinete Jurídico	6.193	4.986	81%
Processar Remunerações Gabinete Qualidade E Comunicação	6.127	4.496	73%
Processar Remunerações Gabinete Sistemas De Informação	29.820	24.892	83%
Promoção Da Qualidade Na Gestão Da Assistência Médica, Hospitalar E Medicamentosa	1.516.981	1.509.993	99%
Melhoria Da Qualidade De Prestação De Serviço	1.120	540	48%
Total Geral	23.993.201	14.585.491	61%



Instituto Nacional de Previdência Social

A Vida Toda

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de escudos – mCVE)

		31-12-2018			31-12-2017
Designação	Nota	Activo Bruto	Amortização /Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO FIXO:					
Imobilizações Incorpóreas:	2				
Aplicações Informáticas	(A)	326 814	309 159	17 655	49 043
		326 814	309 159	17 655	49 043
Imobilizações Corpóreas:	3				
Terrenos e Recursos Naturais		404 381	-	404 381	404 380
Edifícios e Outras Construções		1 410 767	612 084	798 683	821 766
Equipamentos de Carga e Transporte		63 773	42 277	21 496	26 853
Equipamentos Administrativo e Social		268 933	254 388	14 545	27 061
Equipamento e Material Informático		241 885	225 658	16 227	13 540
Outras Imobilizações Corpóreas		12 135	11 785	350	135
		2 401 873	1 146 192	1 255 682	1 293 735
Imobilizações Financeiras:					
Partes de Capital - Outras Empresas - Diversas	4	4 077 380	-	4 077 380	4 077 380
Obrigações - Outras Empresas - Diversas	5	1 541 765	501 396	1 040 369	1 400 727
Obrigações -Tit. Dívida Púb. Outras Entid. do SPA	6	21 385 763	-	21 385 763	20 811 725
Outros Títulos Financeiros	7	328 168	-	328 168	328 168
Outras Aplicações Financeiras	8	333 333	-	333 333	366 667
	(F)	27 666 409	501 396	27 165 013	26 984 667
TOTAL DO ACTIVO FIXO (A+B+C+D+E+F+G+H)	(I)	30 395 097	1 956 747	28 438 350	28 327 445
ACTIVO CIRCULANTE					
Imobilizações Financeiras:					
Obrigações - Outras Empresas - Diversas	5	404 320	-	404 320	102 942
Obrigações - Tit. Dívida Púb. Outras Entid. do SPA	6	3 092 842	-	3 092 842	3 499 616
Outras Aplicações Financeiras	8	33 333	-	33 333	33 333
	(J)	3 530 495	-	3 530 495	3 635 891
Dívidas de Terceiros - a Curto Prazo					
Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado		-	-	-	1 429
Devedores Diversos	9	651 620	564 302	87 317	198 640
Contribuintes	10	6 945 121	2 776 458	4 168 663	3 342 524
Organismos de segurança social Estrangeiros	11	1 228 054	-	1 228 054	1 126 878
Estado e Outras Autoridades Públicas (OAP)	12	1 875 945	-	1 875 945	1 444 173
Outras Operações com o Pessoal		19 471	-	19 471	26 575
		10 720 211	3 340 761	7 379 450	6 140 219
	(K)	14 250 706	3 340 761	10 909 945	9 776 110
Disponibilidades:					
Títulos Negociáveis	13	423 075	-	423 075	524 277
Depósitos à Prazo	14	15 136 521	-	15 136 521	13 564 386
Depósitos à Ordem	14	21 301 553	-	21 301 553	16 435 121
	(L)	36 861 149	-	36 861 149	30 523 784
Outras Regularizações Activas:					
Acréscimos de Proveitos	15	1 826 895	-	1 826 895	2 001 515
	(M)	1 826 895	-	1 826 895	2 001 515
TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE (J+K+L+M)	(N)	52 938 749	3 340 761	49 597 989	42 301 409
Total de Amortizações			1 455 351		
Total de Provisões			5 297 507		
TOTAL DO ACTIVO (I+N)	(O)	83 333 846	5 297 507	78 036 339	70 628 854
SITUAÇÃO LÍQUIDA:					
Reservas	16	69 825 292	-	69 825 292	62 932 368
Resultado Líquido		7 641 511	-	7 641 511	6 892 916
TOTAL DAS FONTES DURADOURAS (S)=(P+Q+R)	(P)	77 466 803	-	77 466 803	69 825 284
FONTES A CURTO PRAZO:					
Dívidas a terceiros - curto prazo					
Benefícios de previdência e abonos a pagar	17	207 949	-	207 949	195 755
Pessoal		50 071	-	50 071	81 512
Sindicatos		139	-	139	196
Organismos de segurança social Estrangeiros	11	14 169	-	14 169	14 119
Credores Diversos	18	105 521	-	105 521	223 082
Estado e Outras Autoridades Públicas		37 690	-	37 690	9 193
Fornecedores, C/C	19	7 330	-	7 330	137 355
	(T)	422 869	-	422 869	661 212
Outras Regularizações Passivas:					
Acréscimos de Custos	20	146 647	-	146 647	142 357
	(U)	146 647	-	146 647	142 357
TOTAL DAS FONTES A CURTO PRAZO (V)=(T+U)	(V)	569 516	-	569 516	803 569
TOTAL DO PASSIVO (X)=(Q+R+T+U)	(X)	569 516	-	569 516	803 569
TOTAL DAS FONTES (Z)=(P+X)	(Z)	78 036 319	-	78 036 319	70 628 854

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 DE janeiro DE 2017 E 31 DE dezembro DE 2017

(Valores expressos em milhares de Escudos – mCVE)

Designação	Notas	Exercícios			
		2018	%	2017	%
PROVEITOS E GANHOS					
Contribuições	21	11 135 895	80,8%	10 108 316	77,6%
Convenções internacionais – Compart.	22	94 216	0,7%	101 176	0,8%
	(A)	11 230 111	81%	10 209 492	78%
Proveitos e ganhos financeiros					
Juros	23	2 091 246	15,2%	2 143 304	16,5%
Rendimentos Imóveis		4 463	0,0%	2 736	0,0%
Rendimentos de participações de capital	4	196 660	1,4%	52 502	0,4%
Outros Proveitos		2 025	0,0%	2 027	0,0%
	(B)	2 294 393	17%	2 200 569	17%
Proveitos e ganhos extraordinários	24	264 658	1,9%	610 280	4,7%
	(C)	264 658	1,9%	610 280	4,7%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS (A+B+C)	(D)	13 789 162	100,0%	13 020 341	100,0%
CUSTOS E PERDAS					
Ações de previdência e abonos	25	4 831 035	78,6%	4 494 825	73,4%
	(E)	4 831 035	78,6%	4 494 825	73,1%
Custos administrativos					
Custos com o pessoal	26	374 128	6,1%	391 838	6,4%
Fornecimentos e serviços externos	27	265 819	4,3%	232 387	3,8%
Tributos		2 781	0,0%	4 538	0,1%
Outros custos administrativos		10 692	0,2%	7 278	0,1%
	(F)	653 421	10,6%	636 041	10,3%
Amortizações do exercício	28	112 574	1,8%	123 604	2,0%
Provisões do exercício - Diversas	29	296 356	4,8%	525 623	8,5%
	(G)	408 930	6,7%	649 227	10,6%
Custos e Perdas Financeiras					
Imposto sobre capitais	30	160 619	2,6%	172 502	2,8%
	(H)	160 619	2,6%	172 502	2,8%
Custos e perdas extraordinárias	31	93 650	1,5%	174 831	2,8%
	(I)	93 650	1,5%	174 831	2,8%
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS (E+F+G+H+I)	(J)	6 147 654	100,0%	6 127 426	99,7%
Resultados:					
Resultado operacional = (A-E-F-G) =		5 336 725		4 429 399	
Resultado financeiro = (B-H) =		2 133 774		2 028 067	
Resultado corrente = (A+B-E-F-G-H) =		7 470 500		6 457 466	
Resultado Extraordinário = (C-I) =		171 008		435 449	
Resultado Líquido = (D-J) =		7 641 511		6 892 916	

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE FUNDOS

MAPA DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

E 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Escudos – mCVE)

DESCRIÇÃO	Notas	Valor	
		2018	2017
<u>Actividades de funcionamento</u>			
Origens			
Contribuintes		9 796 554	8 577 572
Outros recebimentos de Actividades de Funcionamento		136 222	299 236
(A)		9 932 776	8 876 808
Aplicações			
Beneficiários do sistema de Previdência Social		3 165 519	2 873 913
Prestadores de serviço do sistema de Previdência Social		1 623 588	1 483 160
Fornecedores		225 647	165 159
Pessoal		326 649	327 302
Outros pagamentos de Actividades de Funcionamento		220 529	948 087
(B)	14	5 561 932	5 797 620
<u>Actividades de investimento</u>			
Origens			
Reembolsos de empréstimos concedidos (excepto títulos de dívida pública)		92 313	278 649
Reembolsos de títulos de dívida pública		4 532 047	5 267 377
Juros e rendimentos similares		2 091 256	2 204 879
Dividendos		135 985	52 502
Outros recebimentos de actividades de investimento		4 915	2 736
(C)		6 856 516	7 806 142
Aplicações			
Desembolsos de empréstimos concedidos (excepto títulos de dívida pública)		-	293 283
Aquisição de títulos de dívida pública		4 598 109	5 262 483
Aquisições de Imobilizações Financeiras - Partes de Capital		-	801 599
Aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas		30 066	179 150
Outros Pagamentos de Actividades de Investimento		160 619	172 503
(D)		4 788 794	6 709 018
<u>Actividades de financiamento</u>			
Origens			
(E)		-	-
Aplicações			
(F)		-	-
Recapitulação:			
Cash Flow líquido das Actividades de funcionamento (A-B)	(G)	4 370 844	3 079 187
Cash Flow líquido das Actividades de investimento (C-D)	(H)	2 067 722	1 097 124
Cash Flow líquido das Actividades de Financiamento (E-F)	(I)	-	-
Variação do Mapa de Origem e Aplicação de Fundos (G+H+I)	(J)	6 438 566	4 176 311
Total das Disponibilidades no Início do Exercício	(K)	29 999 507	25 823 196
Efeitos das Diferenças Cambiais Sobre Disponibilidades	(L)	-	-
Total das Disponibilidades no Final do Exercício (J+K+L)	(M)	36 438 073	29 999 507
Reconciliação:			
Total das Disponibilidades pela Demonstração do Cash Flow	(M)	36 438 073	29 999 507
Total das Disponibilidades (Depósitos bancários) pelo Balanço		36 438 073	29 999 507

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 0 - Constituição e Atividade

O INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (adiante designado por INPS ou Instituto) foi criado pelo Decreto-Lei (DL) nº 135/91 de 2 de outubro, no âmbito da cisão do extinto ISPS - Instituto de Seguros e Previdência Social (DL nº 136/91 de 2 de outubro). Na data da sua constituição foram transferidos para o INPS o património e a atividade do sector de previdência social.

As atribuições do INPS, nos termos estatutários, consistem na gestão, aperfeiçoamento e fiscalização do sector da Previdência Social. Adicionalmente, compete ao INPS assegurar a aplicação de convenções e acordos de segurança social subscritos pelo Estado Cabo-Verdiano.

O INPS é dotado de personalidade jurídica de direito público, goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e opera sob a Tutela do Ministro responsável pela área da Saúde e Segurança social.

Atualmente o INPS opera em todas as ilhas, através das representações locais.

Apresenta-se seguidamente uma breve síntese do sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde:

O Sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde nasceu em dezembro de 1982, através da implementação do DL n.º 114/82, que previa um sistema de segurança social que cobrisse de forma gradual a generalidade dos trabalhadores do país. Visa gerir a proteção social obrigatória, abrangendo a proteção na doença e maternidade, prestações familiares, invalidez, velhice e morte. Ainda no âmbito das aplicações de convenções e acordos de segurança social, o INPS assegura a todos os trabalhadores migrantes os direitos de prestações previstas na lei.

À data de 1983 o sistema já contava com 385 Empresas contribuintes inscritas e 10 234 segurados.

Em 2001, através da Lei 131/V, definiu-se as bases do Sistema de Proteção Social, com 3 níveis de intervenção:

- ✓ Rede de Segurança,
- ✓ Proteção Social Obrigatória
- ✓ Proteção Social Complementar.

O enquadramento dos trabalhadores independentes (Profissionais Liberais) no Sistema de Proteção Social Obrigatória deu-se em 2003, através da Lei n.º 28/2003, e já em 2004 ocorre a primeira grande reforma do sistema que se assentava nos seguintes princípios:

- Ajustar o sistema de Previdência Social ao desenvolvimento do País;
- Adequar a legislação à Lei de Bases da Proteção Social;
- Garantir a evolução de outras legislações nacionais (nas áreas do trabalho, da educação e da saúde, sendo esta última anteriormente vedada à iniciativa privada) com incidências diretas no sistema;
- Aprofundar a proteção social e uma melhor sistematização legislativa e a clarificação de conceitos a ele inerentes;
- Garantir o equilíbrio financeiro.

Desde 2004, vêm sendo implementadas reformas profundas no Sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde, sendo os principais marcos os seguintes:

- Ano 2004 - DL n.º 5/2004 - Reformula e sistematiza o Regime de Proteção Social dos Trabalhadores por conta de outrem - TCO;
- Ano 2006 - Criação do Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS;
- Ano 2006/7 - Integração da Função Pública no INPS - Administração Central;
- Ano 2008 - Integração da Função Pública no INPS - Administração Local;
- Ano 2009 - Revisão da Legislação (DL 5/2004) sobre a Proteção Social dos TCO. - DL 50/2009; integração dos Trabalhadores Independentes no regime dos Trabalhadores por conta própria (TCP) - DL n.º 48/2009 e integração dos Profissionais do Serviço Doméstico no Sistema de Proteção Social - DL 49/2009;
- Ano 2010 - Atualização dos valores de Abonos de Família e Prestações Complementares, Pensão mínima e Subsídios Diários Únicos para evacuados;
- Ano 2011 - Regulamentação dos Procedimentos de Atribuição dos Subsídios de Doença - Portaria n.º 33/2011; regulamentação do Funcionamento da Comissão de Verificação de Incapacidades (CVI) - Portaria n.º 34/2011 e regulamentação dos Procedimentos para Evacuações Sanitárias - Portaria n.º 35/2011;

- Ano 2013 – Instituição da Pensão Unificada de Invalidez, Velhice e Sobrevivência - DL n.º 1/2013;
- Ano 2014 – Instituição do Regime Jurídico Especial para as Micro e Pequenas Empresas – Lei n.º 70/VIII/2014 (alterada em março de 2016);
- Ano 2016 – Atribuição do subsídio de desemprego no âmbito do regime de proteção social dos TCO - DL 15/2016; redefinição da afetação da taxa global de contribuições para o financiamento do subsídio de desemprego e alteração do artigo 13º do DL 40/2017, que aprova os estatutos do INPS - Lei 50/2016;
- Ano 2017 - Alteração do regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego, clarificando o seu campo de aplicação pessoal e redefinindo a data de entrada em vigor - DL nº 23/2017 de 29 de maio;
- Ano 2017 - alteração da Base de Incidência Contributiva, indexando-a aos valores do salário mínimo nacional - DL nº 32/2017, de 25 de julho;
- Ano 2017 alteração da data de entrada em vigor da Portaria de atualização das taxas para a segurança social, visando o financiamento ao subsídio de desemprego – Portaria nº 27/2017, de 25 de julho. As taxas contributivas passaram a apresentar a seguinte distribuição:

Portaria N.º 16/2016	2017	
	% Salario	% Contribuição
Doença e Maternidade	8,00%	32,65%
Pensões	10,00%	40,82%
Abono de Família e Prestações Complementares	1,50%	6,12%
Subsídio de Desemprego	3,00%	12,24%
Administração	2,00%	8,16%
Total	24,50%	100,00%

-
- Ano 2018 - Alteração do Decreto-lei nº 51/2005, de 25 de julho, através do **Decreto Lei nº 69/2018, de 20 de dezembro** (extensão do prazo de transição do período de garantia para atribuição da pensão de velhice e alteração da entrada em vigor da carreira contributiva de 15 anos para o ano 2022;
- Ano 2018 - Publicação do Portaria Conjunta de 31 de dezembro, que estabelece os coeficientes de Revalorização utilizados durante o ano 2019 na determinação da remuneração de referência que serve de base de calculo das pensões de velhice e invalidez;

NOTA 1 – Preparação das demonstrações financeiras e resumo dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos mais significativos

1.1 Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Plano nacional de Contabilidade Publica (**PNCP**), aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2006, de 30 de janeiro de 2006. Com o objetivo de facilitar a respetiva leitura, os valores encontram-se expressos em Milhares de Escudos Cabo-Verdianos (mCVE).

1.2 Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos mais significativos

a) Imobilizações incorpóreas e amortizações

As Imobilizações incorpóreas englobam os softwares informáticos. Encontram-se valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas amortizações acumuladas e, caso houver, de provisões (ver Nota 2). As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

As imobilizações corpóreas encontram-se valorizadas pelo seu custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra e instalação.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas previstas na legislação fiscal em vigor, as quais, se considera, representam, na generalidade, de forma satisfatória a vida económica estimada dos diferentes componentes das imobilizações corpóreas. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	<u>%</u>
Edifícios e outras construções	4
Equipamentos de carga e transporte	12,5
Equipamento administrativo e social	20
Equipamento e material informático	33
Outras imobilizações corpóreas	10

Os terrenos e recursos naturais e o imobilizado em curso não são objeto de amortização.

c) Imobilizações financeiras e provisões**Participações financeiras**

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 4. Encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição. As perdas potenciais, de natureza permanente, resultantes do diferencial entre o custo de aquisição e o valor atual da posição tomada pelo Instituto no capital das suas participadas, avaliado por referência à parte proporcional do respetivo capital próprio, não são objeto de provisão.

Os proveitos são registados aquando da atribuição dos dividendos.

Obrigações e títulos de dívida pública

Compreendem (i) as obrigações das entidades identificadas na Nota 5, registadas pelo custo de aquisição; são objeto de provisão, aquelas que apresentam riscos de recuperação e não existem garantias reais e (ii) os títulos de dívida pública (obrigações do Tesouro, de longo prazo), registadas ao custo de aquisição.

d) Provisão para cobranças duvidosas

As provisões para contribuições de cobrança duvidosa foram constituídas tendo por base a análise do risco efetivo de cobrança dos saldos. Os critérios utilizados são os seguintes:

- Saldos com mais de 3 anos – 100%;
- Saldos com mais de 2 anos – 75%;
- Saldos com mais de 1 ano – 50%;
- Saldos com mais de 6 meses – 25%.

e) Especialização de exercícios

O INPS adota, genericamente, o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

f) Reconhecimento de proveitos

Os proveitos associados à previdência social são reconhecidos na demonstração dos resultados com o registo efetivo das folhas de ordenados e salários.

g) Gestão de risco financeiro - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em CVE às taxas de câmbio oficiais na data em que ocorrem. As diferenças cambiais apuradas na data de pagamento ou recebimento dos saldos das referidas transações são reconhecidas em resultados do exercício. Os saldos em moeda estrangeira em 31 de dezembro são

atualizados ao câmbio oficial vigente naquela data, sendo as diferenças apuradas registradas em resultados.

h) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm direito a um mês de férias anual, direito esse adquirido durante os onze meses de trabalho efetivo anteriores ao do seu pagamento.

Adicionalmente, o Instituto garante o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e os respectivos encargos sociais são registrados em custos do exercício a que dizem respeito, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas em balanço na rubrica Acréscimos de custos (ver Nota 20).

i) Encargos com pensões e complementos de reforma dos trabalhadores do INPS

Os trabalhadores do Instituto encontram-se abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, assegurado pelo próprio INPS, não existindo qualquer outro sistema complementar de pensões.

j) Imposto sobre lucros

Nos termos da alínea c) do artigo 3º da Lei nº 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprova o Código do Imposto Sobre Rendimentos – Pessoas coletivas, o INPS está isento do pagamento do referido imposto.

k) Reservas técnicas, Fundos e Provisões

Os artigos 37º e 38º dos Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 40/2014, de 11 de agosto, estabelecem os critérios de constituição de reservas, fundos e provisões. Contudo, o Instituto tem vindo, ao longo dos anos, a afetar a totalidade do Resultado líquido apurado em cada exercício à rubrica de Reservas, relevada na Situação líquida, as quais se destinam a fazer face às responsabilidades com Previdência Social.

NOTA 2 - Imobilizações incorpóreas

Compreendem as aplicações informáticas adquiridas no âmbito do contrato celebrado com o NOSI – Núcleo Operacional de Sistemas de Informação, o qual vigorou até 2016. Assim, sendo os movimentos ocorridos durante os exercícios decompõem-se como segue:

	mCVE
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(229 167)
Valor escriturado	97 646
VARIAÇÕES EM 2017	
Valor líquido inicial	97 646
Depreciação do exercício	(48 603)
Valor líquido	49 043
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(277 771)
Valor escriturado	49 043
VARIAÇÕES EM 2018	
Valor líquido inicial	49 043
Depreciação do exercício	(31 388)
Valor líquido	17 655
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(309 159)
Valor escriturado	17 655

NOTA 3 - Imobilizações corpóreas

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2018 e 2017 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de carga e transporte	Equipamento administrativo e social	Equipamento e material informático	Outras imobilizações corpóreas	TOTAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017							
Valor de aquisição	404 380	1 218 064	60 040	256 512	233 128	11 835	2 183 960
Amortização acumulada	-	(501 064)	(32 809)	(224 290)	(220 721)	(11 700)	(990 583)
Valor escriturado	404 380	717 001	27 232	32 223	12 407	135	1 193 377
VARIAÇÃO EM 2017							
Valor líquido inicial	404 380	717 001	27 232	32 223	12 407	135	1 193 377
Aquisições	-	159 003	8 102	9 054	2 991	-	179 150
Abates/Alienações - valor de aquisição	-	-	(4 370)	-	-	-	(4 370)
Abates/Alienações - amort. acumulada	-	-	579	-	-	-	579
Amortização do exercício	-	(54 239)	(4 691)	(14 215)	(1 857)	-	(75 002)
Valor líquido	404 380	821 765	26 853	27 061	13 540	135	1 293 734
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição	404 380	1 377 068	63 773	265 566	236 119	11 835	2 358 740
Amortização acumulada	-	(555 302)	(36 920)	(238 505)	(222 579)	(11 700)	(1 065 006)
Valor escriturado	404 380	821 766	26 853	27 061	13 540	135	1 293 735
VARIAÇÃO EM 2018							
Valor líquido inicial	404 380	821 766	26 853	27 061	13 540	135	1 293 735
Aquisições	-	33 699	-	3 367	5 766	300	43 132
Regularizações - valor aquisição	1	-	-	-	-	-	1
Amortização do exercício	-	(56 782)	(5 356)	(15 883)	(3 080)	(85)	(81 186)
Valor líquido	404 381	798 683	21 496	14 545	16 227	350	1 255 682
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Valor de aquisição	404 381	1 410 767	63 773	268 933	241 885	12 135	2 401 873
Amortização acumulada	-	(612 084)	(42 277)	(254 388)	(225 658)	(11 785)	(1 146 192)
Valor escriturado	404 381	798 683	21 496	14 545	16 227	350	1 255 682

As adições em Edifícios e outras construções, em 2017 e 2018, relacionam-se, essencialmente, com as obras de remodelação da sede do INPS e algumas benfeitorias feitas em outros edifícios de outras ilhas.

NOTA 4 - Partes de capital - Outras empresas - Diversas

Esta rubrica é composta pelas participações no capital das seguintes empresas:

Entidades	Saldo em 01.01.2017	Aquisições em 2017	Saldo em 31.12.2017	Aquisições em 2018	Saldo em 31.12.2018	% de participação
Cabo Verde Telecom	1 534 897	-	1 534 897	-	1 534 897	37,92%
Electra - Empresa de Electricidade e Água	525 157	-	525 156	-	525 156	16,59%
Caixa Económica de Cabo Verde, SARL	526 201	706 044	1 232 245	-	1 232 245	47,70%
Banco Comercial do Atlântico	461 244	95 555	556 799	-	556 799	12,01%
Ceris - Sociedade Caboverdiana de Cerveja e Refrigerantes	99 876	-	99 876	-	99 876	1,13%
A Promotora	50 000	-	50 000	-	50 000	11,11%
Construções de Cabo Verde (CVC)	40 646	-	40 646	-	40 646	6,26%
Garantia - Comp. de Seguros de Cabo Verde	24 380	-	24 380	-	24 380	12,19%
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis	13 340	-	13 340	-	13 340	0,31%
Hotelmar, SARL	40	-	40	-	40	0,00%
	<u>3 275 781</u>	<u>801 599</u>	<u>4 077 380</u>	<u>-</u>	<u>4 077 380</u>	

Em 2018, o INPS não adquiriu novas participações sociais.

Em 2017, o aumento da participação na Caixa Económica de Cabo Verde, SARL, no valor de mCVE 706 044, equivalente a 15% do capital social da mesma, compreendia a aquisição de 200 211 e 1 825 ações, anteriormente pertencentes ao grupo IMPAR e a um particular, respetivamente.

A participação no Banco Comercial do Atlântico registou, em 2017, um aumento de mCVE 95 555, correspondentes à aquisição de 33 586 ações antes pertencentes ao grupo Empreitel Figueiredo.

Foram atribuídos ao INPS, em 2018 e 2017 os seguintes dividendos, líquidos de impostos, relativos ao exercício de 2017 e 2016, respetivamente:

Entidades	mCVE	
	2018	2017
BCA	7 372	8 605
CV Telecom	122 738	-
Enacol	2 114	1 558
CECV	53 233	26 399
Garantia	8 919	8 425
CVC	2 284	7 515
	196 660	52 502

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2018 resumem-se como segue (em mCVE):

Empresa	Activo	Passivo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
CVC	554 267	206 343	347 924	248 575	(40 716)
Ceris	2 011 533	1 081 914	929 620	1 115 236	151 339
Garantia	3 006 794	1 795 958	1 210 835	1 499 060	145 855
CECV	73 305 868	68 838 081	4 467 787	3 970 886	632 855
Promotora (*)	422 154	61 072	361 082	29 358	14 258
CV Telecom	13 612 893	6 985 388	6 627 505	4 266 455	181 489
Enacol	7 109 667	1 609 906	4 499 762	16 344 864	841 983
Hotelmar	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Electra	19 153 735	23 444 880	(4 291 145)	9 687 665	(866 678)
BCA	91 167 079	85 987 033	5 180 047	3 563 071	(112 025)

S/I - Sem informação.

(*) Dados referentes ao exercício de 2017.

Conforme referido acima, o INPS adota o PNCP - Plano Nacional de Contabilidade Pública na preparação das suas demonstrações financeiras, o qual não prevê a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial na valorização das participações financeiras.

NOTA 5 - Obrigações - Outras empresas - diversas

Resumem-se como segue:

	2018			2017		
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
CVFF	-	499 896	499 896	-	499 896	499 896
TACV	19 792	415 625	435 417	19 792	455 208	475 000
Electra Serie C	-	109 032	109 032	-	109 032	109 032
Electra Serie D	127 508	32 263	159 771	63 754	96 017	159 771
Electra Serie E	-	200 000	200 000	-	200 000	200 000
ASA Serie C	-	125 000	125 000	-	125 000	125 000
ASA Serie D	-	93 283	93 283	-	93 283	93 283
IFH Serie C	237 623	-	237 623	-	237 623	237 623
EMPROFAC	16 667	16 667	33 333	16 667	33 333	50 000
Ecobank - Série B	-	50 000	50 000	-	50 000	50 000
Infharma	2 730	-	2 730	2 730	2 730	5 460
	404 320	1 541 765	1 946 085	102 942	1 902 123	2 005 065
Provisão:						
CVFF		(501 396)	(501 396)		(501 396)	(501 396)
Total	404 320	1 040 369	1 444 689	102 942	1 400 727	1 503 669

Cabo Verde Fast Ferry (CVFF)

Em agosto de 2009, a CVFF procedeu a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de CVE 1 000 cada, tendo o INPS subscrito 499 896 mil obrigações.

Face a sucessivos incumprimentos por parte da CVFF, os obrigacionistas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2016, deliberaram a reestruturação do empréstimo obrigacionista nos seguintes termos:

- Cisão das obrigações em 3 grupos;
- Amortização do empréstimo obrigacionista em prestações, com início em 2019 e término em 2029, quando inicialmente o empréstimo deveria ser integralmente liquidado em 2015;
- Pagamento dos juros em atraso em 120 prestações mensais.

Em consequência, as obrigações do INPS, passaram a ser integradas no primeiro Grupo, denominado Grupo Institucionais de referência e Entidades Públicas, com as seguintes condições: Maturidade até 2029 e taxa de juro variável de 4% a partir do 2º cupão, de 2016 até 2029. A partir de 2019 os empréstimos serão reembolsados ao par em prestações semestrais.

Tendo em conta os incumprimentos das cláusulas contratuais, derivados da difícil situação financeira e económica que a CVFF enfrenta, esse investimento encontra-se integralmente provisionado.

TACV

Em 25 maio de 2015, os TACV lançaram uma Oferta Particular de Subscrição de obrigações no montante de mCVE 950 000, em duas séries, tendo o INPS subscrito as obrigações da Série B, no valor de mCVE 475 000.

Os principais termos e condições resumem-se como segue:

- Maturidade de quinze anos a contar da data de subscrição, com amortização em 24 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mCVE 19 792, vencendo-se a primeira em novembro de 2018;
- Taxa de juro anual fixa de 6,5% ao ano, devidos semestral e postecipadamente;
- As obrigações encontram-se garantidas por aval do Estado e por consignação mensal das receitas provenientes da atividade operacional dos TACV, correspondentes a 1/6 da prestação seguinte.

Electra – Série C

Estas obrigações, subscritas em junho de 2007, pelo prazo de 20 anos, remuneradas à taxa variável semestral calculada entre a maior entre as taxas EURIBOR a seis meses ou a TBA divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de 2 pontos percentuais. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, sendo as obrigações liquidadas integralmente no final da maturidade, no ano de 2027.

Electra – Série D

Estas obrigações, subscritas em julho de 2012, pelo prazo de 8 anos, vencem juros à taxa variável semestral, calculada com base na taxa base anual (TBA) divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de um spread de 2,45% (Floor de 6,6%), devidos em prestações semestrais e sucessivas. A amortização do principal deveria ser efetuada semestralmente em 10% do valor emitido, com início em julho de 2016, o que inicialmente não aconteceu, tendo sido a situação normalizada em 2017.

Electra – Série E

Estas obrigações foram subscritas em junho de 2017, pelo prazo de 8 anos, vencendo juros à taxa semestral e postecipada de 5,6%. A amortização do principal deverá ser efetuada ao par, de uma só vez na data do pagamento do 16º cupão (junho de 2025).

Todas as obrigações da Electra referidas acima encontram-se garantidas, por aval do Estado de Cabo Verde.

ASA – Série C

Em abril de 2016, a ASA lançou uma Oferta Pública de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 000 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS subscrito 125 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de sete anos;
- Taxa de juro anual fixa de 5%;
- Pagamento de juros em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

ASA – Série D

Em agosto de 2017, a ASA lançou uma Oferta Pública de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 000 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS adquirido 93 283 obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de dez anos;
- Taxa de juro anual fixa de 5%;
- Pagamento de juros em prestações semestrais e postecipados, com reembolso do capital a partir do 11º cupão, inclusive, até a amortização total do empréstimo.

Pelas séries obrigacionistas C e D a ASA responde pela dívida nos termos da lei, nas receitas e no património da empresa, tendo sido obrigada a consignar parte das receitas provenientes dos serviços aeroportuários correspondente a 1/6 da prestação seguinte, remunerável à taxa em vigor no mercado, através de um acordo entre o banco liquidatário e a empresa. Ainda a ASA sujeitou-se a apresentar uma ordem de transferência ao banco liquidatário, para efeitos de pagamento dos juros, do reembolso principal e de eventuais comissões devidas.

IFH - Série C

Em janeiro de 2014, a IFH lançou uma Oferta Pública de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 000 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS subscrito 237 mil Obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de cinco anos.
- Taxa de juro anual fixa de 6,1425%.
- Pagamento de juros em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade (janeiro de 2019);
- O empréstimo tem como garantia o aval do Estado.

EMPROFAC

A EMPROFAC contraiu, em setembro de 2015, um empréstimo obrigacionista através de uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 150 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de CVE 1 000 cada, tendo o INPS subscrito 75 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de cinco anos a contar da data de subscrição, com amortização em 9 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mCVE 16 667, tendo a primeira vencido em setembro de 2016;
- Taxa de juro anual fixa de 5%, devendo o correspondente pagamento de juros ser feito em prestações semestrais e sucessivas, tendo a primeira vencido em março de 2016;

- O empréstimo tem subjacente a consignação das receitas provenientes dos fornecimentos às farmácias e aos serviços do Estado.

ECOBANK

O banco Ecobank contraiu, em março de 2014, um empréstimo obrigacionista através de uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 200 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS subscrito 50 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de sete e dez anos a contar da data de subscrição;
- Taxa de juro anual fixa de 6,5% e 7%, respetivamente;
- Reembolso semestral dos juros, com pagamento do capital na maturidade;
- Como garantia, foi apresentada a performance da Ecobank Cabo Verde e o *Know how* da Ecobank transaccional Inc..

O total dos juros provenientes das obrigações em 2018 foi de mCVE 87 397 (2017: mCVE 86 237) (ver Nota 23).

NOTA 6 - Obrigações - Títulos de Dívida Pública - Outras Entidades do SPA

Representam Obrigações do Tesouro (OT), de longo prazo, subscritos nas datas e com as maturidades indicadas no quadro seguinte:

Ano de aquisição	2018			2017			Taxa de Juro (%)	Maturidade de (anos)
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total		
OT - 2008	-	-	-	350 000	-	350 000]5,44 ; 5,63[10
OT - 2010	872 730	600 000	1 472 730	595 080	1 472 730	2 067 810]5,81 ; 6,00[]7;10[
OT - 2011	1 900 000	1 472 730	3 372 730	600 000	3 372 730	3 972 730]5,75 ; 6,06[]6;10[
OT - 2012	-	2 200 000	2 200 000	950 000	2 200 000	3 150 000]5,75 ; 6,06[]5;10[
OT - 2013	123 530	172 730	296 260	925 749	296 260	1 222 009]5,75 ; 6,06[]4;7[
OT - 2014	97 143	1 545 438	1 642 581	-	1 642 581	1 642 581]5,44 ; 5,94[]5;9[
OT - 2015	99 439	4 814 883	4 914 322	78 787	4 914 322	4 993 109]4,31 ; 5,63[]3;10[
OT - 2016	-	3 662 137	3 662 137	-	3 662 137	3 662 137]4,44 ; 5,06[]7;12[
OT - 2017	-	3 250 965	3 250 965	-	3 250 965	3 250 965]3,81 ; 4,50[]3;10[
OT - 2018	-	3 666 880	3 666 880	-	-	-		
	3 092 842	21 385 763	24 478 605	3 499 616	20 811 725	24 311 341		

Em 2018, foram reembolsadas obrigações no montante de mCVE 3 499 616 (2016: mCVE 3 780 136).

As obrigações venceram juros em 2018 e 2017 nos montantes de mCVE 1 309 781 e de mCVE 1 326 483, respetivamente (ver Nota 23).

NOTA 7 – Outros títulos financeiros

Compreendem “Títulos de Consolidação e Mobilização Financeira” (TCMF), que correspondem a títulos de dívida pública de longo prazo resultantes da conversão de duas Obrigações do Tesouro, nos montantes de mCVE 128 168 e mCVE 200 000 em março de 2000 e setembro de 2015, respetivamente. Nos termos da Lei nº 70/V/98, de 17 de agosto, os TCMF são títulos de crédito com maturidade de 20 anos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, domiciliados dentro do território de Cabo Verde (BCV), e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo, apurado com referência ao dia 31 de dezembro de cada ano. Neste sentido, o INPS regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF.

Os rendimentos provenientes dos títulos representaram uma rentabilidade em 2018 e 2017 à taxa média de cerca de 0,2% e 2%, respetivamente, ascendendo os valores a mCVE 753 e mCVE 6 782, respetivamente (ver Nota 23).

Por força do decreto regulamentar nº 8/2018, de 20 de dezembro, o Estado irá reconverter, com referência a 1 de janeiro de 2019, o TCMF em Títulos de Crédito no mesmo montante, à taxa de juro anual de 3% e com maturidade de 20 anos.

NOTA 8 – Outras aplicações financeiras

	2018			2017		
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Caixa Económica de Cabo Verde	33 333	333 334	366 667	33 333	366 667	400 000
	33 333	333 334	366 667	33 333	366 667	400 000

Caixa Económica de Cabo Verde

Corresponde à utilização pela Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) de uma linha de crédito em duas tranches nos montantes de mCVE 300 000 e mCVE 200 000, no âmbito do protocolo estabelecido para concessão de crédito habitação aos trabalhadores do INPS. As duas tranches do empréstimo são reembolsáveis em 15 prestações anuais, após um ano de deferimento, sendo (i) a primeira com início e término em maio de 2013 e maio de 2027, respetivamente e (ii) a segunda com início e término em maio de 2018 e maio 2032, respetivamente. Vencem juros à taxa anual de 2,5%. Nos termos do referido Protocolo, a Caixa Económica de Cabo Verde compromete-se a conceder aos colaboradores do Instituto empréstimos para a aquisição ou reparação de habitação própria, vencendo juros à taxa anual de 5%, sendo os demais critérios estabelecidos entre a CECV e os trabalhadores. O capital do empréstimo das duas tranches é amortizado anualmente em parcelas iguais nos montantes de mCVE 20 000 e mCVE 13 333, respetivamente.

NOTA 9 - Devedores diversos

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2018	2017
Novo Banco	(i)	542 350	644 719
CV Telecom	(ii)	60 675	-
Electra	(iii)	20 000	20 000
Forças Armadas	(iv)	10 420	-
Fundo Social dos Trabalhadores	(v)	6 727	80 599
Valores a regularizar	(vi)	-	217 873
Retenções Eventuais por Transferir		7 286	-
Outros		4 162	4 653
		651 620	967 844
Provisão			
Novo Banco	(i)	(542 350)	(644 719)
Electra	(iii)	(10 000)	(10 000)
Valores a regularizar	(vi)	-	(108 931)
Outros		(11 953)	(5 554)
		(564 302)	(769 204)
		87 317	198 640

(i) Novo Banco

Compreende os valores do empréstimo subordinado que tinha sido concedido ao banco (ver Nota 8) e depósitos bancários no respetivo banco (ver Nota 14), totalmente provisionados, por força da resolução do Novo Banco em março de 2017.

Durante o exercício de 2018, foram recuperados cerca de mCVE 102 407 (2017: mCVE 78 684), registados em Proveitos e Ganhos Extraordinários (ver Nota 24). Espera-se que uma parte significativa do valor venha a ser recuperada através do contrato de cessão e gestão de carteira de crédito, assinado entre o INPS e a CECV.

Os principais termos e condições do contrato resumem-se como se segue:

- Valor de depósitos no Novo Banco à data da resolução, no montante de mCVE 721 573;
- Valor da carteira de crédito do Novo Banco atribuída ao INPS de mCVE 710 879;
- É conferida a CECV a gestão e cobrança da respetiva carteira de crédito;
- A CECV cobrará (i) um *success fee* correspondente a uma comissão mensal de 20% do valor dos juros efetivamente cobrados e (ii) uma comissão de gestão anual de 2% do valor do capital em dívida apurado em 31 de dezembro de cada ano. A soma das duas comissões não poderá ultrapassar 50% dos juros efetivamente cobrados.

(ii) CV Telecom

Representa o valor remanescente de dividendos, de um total de mCVE 160 133, a receber da Cabo Verde Telecom, conforme a deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 16 de junho de 2018.

(iii) Electra

Empréstimo concedido em 2011, pendente de regularização. O saldo encontra-se provisionado em mCVE 10 000.

(iv) Forças Armadas

O saldo resulta do protocolo para evacuação inter-ilhas de doentes, na sequência da assinatura do memorando de entendimento entre as Forças Armadas de Cabo Verde e o INPS, o Ministério da Saúde, a Garantia e a IMPAR, e que compreende o aluguer de uma aeronave por um período de 6 meses, com início em agosto de 2018. O valor total do contrato de aluguer é de mCVE 59 543, cabendo a responsabilidade do INPS o montante de mCVE 10 420.

(v) Fundo Social dos trabalhadores

O saldo desta rubrica representa os reforços do fundo social dos trabalhadores efetuados ao longo dos anos. Por sua vez, esse fundo, que funciona de forma autónoma, concede diversos benefícios aos trabalhadores, nomeadamente empréstimos para despesas de saúde, assistência médica e medicamentosa, compensação na morte, comemorações e convívios dos trabalhadores, cantinas, etc. Não se encontram definidos os termos de reembolso pelo fundo. Em 2018, foi feita uma análise e constatou-se que o montante acumulado de cerca de mCVE 74 000 correspondia a uma parcela do fundo aplicado em despesas não reembolsáveis. Consequentemente, foram registradas no exercício perdas extraordinárias no referido montante (ver Nota 31).

(vi) Valores a regularizar

Em 2017, compreendia o saldo resultante de parametrizações de contas efetuadas no passado, e que se encontrava em fase de análise e justificação, tendo sido, em 2015, provisionado o montante de mCVE 108 931, correspondentes a 50% do total do saldo. Tendo em conta a antiguidade do saldo e não havendo documentos justificativos que o suportam, o INPS decidiu anular o saldo através (i) da utilização da respetiva provisão e (ii) da compensação com saldos passivos (fornecedores) de antiguidade significativa, em que se chegou à conclusão que os mesmos tinham sido registados indevidamente (ver Nota 19).

NOTA 10 - Contribuintes

O saldo de Contribuintes corresponde ao valor das contribuições declaradas e não liquidadas pelas entidades empregadoras. Por regime de contribuintes, decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2018	2017
Geral	5 082 883	4 531 796
Função pública - regime novo e regime actual	3 905 403	3 293 769
Saldo Contribuintes conforme a listagem da Direção de Contribuições e Cobrança	8 988 286	7 825 565
Diferença entre a listagem da Direção de Contribuições e Cobrança e os saldos contabilísticos	(1 922 626)	(1 866 652)
Depósitos de Contribuintes ainda não identificados	(120 539)	-
Saldo contabilístico ajustado dos Contribuintes	6 945 121	5 958 913
Menos:		
Provisão para contribuintes de cobrança duvidosa	(2 776 458)	(2 616 389)
	4 168 663	3 342 524

A comparação efetuada entre o saldo ajustado de mCVE 6 945 121 (2017: mCVE 5 958 913) evidenciado nos registos contabilísticos e o saldo de mCVE 8 988 286 (2017: mCVE 7 825 565) conforme a listagem da Direção de Contribuição e Cobranças, evidenciou uma diferença líquida de mCVE 2 043 165 (2017: mCVE 1 886 652), dos quais mCVE 120 539 se referem a pagamentos de contribuintes não identificados registados apenas na contabilidade e mCVE 1 922 626 (2017: mCVE 1 886 652) se encontra em processo de análise.

A provisão para cobrança duvidosa é calculada através da aplicação de uma percentagem diferenciada consoante a antiguidade dos saldos de Privados em dívida (ver Nota 1.2 d)).

A provisão para contribuintes de cobrança duvidosa foi, no exercício de 2018, reforçada em mCVE 296 356 (2017: mCVE 525 623) (ver Nota 29) e anulada em mCVE 136 287 (2017: mCVE 253 567) (ver Nota 24), na sequência de cobranças de saldos provisionados anteriormente, fruto do esforço na recuperação das dívidas.

As dívidas do Estado e Autarquias não foram consideradas no cálculo da provisão dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorre a curto prazo.

NOTA 11 - Organismos de segurança social estrangeiros

	mCVE	
	2018	2017
Saldos devedores		
Portugal	983 199	929 737
Holanda	231 709	186 472
Luxemburgo	13 062	10 586
Suécia	84	84
Total devedores	1 228 054	1 126 878
Saldo credor		
França	(14 169)	(14 119)
Total credores	(14 169)	(14 119)

Os saldos devedores compreendem os valores das despesas ainda não reembolsadas de assistência medicamentosa e outras prestações em espécie suportadas pelo INPS, relativas a emigrantes e familiares Cabo-Verdianos, incluindo os residentes em Cabo Verde, beneficiários da Segurança Social dos respetivos países identificados acima.

As despesas suportadas, em cada exercício, integram a rubrica de Custos e perdas – Ações de previdência (ver Nota 25). Os valores a receber, calculados nos termos das convenções vigentes, no valor de mCVE 94 216 (2017: mCVE 101 176), não foram ainda submetidos àquelas entidades, tendo, por isso, sido registadas na rubrica de Acréscimos de proveitos (ver Nota 15), por contrapartida de Proveitos e Ganhos – Convenções internacionais - participação (ver Nota 22).

A dívida da Segurança Social Portuguesa (SSP) refere-se ao período compreendido entre 2005 e 2018, encontrando-se pendente a confirmação dos valores em causa por aquela entidade. O INPS não regista as despesas suportadas pela SSP com os seus beneficiários, não envolvendo, contudo, valores significativos.

O saldo credor da Segurança Social de França corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores recebidos pelo INPS para fazer face a encargos com os beneficiários daquela entidade e os montantes efetivamente pagos.

NOTA 12 - Estado e Outras Autoridades Públicas (OAP)

	mCVE	
	2018	2017
Saldos Devedores		
Estado (Retenções IRPS)	33	1 011
Pensão Comum	830 357	743 542
Pensão Unificada	144 333	114 161
Reforma antecipada	125 823	125 823
REMPE	775 399	459 636
Total saldo devedor	1 875 945	1 444 173
Saldos Credores		
IRPS (saldo a regularizar)	(16 420)	-
Retenção IRPS - Trabalhos Dependentes	(11 456)	(3 754)
Retenção IRPS - Pensionistas	(9 132)	(5 342)
Outros	(682)	(96)
Total saldo credor	(37 690)	(9 193)

Os saldos a receber do Estado resultam, essencialmente, dos protocolos celebrados com a Direção Geral do Tesouro, no âmbito dos seguintes programas:

- **Pensão Comum** – pensões pagas aos beneficiários das caixas sindicais de previdência das entidades empregadoras transferidas para o sistema de previdência social patrocinado pelo INPS. O saldo representa a dívida acumulada de 2010 a 2018.

- **Pensão Unificada** – pensões pagas aos beneficiários da Administração Pública transferidas para o sistema de previdência social patrocinado pelo INPS, na parcela da responsabilidade do Tesouro. O saldo representa a dívida acumulada desde 2013, tendo sido liquidado durante o exercício de 2018 o montante total de mCVE 32,9 relativo às notas de débito do 1º ao 3º trimestre dos anos 2017.
- **Reforma antecipada** – representa a parcela remanescente da dívida da Cabnave relacionada com o programa de reforma antecipada dos seus trabalhadores, assumida pelo Tesouro em 2013.
- **REMPE** – representa a parcela do Tributo Especial Unificado - TEU, arrecadado pela Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), a partir do ano de 2015, às empresas enquadradas no Regime Especial de Micro e Pequenas Empresas (REMPE) e que deverão ser transferidos ao INPS. Os registos foram efetuados em 2017 e 2018 (ver Notas 21 e 24) com base na informação recolhida junto da DNRE.

NOTA 13 – Títulos Negociáveis

Compreendem os bilhetes de tesouro, com maturidade de 6 meses, adquiridos durante o exercício e que não tinham atingido a maturidade à data de 31 de dezembro. Foram remunerados à taxa de juro anual de 1%, ascendo os juros a mCVE 4 302 (2017: mCVE 6 629) (ver Nota 23).

NOTA 14 – Depósitos Bancários

	mCVE	
	2018	2017
Depósitos a Prazo		
BCA	1 305 189	1 305 163
CECV	5 619 698	5 547 590
BIA	1 992 458	1 992 458
BCN	1 509 176	1 509 176
Ecobank	2 510 000	1 460 000
BAI	2 000 000	1 750 000
BICV	200 000	-
Depósito a prazo	15 136 521	13 564 386
Depósitos a ordem		
BCA	962 506	761 380
CECV	13 655 743	11 230 640
BIA	1 371 111	1 249 448
BCN	2 527 767	1 534 618
Ecobank	809 482	306 263
BAI	1 909 547	1 329 762
BICV	61 461	5 702
CGD	3 936	17 309
Depósito a ordem	21 301 553	16 435 121
Depósitos bancários	36 438 073	29 999 507

Os depósitos a prazo foram remunerados em 2018 a taxas de juros anuais que variam entre 1,2% e 5,5%, ascendo os juros a mCVE 518 184 (2017: mCVE 569 979) (ver Nota 23).

Os estatutos do INPS aprovado pelo DL 40/2014 de agosto de 2014, no seu artigo 38º, define que para os ramos de prestações deverá ser mantida uma reserva de contingência, equivalente a pelo menos três meses de despesas operacionais, estimadas em cerca de mCVE 1 004 000. Verifica-se, assim, que o definido no referido artigo se encontra salvaguardado pelas disponibilidades.

Em 2017, os outros pagamentos das atividades de funcionamento, no valor de mCVE 948 087 evidenciados no Mapa de origens e aplicações de fundos, compreendiam, essencialmente, o montante de mCVE 723 403 de depósitos no Novo Banco transferido para Devedores diversos (ver Nota 9), tendo em conta a resolução daquele Banco e o respetivo contrato de gestão de carteira de crédito, assinado entre o INPS e a CECV.

NOTA 15 - Acréscimos de proveitos

	mCVE	
	2018	2017
Contribuições por receber	1 143 409	1 310 894
Juros e dividendos por receber	589 270	589 445
Convenções Internacionais (ver Nota 11)	94 216	101 176
Total	1 826 895	2 001 515

Contribuições por receber

Esta rubrica integra o montante da especialização dos proveitos correspondentes às contribuições referentes às "folhas de ordenados e salários" relativas aos exercícios anteriores e ao exercício de 2018, apenas rececionadas em 2019.

Juros por receber

O saldo desta rubrica corresponde ao efeito da especialização dos juros correntes, com referência a 31 de dezembro, como segue:

	mCVE	
	2018	2017
Obrigações do Tesouro (ver Nota 6)	302 031	295 253
Depósitos a prazo (ver Nota 14)	259 598	265 422
Obrigações de Empresas (ver Nota 5)	19 267	19 069
Empréstimos de Financiamento	6 247	6 247
Depósitos a Ordem (ver Nota 14)	2 000	3 454
Bilhetes do Tesouro	127	-
	589 270	589 445

NOTA 16 - Situação Líquida

Os movimentos verificados durante o exercício nas contas do Fundo de reservas e de resultados foram os seguintes (em mCVE):

	Saldo inicial	Movimentos em 2018		Saldo final
		(Débito)	Crédito	
Fundo de reservas	62 932 368	-	6 892 916	69 825 292
Resultado do exercício				
2017	6 892 916	(6 892 916)	-	-
2018	-	-	7 641 511	7 641 511
	69 825 284	(6 892 916)	14 534 427	77 466 803

O estudo atuarial realizado com referência à 14 de novembro de 2018, quantifica o valor atual das responsabilidades, incluindo as pensões, a assistência médica e medicamentosa e as demais prestações, relativas (i) aos direitos dos atuais segurados no ativo e (ii) aos atuais pensionistas, em mCVE 69 046 845. Neste sentido, conclui-se que o saldo constante no Fundo de reservas é suficiente para fazer face àquelas responsabilidades com as Prestações Sociais.

NOTA 17 - Benefícios de previdência e abonos a pagar

O saldo desta rubrica representa os encargos com a previdência social devidos aos beneficiários e os encargos com pensões processados e não pagos à data do balanço, como segue:

	mCVE	
	2 018	2 017
Abonos e prestações complementares	113 091	105 202
Subsídios de doença e de maternidade	49 996	47 559
Pensões	43 861	42 713
Outras Prestações a Pagar	1 000	276
	207 949	195 755

NOTA 18 - Credores diversos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 97 607 (2017: mCVE 102 185) relativos aos saldos por regularizar com o Ministério da Saúde, no âmbito da revisão do protocolo de comparticipação aos custos com assistência médica e medicamentosa. Em 2017, compreendia ainda mCVE 120 539 referentes a depósitos efetuados por contribuintes não identificados, entretanto reclassificados para a rubrica de Contribuintes em 2018 (ver Nota 10).

NOTA 19 - Fornecedores, C/C

O saldo desta rubrica transitado do exercício de 2017 foi regularizado por compensação com saldos ativos de Devedores diversos – Valores a regularizar, tendo em conta a antiguidade de ambos os saldos e o facto de se ter chegado à conclusão que resultaram de registos efetuados indevidamente (ver Nota 9).

NOTA 20 - Acréscimos de custos

Compreendem, essencialmente, despesas processadas no exercício cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte, conforme decomposição abaixo:

	mCVE	
	2018	2017
Abonos e Subsídios	94 614	96 101
Férias, Subsídios de férias e Previdência dos trabalhadores	49 013	44 085
Outros	3 020	2 171
	146 647	142 357

NOTA 21 – Contribuições (Proveitos)

Esta rubrica regista os valores referentes às contribuições declaradas pelos contribuintes. A taxa global de contribuição para a Previdência Social fixada, desde 1983, em 23% sobre as remunerações ilíquidas, foi atualizada para 24,5%, através da Portaria nº 27/2017 de 25 de julho, sendo (i) 8,5% correspondente às contribuições dos trabalhadores e (ii) 16% referentes à entidade empregadora.

Por regime, as contribuições foram como se segue:

Regimes	mCVE	
	2018	2017
Geral		
Trabalhadores por Conta Outrém (TCO)	7 293 770	6 794 851
Serviço Doméstico (SD)	58 609	42 337
Trabalhadores por Conta Própria (TCP)	75 725	59 427
Regime Especial Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	483 643	327 713
	7 911 747	7 224 329
Função pública (FP)		
FP Central	2 053 209	1 833 763
Orgãos de Soberania	183 213	142 994
Serviços Autónomos	638 278	536 974
Regime Agente Adm.Publica Local (RAAPL)	349 448	370 257
	3 224 148	2 883 987
	11 135 895	10 108 316

Os valores apresentados no regime REMPE incluem a quotização dos trabalhadores, no montante mCVE 167 881 (2017: mCVE 101 914) e o Tributo Especial Unificado- TEU, no montante de mCVE 315 762 (2017: mCVE 225 799).

A taxa de cobrança das contribuições teve a seguinte evolução:

	mCVE	
	2018	2017
Declaradas	11 135 895	10 108 316
Cobradas	9 757 905	8 860 039
Taxa de cobrança	87,63%	87,65%

NOTA 22 - Convenções internacionais - Comparticipação

O saldo corresponde à comparticipação dos organismos de segurança social estrangeiros, abaixo identificados, nas despesas incorridas pelo INPS com os seus beneficiários (ver Nota 11):

	mCVE	
	2018	2017
Portugal	62 047	53 462
Holanda	27 908	45 237
Luxemburgo	2 427	2 477
Itália	1 833	-
	94 216	101 176

NOTA 23 - Juros

Esta rubrica compreende os juros obtidos das diversas aplicações financeiras, como segue:

	mCVE	
	2018	2017
Obrigações do Tesouro (ver Nota 6)	1 309 781	1 326 483
Depósitos a prazo (ver Nota 14)	518 184	569 569
Depósitos à ordem (ver Nota 14)	160 376	127 366
Obrigações de empresas (ver Nota 5)	87 397	86 237
Financiamento CECV (ver Nota 8)	10 000	19 658
Juros Financiamento Aquisição Viatura	452	-
Títulos de Participação (TCMF) (ver Nota 7)	754	6 782
Bilhetes do Tesouro	4 302	6 629
Juros de Empréstimos Internos	-	581
	2 091 246	2 143 304

NOTA 24 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2018	2017
Anulação de provisões para cobrança duvidosa (ver Notas 11 e 29)	136 287	253 567
Reversão Provisões do Novo Banco (Ver Nota 9)	102 407	78 684
Parcela do TEU do INPS relativos aos anos de 2015 e 2016 (ver Nota 12)	-	233 837
Outros	25 964	44 191
Total	264 658	610 280

NOTA 25 – Ações de previdência e abonos

Os valores registados nesta rubrica correspondem aos custos suportados pelo INPS com os serviços de Previdência Social prestados aos beneficiários. A natureza destes custos é como segue:

	2018		2017	
	mCVE	%	mCVE	%
Doença e maternidade				
Assistencia medicamentosa	669 070	14%	649 854	14%
Despesas com transporte e estadia	652 348	14%	599 079	13%
Compensações ao Ministério da Saúde	399 697	8%	400 000	9%
Subsidio de Doença	200 088	4%	177 943	4%
Óculos	194 849	4%	190 331	4%
Despesas com tratamento estomatológico	158 877	3%	143 478	3%
Subsidio de Maternidade e Paternidade	123 625	3%	108 283	2%
Despesas com Tratamento de fisioterapia	48 230	1%	42 858	1%
Outras	36 002	1%	33 807	1%
	2 482 787	51%	2 345 632	52%
Prestações diferidas				
Pensões de Velhice	1 402 271	29%	1 255 679	28%
Pensões de Invalidez	301 550	6%	312 803	7%
Pensões de Sobrevivencia	244 949	5%	235 368	5%
Pensões Complementares	3 345	0%	3 345	0%
	1 952 115	40%	1 807 195	40%
Abono de Familia e Prestações Complementares				
Abono de Familia	324 510	7%	283 435	6%
Subsidio de Aleitação	42 128	1%	36 133	1%
Subsidio a Deficientes	9 692	0%	12 825	0%
Subsidio de Funeral	9 252	0%	9 604	0%
	385 583	8%	341 997	8%
Desemprego				
Subsidio de Desemprego	10 550	0%	-	n/a
	10 550	0%	0	0%
	4 831 035	100%	4 494 825	100%

O saldo da rubrica Assistência medicamentosa integra, igualmente, as despesas com assistência e outras prestações suportadas pelo INPS com os beneficiários da Segurança Social de organismos estrangeiros. O proveito correspondente, calculado nos termos da convenção vigente, encontra-se evidenciado na rubrica de Proveitos e ganhos - Convenções internacionais - comparticipação (ver Nota 22), por contrapartida da conta-corrente com aqueles organismos.

As Despesas com transporte e estadia compreendem, essencialmente, as despesas com evacuações internas e externas dos beneficiários do INPS.

A rubrica de Compensações ao Ministério da Saúde, compreende os valores transferidos aos diferentes hospitais públicos (regionais e centrais), para fazer face à assistência médica e hospitalar prestada aos beneficiários do INPS, no âmbito do protocolo celebrado entre o INPS e o Ministério da Saúde.

NOTA 26 - Custos com o pessoal

	(mCVE)	
	2018	2017
Ordenados e salários	260 503	254 143
Remunerações Adicionais	66 515	63 213
Encargos sobre remunerações	44 851	40 644
Reforma antecipada	-	31 793
Outros Custos com o pessoal	2 260	2 045
	374 128	391 838
Número médio de empregados	206	207
Número de empregados no final do ano	211	206

NOTA 27 - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é composta como segue:

	mCVE	
	2018	2017
Trabalhos especializados	94 055	11 483
Serviços Bancários	50 245	10 469
Vigilância e segurança	19 675	23 648
Electricidade	16 460	17 407
Honorários	13 085	75 923
Deslocações e estadas	11 566	10 330
Limpeza, higiene e conforto	10 156	7 142
Outros fornecimentos e serviços	10 067	9 333
Publicidade e propaganda	5 016	11 708
Rendas e Alugueres	2 732	17 164
Outros, inferiores a mCVE 10 000	32 761	37 781
	265 819	232 387

O aumento dos gastos com Trabalhos especializados deve-se ao facto do INPS passar a registrar nesta rubrica as faturas relativas a prestação de serviços sobre os sistemas de informação, antes registadas na rubrica de Honorários.

O aumento dos gastos com Serviços bancários está relacionado, essencialmente, com as comissões e taxas suportadas pelo INPS no âmbito do processo de aquisição das ações da IMPAR na CECV ocorrida em 2017.

NOTA 28 - Amortizações do exercício

Compreendem as amortizações das Imobilizações incorpóreas, no montante de mCVE 31 388 (2017: mCVE 48 603) (ver Nota 2) e das Imobilizações corpóreas, no montante de mCVE 81 186 (2017: mCVE 75 002) (ver Nota 3).

NOTA 29 - Provisões do exercício - Diversas

Esta rubrica compreende o valor do reforço das provisões para contribuintes de cobrança duvidosa no montante de mCVE 296 356 (2017: mCVE 525 623) (ver Nota 10).

NOTA 30 - Imposto sobre capitais

Referem-se ao imposto incidente sobre os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras (obrigações de empresas, outros títulos financeiros e depósitos a prazo).

NOTA 31 - Custos e perdas extraordinárias

O saldo de mCVE 93 650 compreende, essencialmente, o reconhecimento das despesas não reembolsáveis de exercícios anteriores do fundo social dos trabalhadores do INPS, no montante total de mCVE 74 595 (ver Nota 9).

Em 2017, o saldo de mCVE 174 831 compreendia o montante de (i) mCVE 120 842 relativos a correção às contribuições a receber de Portugal referentes aos anos 2014, 2015 e 2016, (ii) mCVE 34 433 relacionados com a correção do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares referentes às pensões processadas nos anos 2016 e 2015, e (iii) mCVE 19 500 relativos às despesas de “Reforma Incentivada Antecipada” dos trabalhadores do INPS referente ao exercício de 2013, que não foram contabilizados no respetivo período.

NOTA 32 - Eventos subsequentes à data do Balanço

Durante o exercício de 2019, verificaram-se os seguintes acontecimentos relevantes:

- Em janeiro de 2019, o Estado liquidou o montante de 31 588 mCVE, referentes às notas de débito do 1º ao 3º Trimestre de 2018 de Pensão Unificada.

- No segundo trimestre de 2019, o INPS avançou com o investimento no capital social do Banco Africano de Exportação e Importação (AFREXIMBANK), instituição financeira multilateral pan-africana, criada em 1993 em Abuja, constituindo assim, o primeiro investimento realizado no exterior. A mobilização financeira foi no montante de mCVE 199 324, possibilitando a aquisição de 0.02% do capital da AFREXIMBANK em ações do tipo B;
- No segundo trimestre de 2019, a Cabo Verde Fast ferry procedeu ao pagamento dos juros do 20º Cupão da série B do empréstimo obrigacionista, no valor de mCVE 9 998, dando indícios assim à retoma de pagamentos dos juros em atraso;
- Foi publicado no dia 25 de julho de 2019 o Decreto-lei nº 35/2019 que define as condições de integração de 154 trabalhadores no ativo e 230 aposentados e pensionistas do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco Comercial do Atlântico (BCA) no sistema de proteção social obrigatório. Neste sentido, o INPS assumiu, com efeitos a partir de 1 janeiro de 2019, a responsabilidade pelo pagamento das pensões dos beneficiários do referido regime, bem como a gestão das contribuições dos trabalhadores ativos do banco, pertencentes ao fundo de pensões. Para fazer face a essas responsabilidades, através do acordo tripartido entre o INPS, o Estado de Cabo Verde e o BCA, o Estado adquire, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) antes pertencentes ao BCA, no valor de mCVE 6 433 170 e que serão reconvertidos em títulos de crédito à uma taxa de 3%, com maturidade de 20 anos, a favor do INPS. Adicionalmente, tendo em conta que, com base no relatório de avaliação atuarial com referência a 31 de dezembro de 2018, o valor da responsabilidade transferida ao INPS ser superior ao valor do TCMF a adquirir pelo Estado, o valor do diferencial será pago pelo BCA ao INPS;
- Diversas portarias foram publicadas e que, de certa forma, vão reformular as prestações da área da assistência médica e medicamentosa, com impactos nos custos com as prestações a partir do exercício de 2019.



**INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDENCIA SOCIAL**